



Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina (FUP)
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
Mestrado Profissional em Gestão Pública

**O IMPACTO DO IDEB NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO
BRASIL: uma avaliação a partir do processo de Markov**

Michelle Catyana Mota Lira

Brasília-DF

2016

Michelle Catyana Mota Lira

**O IMPACTO DO IDEB NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO
BRASIL: uma avaliação a partir do processo de Markov**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública do Programa de Pós-Graduação da Faculdade UnB Planaltina (FUP) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em gestão pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Júnior

Brasília-DF

2016

LM623i Lira, Michelle Catyana Mota
O IMPACTO DO IDEB NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
PÚBLICA NO BRASIL: uma avaliação a partir do processo
de Markov / Michelle Catyana Mota Lira; orientador
Luiz Honorato da Silva Júnior. -- Brasília, 2017.
119 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Gestão Pública) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Educação. 2. Qualidade da Educação. 3. IDEB. 4.
Processo de Markov. I. Júnior, Luiz Honorato da
Silva , orient. II. Título.

MICHELLE CATYANA MOTA LIRA

**O IMPACTO DO IDEB NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO
BRASIL: uma avaliação a partir do processo de Markov**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMNADORA

Prof. Dr. Luiz Honorato Silva Junior

Universidade de Brasília – Presidente

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi

Universidade de Brasília – Membro Interno

Prof. Dr. Philippe Tshimanga Kabutakapa

Universidade de Brasília – Membro Externo

Prof. Dr. José Angelo Belloni

Universidade de Brasília - Membro Suplente

Brasília, 23 de janeiro de 2017

DEDICO este trabalho a todos que acreditam em seus sonhos e que persistem sempre.

AGRADEÇO a Deus por me permitir acreditar que eu chegaria até aqui, por me dar forças em todos os momentos e por ser a minha base; ao meu marido Bruno que sempre me apoiou e me ajudou a concluir esta dissertação, sendo paciente e me dando suporte; à minha filha Júlia, que participou de toda a jornada deste mestrado e que foi uma das maiores motivações para que eu o concluísse; à Meg que esteve presente em todos os momentos de estudo; aos amigos que conquistei e que formaram uma equipe de ajuda mútua; à minha amiga Andréia, que sempre me apoiou e me levantou nos momentos difíceis; ao meu orientador Luiz Honorato que, com sua experiência e trajetória acadêmica, me norteou e me inspirou nos meus estudos; à Faculdade UnB Planaltina (FUP) que, juntamente com os professores, contribuíram para meu crescimento acadêmico; a todos que colaboraram direta ou indiretamente na produção deste trabalho, amigos, professores, colegas de turma e trabalho, bem como as demais pessoas envolvidas.

Quem acredita sempre alcança
(Renato Russo)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o impacto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB na qualidade da educação básica pública no Brasil. Inúmeras são as políticas públicas educacionais em curso, bem como elevados são os investimentos na área educacional, entretanto, ainda assim, o País encontra-se em níveis abaixo do esperado se comparado a outros países. Aferir a qualidade da educação se torna essencial para uma melhor gestão. Nesse sentido o IDEB, por caracterizar-se como um índice que mede a qualidade da educação no país, possui relevantes dados os quais podem induzir a resultados relativos à melhoria ou não do desempenho das escolas durante os anos avaliados. Nesta dissertação os dados desse índice foram analisados a partir do Processo de Markov, a fim de verificar se houve melhoria do desempenho das escolas da educação básica pública. Obteve-se como resultados que, em sua grande maioria, as escolas apresentaram melhora nas notas sugerindo que a aferição e divulgação do IDEB pode ter gerado um fator motivacional para os atores envolvidos, influenciando, conseqüentemente, as notas dos alunos.

Palavras-chave: Educação; Qualidade da Educação; IDEB; Processo de Markov.

ABSTRACT

This dissertation evaluated the impact of the Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB on the quality of public basic education in Brazil. There are several educational public policies in addition to high investments in education, however, the country is still well below expectations compared to several countries. To measure the quality of education becomes essential for better management. In this sense, this Index, because it is characterized as one that measures the quality of education in the Country, has relevant informations which can induce results related to the improvement or not of the performance of the schools during the evaluated years. In this dissertation we analyzed the informations of the IDEB using the Markov Process, in order to verify if there was improvement of the performance of the schools of public basic education. It was obtained results that, for the most part, the schools showed improvement in their grades which suggests that the measurement and dissemination of the Index may have generated a motivational factor for the involved players, consequently influencing the grades of the students.

Keywords: Education; Quality of Education; IDEB; Markov Process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Notas médias dos países participantes das avaliações PISA de 2012 e 2015	23
Quadro 1 -	Notas PISA 2015 para países e regiões selecionadas do mundo	22
Gráfico 1 -	Nota e Meta do IDEB referente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas do Brasil	19
Gráfico 2 -	Nota e Meta do IDEB referente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas do Brasil.	20
Gráfico 3 -	Nota IDEB Brasil x Meta IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	31
Gráfico 4 -	As cinco melhores escolas - 2005x2007– Anos Iniciais do Ensino Fundamental	33
Gráfico 5 -	As cinco melhores escolas - 2005x2015 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	35
Gráfico 6 -	Comparativo evolução ano base 2005– Anos Iniciais do Ensino Fundamental	37
Gráfico 7 -	Comparativo evolução IDEB– Anos Iniciais do Ensino Fundamental	37
Gráfico 8 -	Nota IDEB Brasil x Meta IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental	38
Gráfico 9 -	As cinco melhores escolas –2005x2007 – Anos Finais do Ensino Fundamental	40
Gráfico 10 -	As cinco melhores escolas - 2005x2015- Anos Finais do Ensino Fundamental	42
Gráfico 11 -	Comparativo evolução ano base 2005 - Anos Finais do Ensino Fundamental	44
Gráfico 12 -	Comparativo evolução IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental	45
Gráfico 13 -	Comparativo por região 2005x2015 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	46
Gráfico 14 -	Evolução por Estado IDEB 2005 e 2015 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	47
Gráfico 15 -	Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) - Nordeste- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	49
Gráfico 16 -	As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Nordeste- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	51
Gráfico 17 -	Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) - Norte- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	52
Gráfico 18 -	As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Norte- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	54
Gráfico 19 -	Comparativo por Região 2005 x 2015 – Anos Finais do Ensino Fundamental	55
Gráfico 20 -	Evolução por Estado IDEB 2005 e 2015 – Anos Finais do Ensino Fundamental	55
Gráfico 21 -	Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) – Nordeste- Anos Finais do Ensino Fundamental	57
Gráfico 22 -	As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Nordeste- Anos Finais do Ensino Fundamental	59
Gráfico 23 -	Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) – Centro Oeste- Anos Finais do Ensino Fundamental	60
Gráfico 24 -	As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Centro Oeste- Anos Finais do Ensino Fundamental	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Rendimento do Brasil referente ao ano de 2014	16
Tabela 2 -	Taxa de Aprovação, Reprovação e Abandono dos Países do Mercosul referente à Educação Básica do ano de 2012.	17
Tabela 3 -	Intervalo de notas dos quintis	29
Tabela 4 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2007– Anos Iniciais do Ensino Fundamental	31 31
Tabela 5 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x 2015– Anos Iniciais do Ensino Fundamental	33
Tabela 6 -	Resumo do resultado das matrizes de probabilidade de transição IDEB– Anos Iniciais do Ensino Fundamental	36
Tabela 7 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2007 – Anos Finais do Ensino Fundamental	39
Tabela 8 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2015 – Anos Finais do Ensino Fundamental	41
Tabela 9 -	Resumo do resultado das matrizes de probabilidade de transição IDEB– Anos Finais do Ensino Fundamental	43
Tabela 10 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005 e 2015 – Nordeste - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	50
Tabela 11 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005 e 2015 – Norte - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	53
Tabela 12 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005 e 2015 – Nordeste - Anos Finais do Ensino Fundamental	58
Tabela 13 -	Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2015 – Centro Oeste - Anos Finais do Ensino Fundamental	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

SAEB -Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PIB - Produto Interno Bruto

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1.	A educação no Brasil.....	12
2.2.	A qualidade da educação no Brasil.....	13
2.3.	Aprovação, Reprovação e Abandono nos Ensinos Fundamental e Médio.....	16
2.4.	Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB	17
2.5.	Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA	21
2.6.	Políticas Públicas e Investimento em Educação No Brasil	24
3.	MÉTODO E BASE DE DADOS UTILIZADOS	27
3.1	Definição das faixas por períodos de análise.....	28
4.	RESULTADOS OBTIDOS	30
4.1.	Desempenho das escolas brasileiras a partir das notas do IDEB	30
4.1.1.	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	30
4.1.2.	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	38
4.2.	Desempenho das escolas a nível regional a partir das notas do IDEB- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	45
4.2.1.	Comparativo Regional	46
4.2.1.1.	Região Nordeste.....	48
4.2.1.2.	Região Norte	51
4.3.	Desempenho das escolas a nível regional a partir das notas do IDEB- Anos Finais do Ensino Fundamental	54
4.3.1.	Comparativo Regional	54
4.3.1.1.	Região Nordeste.....	57
4.3.1.2.	Região Centro Oeste	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
	APÊNDICE A - QUADRO DE INDICADOR DE RENDIMENTO ESCOLA, DADOS PROVA BRASIL/SAEB, DADOS IDEB.....	69
	APÊNDICE B – RESULTADOS DAS MATRIZES DE PROBABILIDADE DE TRANSIÇÃO DO PROCESSO DE MARKOV	70

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Muito se tem discutido sobre a necessidade de melhoria da qualidade da educação no Brasil. Assim como se tem discutido exaustivamente sobre a importância do aumento dos investimentos em educação vis-à-vis melhorias de alocação desses recursos da gestão educacional.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Art. 208 determina que o ensino deve ser universal e gratuito, além de ser um direito subjetivo o que permite responsabilizar juridicamente os governantes pela sua não oferta ou por sua disponibilização irregular. Mas será que a universalização do acesso ao ensino, os maiores investimento e aumento de políticas públicas em educação estão sendo capazes de melhorar, de fato, a qualidade do ensino no País? Além disso, será que existem meios para aferir essa melhoria e o quanto isso está impactando a educação?

Conforme Silva Júnior e Sampaio (2010), o Brasil já atingiu o grau de universalidade na oferta do ensino fundamental desde os anos noventa do último século. Entretanto, o principal problema da educação brasileira é a qualidade ofertada dos serviços.

Sendo assim, alguns questionamentos têm sido feitos: será que os gastos em educação pública estão dando o retorno esperado? Qual o grau de rendimento dos alunos nessas escolas? Qual a qualidade de ensino que se está sendo ofertada? Será que os alunos estão cursando as séries correspondentes às suas idades? Será que o Estado está conseguindo medir a qualidade da educação? Essas são apenas algumas questões que revelam que não se pode simplificar a melhoria da qualidade da educação apenas à elevação do acesso às escolas. Faz-se necessário ultrapassar a fase de mais educação - considerada como o aumento de crianças na escola- para um sistema educacional com melhor qualidade.

De acordo com os Art. 205, 206 e 211 da Constituição Federal do Brasil de 1988 a educação é um direito de todos e o seu acesso deve ser proporcionado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Depreende-se do texto constitucional, que a educação é um campo que deve ser incentivado e ofertado no Brasil por todas as esferas governamentais. É de conhecimento comum que esse campo é capaz de promover desenvolvimento para os países sendo considerado como um fator de diferenciação.

Além dos aspectos legais, ainda deve ser observado os benefícios sociais que a educação proporciona. Conforme Barros e Mendonça (1998), quando se investe em educação há influência nas condições de vida não apenas daqueles que se beneficiam desse investimento,

mas também há influências sobre aqueles que os rodeiam. Afirma ainda que a característica do Brasil que o diferencia dos países asiáticos e latino-americanos com renda semelhante, é o fato de se haver baixa escolaridade da população e uma expansão lenta do sistema educacional.

A Coreia do Sul é um exemplo de país que investiu massivamente em educação, especificamente em educação básica (educação infantil e fundamental), e que colhe os frutos de seu investimento, sendo considerado um dos Países mais desenvolvidos do mundo na atualidade.

Para Barbosa Filho e Pessoa (2009), a educação tem um papel importante para o desenvolvimento do País e, conforme Silva Junior e Sampaio (2010) está relacionada à renda do indivíduo, ao grau de pobreza e a diferença de rendimento entre as classes. Corroborando com essa ideia Araújo *et al.* (2009) considera que a baixa qualidade da mão-de-obra que se tem no Brasil pode se configurar como entrave para o seu crescimento. Por esse motivo é importante que se ofereça uma educação de qualidade para a sociedade, além de se aprimorar os mecanismos de avaliação qualitativos.

Observando o mundo, se verifica que não existe país desenvolvido com baixos níveis educacionais, nem país subdesenvolvido com excelência na educação. Educação competitiva e com qualidade talvez seja a mais importante barreira em direção ao desenvolvimento de um povo. A educação traz externalidades positivas e permite uma melhor dinâmica da vida em sociedade.

Pode-se considerar que a educação é uma variável não observada, tal como felicidade, bem-estar dentre outras. As pessoas possuem a percepção de seus efeitos, mas não conseguem inferir diretamente o nível da educação. Quando se quer fazer tal inferência, institui-se indicadores que servem como *proxy*. A impossibilidade de se observar diretamente cria assimetrias informacionais. É comum haver discussões ideológicas sobre o tema com pouca objetividade em função de tal assimetria.

Como indicador qualitativo da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, aferido a cada dois anos, relaciona as informações de desempenho das escolas obtidas por exames padronizados- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB e Prova Brasil (INEP,2007). Fernandes e Gremaud (2009) o consideram como o principal indicador de qualidade da educação básica no Brasil. Ressalta-se que o ideal é que futuramente, se utilize os dados obtidos nos sistemas avaliativos como forma de melhorar as políticas públicas educacionais.

A divulgação das notas do IDEB pode gerar um movimento no sentido de se melhorar a atuação perante as escolas. Tal hipótese repousa sob o princípio de que as pessoas reagem a incentivos. Fernandes e Gremaud (2009) afirmam que embora o apoio à divulgação das notas por redes e escolas não seja unânime, os estudos revelam que o desempenho dos alunos, nas escolas nas quais houve a divulgação das notas, tendeu a crescer mais rapidamente. É difícil entender a razão que levaria pessoas e grupos a defender a continuidade dessa assimetria.

Assim, este trabalho possui como pergunta norteadora: qual o impacto da divulgação das notas do IDEB na qualidade da educação básica no Brasil? Possui como objetivo geral avaliar o impacto do IDEB na melhoria da qualidade da educação básica pública no Brasil. A partir da utilização de processos de Markov pretende-se verificar se a divulgação dos resultados do Índice por escola em todo o Brasil gerou incentivos de melhorias da qualidade, baseados nos indicadores que compõe o referido Índice, aos atores responsáveis pela política educacional no país.

Este trabalho ainda possui como objetivos específicos verificar se houve avanços no desempenho das escolas a partir das notas do IDEB entre o ano inicial de divulgação até o último ano disponível, utilizando-se o processo de Markov; além de verificar quais regiões brasileiras apresentaram maiores avanços durante os anos aferidos.

A relevância do trabalho justifica-se pelo fato de verificar a capacidade que a divulgação da nota do IDEB possui como incentivo necessário para promover mudanças que resultem em aumentos significativos no indicador. Com isso, poderá concluir se o referido índice está gerando algum efeito positivo nas escolas. Ressalta-se, entretanto, que há uma infinidade de outros fatores como, por exemplo, investimentos governamentais e políticas públicas que também podem interferir nesse resultado.

Essa mudança de comportamento e reação se justifica por dois princípios amplamente estudados nas ciências sociais aplicadas:

- i. Pessoas reagem a incentivos; e,
- ii. Simetria informacional pode trazer uma saudável concorrência entre os atores sociais.

O primeiro princípio faz referência ao comportamento maximizador de utilidade dos indivíduos, conforme apresentado por Varian (2012). As pessoas tomam decisões por meio de comparação de custos e benefícios e seu comportamento pode se ajustar quando os custos ou benefícios mudam. Entretanto, o objetivo será sempre o mesmo: maximizar o seu próprio bem-estar.

Assim, os formuladores de políticas nunca devem esquecer-se dos incentivos, já que as políticas públicas costumam alterar os custos e os benefícios sociais e, portanto, alteram o comportamento das pessoas.

No caso do IDEB, tomar conhecimento sobre o posicionamento relativo da escola ao qual o indivíduo está ligado, pode alterar seus esforços no sentido de trabalhar para um melhor posicionamento num determinado *ranking*, por exemplo. Se uma melhora relativa trouxer algum benefício ainda mais objetivo como benefícios financeiros para professores, ou ainda, melhor reconhecimento futuro no mercado de trabalho para os alunos, esse esforço poderá ser ainda maior. Tal estratégia poderia trazer uma saudável concorrência na qual o benefício social parece evidente: a melhoria da educação.

O segundo princípio está ligado à informação, conforme apresentado por Varian (2012). O fato de a educação não apresentar resultados diretamente quantificáveis, leva a muitas imprecisões sobre o seu retorno. Se a educação fosse encarada como uma forma de investimento, os agentes teriam dificuldades de saber o quanto alocar, uma vez que teriam informações sobre retorno impreciso.

Quando se cria um índice que reflete a qualidade da educação básica para todo o Brasil, a tarefa de comparar, compreender e adaptar a outras realidades as melhores estratégias e mudar a direção de rota das decisões fica muito mais fácil. O resultado da redução da assimetria é a redução da ignorância e a melhoria da qualidade da educação. Assim, este trabalho é lastreado por esses dois importantes princípios microeconômicos. Observe que se os indivíduos não reagem aos incentivos e se a assimetria informacional não é um problema para tomada de decisões educacionais, dificilmente os atores envolvidos diretamente com a educação trocariam estratégias piores por outras melhores e assim, as escolas se quedariam estáticas. Outra razão que levaria a esta estática seria considerar que apenas a divulgação de um índice não traria incentivos suficientes para qualquer tipo de reação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão abordaremos os temas pertinentes à esta dissertação. Inicialmente se abordará a respeito da educação no Brasil ressaltando a sua qualidade, em seguida se abordará a respeito de questões práticas relacionadas à qualidade educacional como aprovação, reprovação e abandono. Posteriormente, serão discutidos alguns indicadores educacionais como, o IDEB e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA. Finalmente, serão discutidas algumas Políticas Públicas e Investimento em Educação no Brasil.

2.1. A educação no Brasil

O baixo nível de escolaridade e a baixa qualidade da educação no Brasil sempre ocupou enorme preocupação em meios acadêmicos no País. Recentemente, o tema extrapolou o ambiente acadêmico e tomou lugar em rodas de conversas populares e redes sociais.

Em geral, as principais perguntas são: Qual o papel que a educação pode exercer sobre o desenvolvimento do país? Quais ações poderiam melhorar seu desempenho? E qual seria o papel dos diversos atores políticos e sociais para se alcançar tal objetivo.

A importância da educação para o desenvolvimento de um país vai além do aspecto social. Conforme Barbosa Filho e Pessoa (2009), há empiricamente evidências da relação entre o grau de escolaridade e a renda de uma pessoa. Assim, informam que há expressivo ganho de salários associados com maior tempo de escolaridade. Segundo esses autores, o retorno da educação no Brasil permeia os 10% ao ano. Nesse sentido, o País tem realizado diversos tipos de políticas públicas voltadas para essa área, bem como investido na garantia do acesso à escola, chegando, atualmente, a universalização desse acesso.

Entretanto, é notório que além do investimento e das políticas públicas realizadas pelo governo, ainda assim a realidade é a de que no Brasil, a sociedade apresenta baixa qualificação, ou seja, baixo nível de escolaridade. De acordo com Barbosa Filho e Pessoa (2009), é raro um País com renda per capita como a do Brasil apresentar nível de escolaridade baixo, como se tem. Ressalta-se ainda que, além de se haver investimentos governamentais, um dos problemas do País é a carência de avaliação de suas políticas. Araújo et al (2009) afirmam que no País efetuam-se a implementação de políticas públicas em grande escala, porém, não se possui a cultura de realização de contrapartidas como sistemas avaliativos.

Conforme Silva Júnior e Sampaio (2010), a educação também está ligada ao grau de pobreza e a diferença de rendimento entre as classes evidenciadas no País. Para eles há cinco determinantes que influenciam na decisão do indivíduo quando se trata dos aspectos educacionais: a renda da família, suas habilidades, o ambiente familiar, a qualidade da escola e o retorno que ele espera receber pelo tempo despendido nos estudos.

Além disso, em se tratando da realidade da educação no Brasil, os supracitados autores revelam que a situação que o País se encontra é comparável à de países em desenvolvimento havendo algumas das características como, por exemplo, elevado índice de evasão escolar, professores mal remunerados e que não possuem qualificação necessária, crianças frequentando as séries nas idades não correspondentes, razão aluno por professor elevada além de precária infraestrutura da escola.

2.2. A qualidade da educação no Brasil

O texto do Art. 6º da Constituição Federal de 1988 definiu o *hall* dos direitos sociais como “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Seguindo a mesma linha, a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, defende que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (LEI 9394/96, artigo 2º)

Ademais, o artigo 4º da Lei supracitada apresenta os quesitos que deverão ser cumpridos pelo Estado para que a educação seja de qualidade. Este artigo determina que:

“O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (LEI 9394/96, artigo 4º)

A questão da qualidade educacional é carregada de complexidade. Não se pode atrelar esse conceito apenas à disponibilização de acesso às escolas para os jovens. Trata-se, primordialmente, à maneira como os alunos são educados, como os ensinamentos são transmitidos e as ferramentas que são disponibilizadas. Conforme Paz e Raphael (2010), o desafio atual, portanto, não é o de apenas fornecer o acesso à escola, mas o de garantir os padrões mínimos de qualidade.

O assunto também está especificado nas diretrizes do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, no inciso IV do Art. 2º, o qual estabelece como sendo umas das diretrizes do PNE a melhoria da qualidade da educação. O Plano foi aprovado para ter vigência até 2024.

Nesse sentido, o conceito de qualidade do sistema educacional de ensino reveste-se de várias perspectivas. Pode-se dizer, entretanto, que, de acordo com Soares e Marotta (2009), esse conceito sempre engloba o fator do aprendizado do aluno aferido através de testes padronizados. Para esses autores, a medida da qualidade do sistema educacional pode ser feita pela média de desempenho dos alunos.

De acordo com Oliveira e Araújo (2005), a percepção da qualidade de ensino pode ser observada de três formas, sendo a primeira como a oferta insuficiente da educação para a população, ou seja, a percepção de qualidade estaria relacionada à disponibilidade ou não de

escolas para a sociedade. A segunda forma está ligada à disfunção no fluxo durante o ensino médio, diga-se, a relação entre os alunos que ingressaram e conseguiram concluir o sistema educacional. Por fim, a terceira forma refere-se a haver um sistema de avaliação aplicado de forma generalizada como forma de avaliação do desempenho dos alunos.

Nesse sentido, conforme os autores supracitados, a primeira ideia de qualidade estava ligada simplesmente à construção de prédios e a disponibilização de materiais escolares, em outras palavras, não se havia sequer uma preocupação com o “como” estava sendo realizada a aprendizagem. A evolução do conceito do que é considerada uma educação de qualidade está ligada às políticas públicas a fim de aprimorar o sistema educacional brasileiro.

Em tempo, é válido ressaltar, também que, o acesso à escola no Brasil tem se popularizado apresentando uma elevação no tocante à universalização de seu acesso. Já quando se trata da questão da melhoria da qualidade da educação, esta mostra-se como uma preocupação para o País. Conforme Veloso (2009), a qualidade da educação ainda é muito baixa se comparada com outros países ou se considerado o nível de aprendizado obtido nas escolas. Corroborando com essa ideia, Dourado e Oliveira (2009) afirmam ser necessário que se façam mais esforços para atingir a eficácia na aprendizagem.

A educação é vista como um fator determinante para o crescimento e desenvolvimento de qualquer país e este conceito é bastante difundido na literatura. Por isso, é possível afirmar que a questão do sistema educacional é uma preocupação de todos os países que buscam o próprio crescimento. Entretanto, para alcançar os efeitos esperados, é necessário que se tenha uma educação de qualidade. Nesse sentido, Dourado e Oliveira (2009) afirmam que a educação se reveste como um elemento constitutivo das relações sociais, sendo a escola o espaço de produção e disseminação do saber produzido pelos homens. Além disso, é importante mencionar que a Carta Magna no inciso VII do Art. 206 estabelece como um dos princípios a garantia de padrão de qualidade.

É relevante ressaltar também que conforme Veloso (2009), nas experiências internacionais mais promissoras há a combinação de três fatores ligados ao aumento da qualidade da educação, o primeiro é a introdução de responsabilização dos atores educacionais pelos resultados, o segundo é o incentivo à competição de escolas por recursos públicos e o terceiro é a descentralização e autonomia das escolas. Para ele, ao responsabilizar todos os atores do sistema educacional pelos resultados, gera um maior comprometimento em busca da qualidade de ensino, isso se faz com a divulgação das notas do indicador, o que resultaria em uma cobrança perante esses atores a fim de aperfeiçoar a gestão da escola. De acordo com esse

autor, essas experiências estão ligadas as recompensas ou punições dependendo do resultado alcançado pela escola.

Adicionalmente, o autor conceitua a competição como forma de incentivo à melhoria de desempenho, uma vez que, a perda de receita ligada a queda de alunos matriculados, estimula o melhor desempenho da escola. Por fim, a descentralização e autonomia das escolas podem contribuir para elevação da responsabilidade, já que as comunidades teriam uma maior capacidade de monitoramento da aplicação dos recursos e dos resultados.

2.3. Aprovação, Reprovação e Abandono nos Ensinos Fundamental e Médio

O rendimento escolar trata da aprovação, reprovação (não é aprovado na série cursada e, por isso, não lhe é permitido cursar a série seguinte) ou abandono das crianças às escolas. Conforme Fernandes e Natenzon (2003), dois princípios básicos devem ser perseguidos pelo governo para reduzir as taxas de repetência: a prioridade do ensino fundamental e o combate às repetências.

No Brasil, a realidade encontrada é a de que quase a totalidade das crianças do País ingressam nas escolas públicas; apesar disso, ainda se verificam altas taxas de repetência ou de abandono dos alunos. A Tabela 1 apresenta a taxa de rendimento do Brasil referente ao ano de 2014. Na referida Tabela são apresentadas as etapas de escolarização, a taxa de aprovação, reprovação e de abandono.

Tabela 1: Rendimento do Brasil referente ao ano de 2014

Etapas de escolarização	Aprovação	Reprovação	Abandono
Anos iniciais do ensino fundamental (1 ao 5 ano)	92,70%	6,20%	1,10%
Anos finais do ensino fundamental (6 ao 9 ano)	84,80%	11,70%	3,50%
Ensino Médio	80,30%	12,10%	7,60%

Fonte: Censo Escolar, INEP. Elaborado pela autora

Conforme se depreende dos dados constantes na Tabela 1 referente ao ano de 2014, percebe-se que a maior taxa de abandono se encontra no ensino médio, correspondendo a 7,6%.

Pode-se ainda comparar esses dados aos de outros países. A Tabela 2 apresenta os dados referente à aprovação, reprovação e abandono da educação básica no ano de 2012 dos países do Mercosul.

Tabela 2: Taxa de Aprovação, Reprovação e Abandono dos Países do Mercosul referente à Educação Básica do ano de 2012.

Países	Aprovação	Reprovação	Abandono
Argentina	88,90%	8,90%	2,20%
Brasil	88,20%	9,10%	2,70%
Chile	94,60%	4,10%	1,30%
Paraguai	89,80%	3,30%	6,80%
Uruguai	87,90%	11,10%	1,00%

Fonte: Mercosur. Dados de 2012. Elaborado pela autora

De acordo com as informações da Tabela 2, percebe-se que o Brasil possui uma das maiores taxas de reprovação, 9,10% perante os Países do MERCOSUL, ficando atrás apenas do Uruguai, 11,10%. Além disso, pontua-se que o Brasil também apresenta elevadas taxas de abandono escolar.

Mecanismos para aferir a qualidade do ensino e para minorar as deficiências educacionais no País são recorrentes nas Políticas Públicas específicas da área da educação. Um exemplo deles é o IDEB, que é considerado um indicador de qualidade no âmbito da educação (INEP, 2007). Na próxima sessão, esse assunto será tratado com mais profundidade.

2.4. Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB

O Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre o Plano de Compromisso todos pela educação, em seu art. 3º estabelece que a qualidade da educação básica seja aferida de forma objetiva baseada nos dados do IDEB, sendo a responsabilidade de cálculo e divulgação do INEP.

Trata-se de um indicador de qualidade educacional aferido a cada dois anos e que relaciona as informações de desempenho obtidas por exames padronizados como a Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB realizados pelos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio com dados sobre rendimento escolar / aprovação (INEP, 2007).

Conforme estabelece o INEP (2007), raramente se tem análises que combinam as informações colhidas por esses dois tipos de indicadores. Felicio (2009) afirma que a vantagem de se considerar um índice ao invés de indicadores isolados, é que, com isso, estimula-se a melhora através da composição da taxa de aprovação em conjunto com o desempenho escolar. Nesse caso, se houver uma melhora em um destes e piora no outro, mesmo assim poderá resultar na queda da nota do IDEB, portanto, estimula-se a melhora nos dois indicadores

simultaneamente. Reitera, também ao informar que ao combinar as notas do Prova Brasil/SAEB com a taxa de aprovação, o IDEB reduz a prática de reprovação indiscriminada e a aprovação de alunos que não tiveram rendimento adequado, diga-se, que não aprenderam.

De acordo com Fernandes (2007) e Felício (2009), para que se tenha um sistema educacional eficaz é necessário que todas as crianças tenham acesso à escola e nas séries cuja idade seja correspondente, além de estarem aprendendo. Outro fator seria a falta de desperdício de tempo com reprovações ou repetências além de não haver evasão.

É relevante ressaltar que embora se tivesse diversos indicadores quantitativos, até a criação do IDEB, não se tinha um indicador que mensurasse a qualidade do ensino no Brasil. Portanto, a sua criação é extremamente válida, uma vez que se pode, através dele, entender como está o ensino público e atuar da melhor forma.

Conforme Jannuzzi e Rezende (2008), a questão da qualidade da educação no País, mesmo sendo um assunto recorrente, parece ter sido considerada relevante a ponto de ser incluída na agenda formal do governo apenas em 2000.

Os resultados do IDEB são apresentados a cada dois anos. Eles subsidiam a proposta de melhorias para a gestão das escolas, uma vez que os dados resultantes embasam a elaboração de informações sobre a qualidade de ensino.

Com a conjugação desses dois fatores- aprovação e desempenho- é possível definir se determinada escola possui alto grau de repetência e se os alunos saem no final do ciclo com domínio do conteúdo. Esse é o padrão que deve ser implementado e mantido pelas escolas que incentivem os alunos.

Paz e Raphael (2010) citam que os dados resultantes da avaliação por esse Índice permitem que se faça comparação entre as leituras ao longo do tempo, o que possibilita o acompanhamento do desempenho das escolas.

Dessa forma, eles serão influenciados a não perderem tempo e a se formarem cada vez melhor capacitados. Paz e Raphael (2010) afirmam ainda que, o objetivo atual dos sistemas avaliativos não é o de eliminar os alunos considerados não aptos para se escolarizar, e sim o de analisar os resultados de aprendizagem com a finalidade de verificar a qualidade do sistema educacional favorecendo o crescimento da economia.

Conforme Fernandes (2007), o supracitado indicador verifica o cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação. Esse Plano é uma estratégia para regulamentar através do regime de colaboração entre os entes, Municípios, Estados e Distrito Federal, para juntamente com a participação da família e comunidade, gerar uma busca pela melhoria da qualidade da educação básica. Camini (2010)

afirma que após a assinatura do termo de adesão, o ente compromete-se a cumprir às vinte e oito diretrizes estabelecidas nele.

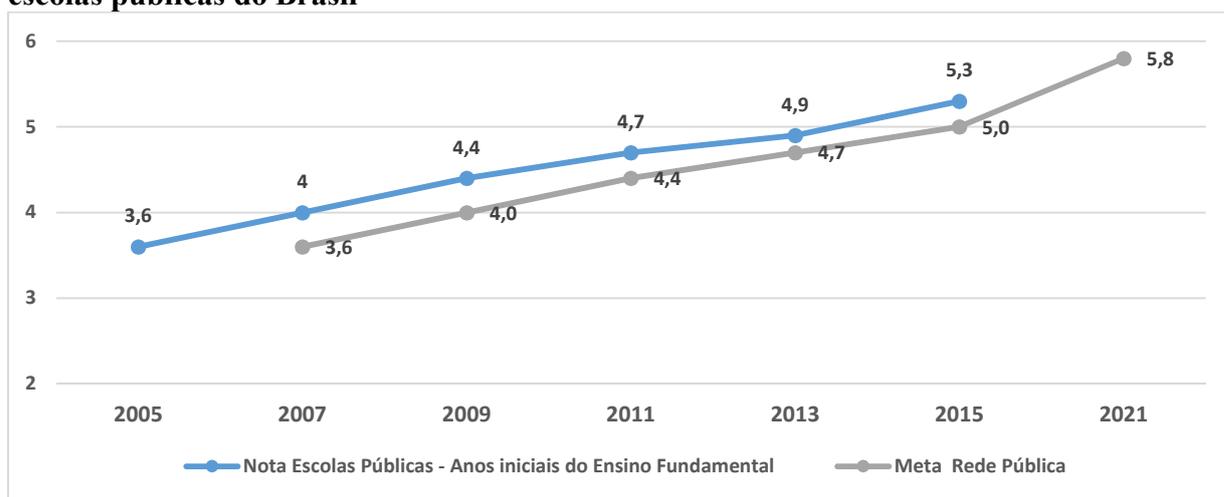
É relevante mencionar ainda que, foi criada para cada IDEB uma trajetória para se chegar à meta considerada como de qualidade. Essa meta, prevista para ser alcançada até 2022, seria a nota do IDEB correspondente a seis¹, compatível, portanto, aos padrões de qualidade de ensino dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE (FELICIO, 2009).

De acordo com Fernandes (2007), ao se atingir a meta nacional deste Índice seria o equivalente a se equiparar ao nível de qualidade do sistema educacional do País, em relação à proficiência e rendimento, à média atual dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, Fernandes e Gremaud (2009) afirmam que essa meta norteia o cálculo das metas individuais do Índice para cada ente e escola. O estabelecimento delas tem o objetivo de gerar maior comprometimento dos entes e escolas. No Apêndice A é possível verificar as projeções das metas do IDEB até 2021.

O Gráfico 1 apresenta a evolução das notas do IDEB referente aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas do Brasil, do início do seu cálculo até o ano de 2015, assim como a referida meta para cada ano até o ano de 2021.

Gráfico 1: Nota e Meta do IDEB referente aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas do Brasil



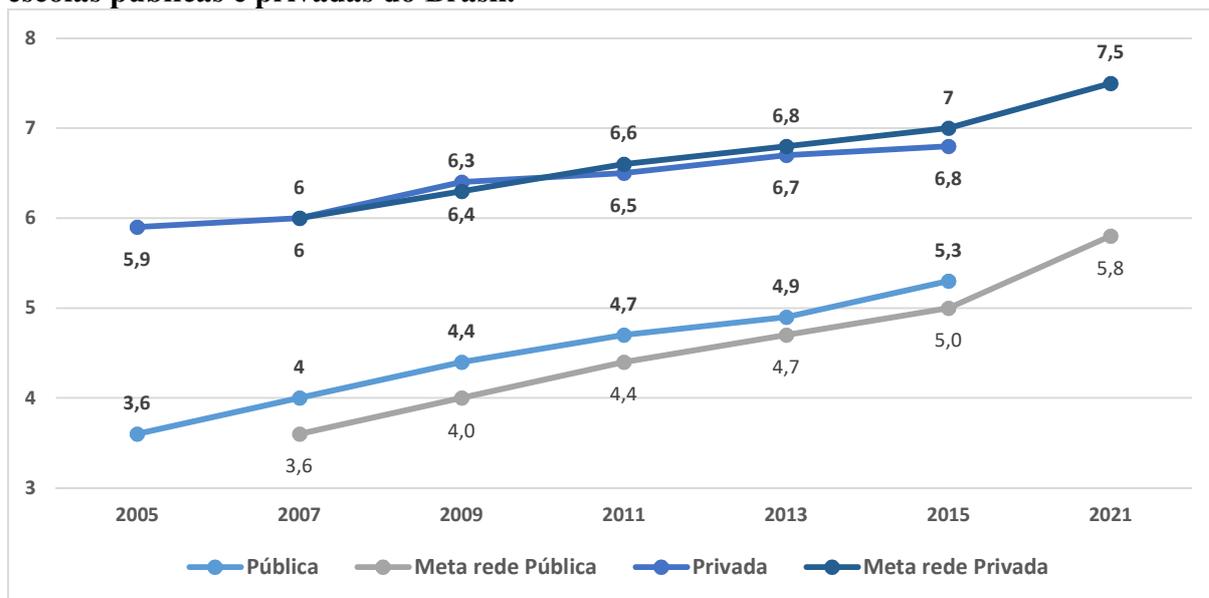
Fonte: INEP. Elaborado pela autora.

Percebe-se que, apesar dos resultados dos últimos anos terem ficado acima da meta calculada, deve-se destacar que o objetivo maior é que o índice chegue perto da nota seis. Além

¹ Conforme se verifica no Anexo A, a nota 6 se refere a meta projetada para o ano de 2021 considerando todas as escolas do Brasil.

disso, pode-se realizar a comparação do desempenho das escolas públicas com as escolas privadas. O Gráfico 2 apresenta a nota e meta do IDEB referente aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do Brasil com dados de nota de 2005 até 2015 e com dados de meta de 2007 a 2021.

Gráfico 2: Nota e Meta do IDEB referente aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do Brasil.



Fonte: INEP. Elaborado pela autora.

Conforme se verifica no Gráfico 2, o desempenho das escolas das redes privadas é superior ao da rede pública. Alguns dos motivos pode ser o fato de haver uma melhor infraestrutura, professores mais qualificados e melhores remunerados, por exemplo.

A partir da análise do Gráfico 2, pode-se tomar como comparativo o resultado da nota do IDEB das escolas públicas e das escolas privadas de 2013. Para as da rede pública a nota foi de 4,9, já para as de rede privada, a média da nota alcançada foi de 6,8, revelando, portanto, um desempenho maior.

Ainda, pode-se verificar através do Gráfico 2 que, embora o governo esteja investindo em políticas públicas educacionais, direcionando uma maior atenção à avaliação da qualidade da educação, especialmente das escolas públicas, nota-se que o crescimento das notas de uma leitura para outra do Índice ainda é baixo. Exemplificando, se considerar a média da nota de 2011 para 2013, tem-se apenas um crescimento de dois décimos.

Entretanto, não se pode deixar de considerar a relevância dos indicadores de qualidade para o desenvolvimento da educação no país. É fato que a garantia da qualidade vai além de assegurar a universalização do acesso à escola e à informação, haja vista que o resultado de um

sistema educacional de qualidade é: alunos aprendendo o conteúdo ministrado pelos professores e, finalizando os ciclos cada vez mais capacitados. O que se percebe, especialmente no Brasil, é que a busca pela quantidade de alunos apenas matriculados na rede de ensino ultrapassa a busca pela qualidade do material, da capacitação dos professores e do aprendizado dos alunos.

Oliveira e Araújo (2005) corroboram com essa ideia ao afirmar que embora se tenha a quase universalização do acesso à escola, há diversos alunos que não conseguem absorver o mínimo desejado para viver em um ambiente social. Ainda, informam a necessidade de se buscar que os alunos recebam uma experiência rica em diversos aspectos como humano, político e social.

O que deve interessar em todo esse processo é garantir o direito subjetivo de estudar. Apesar disso, não se busca verificar em que condições os alunos saem de sala de aula. Quanto mais cada aluno apreender de conhecimento, maiores serão as chances de garantir sua empregabilidade após a formação. Por esse motivo, esses índices de qualidade de desempenho permitem a visualização de como está a qualidade de ensino.

Paz e Raphael (2010) ressaltam que, embora o Ministério da Educação- MEC, nos últimos anos, tenha despendido uma atenção especial ao sistema avaliativo da qualidade da educação básica, a realidade ainda são escolas com precária infraestrutura, professores com baixos salários, um ensino com baixa qualidade e taxas elevadas de abandono.

Nesse sentido, além do IDEB, abordado anteriormente, vale citar outras formas de testes avaliativos da qualidade da educação que proporcionam gerar informação acerca de como os países estão se comportando nessa área. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, por exemplo, é um teste comparativo, em outras palavras, é um estudo internacional de avaliação comparada do rendimento das escolas (CARVALHO, 2009). A sessão a seguir abordará esse assunto.

2.5. Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA

O PISA é uma avaliação internacional promovida pela OCDE. De acordo com Carvalho (2009), trata-se de uma forma de avaliação comparada internacionalmente do desempenho das escolas e constitui-se em uma das principais atuações da Organização no cenário educacional.

Conforme Veloso (2009), o Brasil começou a participar desse programa a partir de 2000, sua avaliação ocorre a cada três anos e avalia o conhecimento de matemática, leitura e ciência dos alunos de 15 anos.

De acordo com Relatório PISA 2000, a aferição visa verificar até que ponto os alunos que estão no término da educação obrigatória assimilaram o conhecimento necessário. Seu objetivo é embasar as reformas educacionais buscando o aperfeiçoamento do ensino público em vários países. De acordo com Carvalho (2009), o referido Programa é um instrumento de avaliação que compara internacionalmente o desempenho dos sistemas educacionais.

Concernentes aos últimos resultados até a conclusão desta dissertação, referentes à avaliação de 2015, o desempenho dos alunos do Brasil é abaixo da média dos países da OCDE nas áreas de ciências, leitura e matemática (OCDE, 2016). O resumo dos resultados nacionais do Pisa de 2015 menciona que outros países como Colômbia, México e Uruguai, obtiveram resultados melhores do que o Brasil, mesmo apresentando um custo médio por aluno menor. Os aumentos em investimentos precisam ser convertidos em melhora na aprendizagem dos alunos (OCDE,2016). Outro dado relevante constante nesse relatório é o fato de a diferença do desempenho de alunos de níveis socioeconômicos mais elevado para níveis socioeconômicos menores corresponde a 27 pontos, o que seria equivalente a um ano letivo. Essa diferença se torna ainda mais preocupante haja vista a disparidade no País entre as classes sociais.

O Quadro 1, extraído do INEP, referente ao resultado PISA 2015, apresenta as notas da avaliação do Programa para alguns países e regiões selecionadas do mundo.

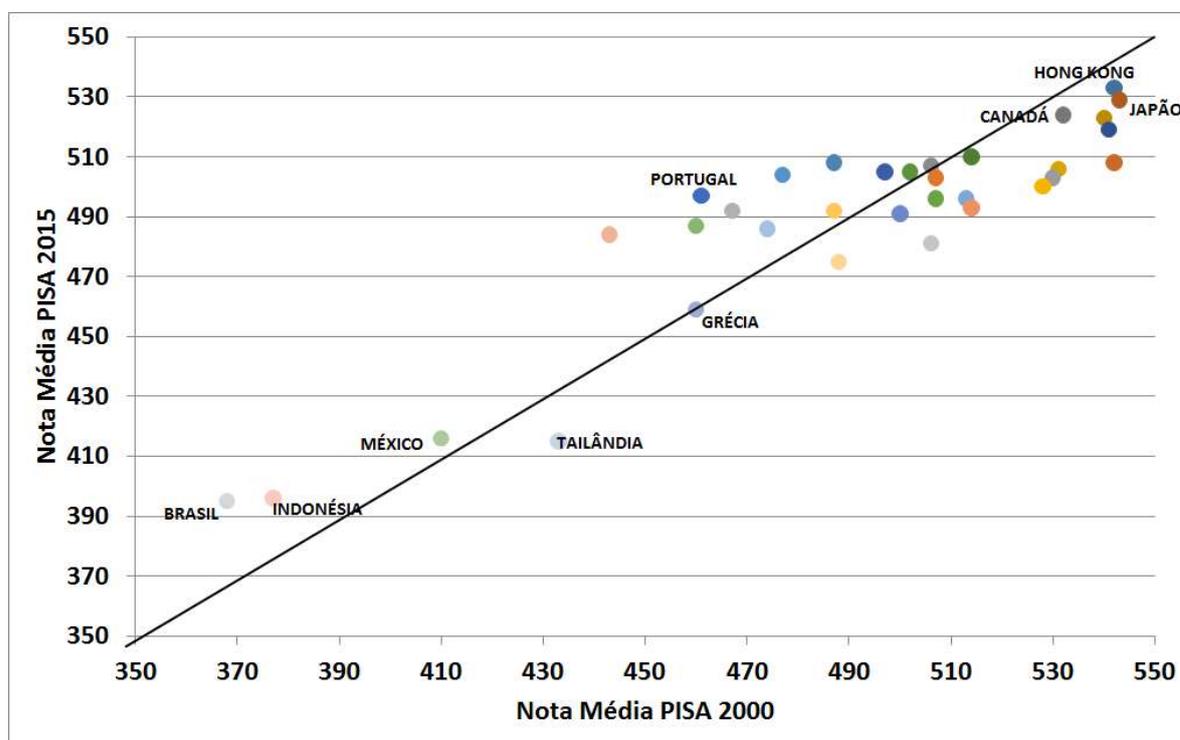
Quadro 1: Notas PISA 2015 para países e regiões selecionadas do mundo

Países/Regiões	Ciências	Leitura	Matemática	Média
Singapura	556	535	564	552
Japão	538	516	532	529
Estonia	534	519	520	524
China(Taipei)	532	497	542	524
Finlandia	531	526	511	523
China(Macau)	529	509	544	527
Canada	528	527	516	524
Vietnan	525	487	495	502
Chile	447	459	423	443
Brasil	401	407	377	395

Fonte: INEP. Elaborado pela autora

Como se pode perceber, o desempenho do Brasil está aquém de muitos países como Chile, Canadá, Singapura, dentre outros. Outra maneira de se observar a posição relativa do Brasil é observando dos países que participaram das avaliações PISA, 2000 e 2015. A Figura 1 apresenta um Gráfico em que se plotam as notas médias desses países.

Figura 1 – Notas médias dos países participantes das avaliações PISA de 2000 e 2015



Fonte: INEP. Elaborado pela autora

Observe que o Brasil se encontra entre os países de menor nota. É destacado além do Brasil outros países selecionados.

A linha diagonal separa os países em três grupos: os que melhoraram as suas notas, os que se mantiveram e aqueles que pioraram suas notas entre os dois exames. Assim, aqueles países que se encontram acima da linha apresentam melhoras, os que se encontram sobre a linha se mantiveram e, conseqüentemente, os que se apresentam abaixo da linha tiveram uma piora de seus indicadores.

Observe que o Brasil apresenta uma significativa melhora a exemplo do que acontecera com a maioria dos países com notas mais baixas, uma exceção é a Tailândia que piorou. A Grécia é um exemplo daqueles países que não conseguiu melhorar, entretanto não piorou. Os países que apresentaram os melhores desempenhos tendem a ter pequena piora.

Continuando com a abordagem do tema educação e qualidade da educação, será abordado, em seguida, as políticas públicas e a questão do investimento em educação no Brasil.

2.6. Políticas Públicas e Investimento em Educação No Brasil

As políticas públicas são a concretização dos objetivos do governo, constituindo aquilo que o governo escolhe realizar. Nesse sentido, o governo pode ser concebido como um instrumento para a realização das políticas. Através delas, o Estado consegue atender às demandas sociais, por isso, pode-se dizer que as políticas públicas entram na agenda do governo de acordo com a seriedade dos problemas como forma preventiva ou corretiva para solucioná-los (SOUZA, 2006), em outras palavras, o referido autor acredita ter a política pública a finalidade de solucionar os problemas.

Corroborando com essa ideia, Saravia (2006), conceitua políticas públicas como as decisões do governo para gerar equilíbrio social ou gerar desequilíbrios com o objetivo de mudar a realidade. Além disso, reitera apontando que são estratégias de várias finalidades as quais são demandadas, de alguma forma, pelos atores tais como a sociedade e o governo.

Souza (2006) afirma, também, que ela é um campo do conhecimento que aciona as ações do governo ou que faz com que elas sejam modificadas, caso necessário.

Para que a política pública seja efetivamente realizada, ela passa por algumas etapas ou fases de um ciclo de vida. Ressalta-se que essas fases são interdependentes, mas não são etapas causais nem consecutivas. Segundo Gelinski e Seibel (2008), as fases do ciclo avaliativo são formulação, implementação e controle, além disso, informam que esse processo é dinâmico, ou seja, é possível que se façam correções no decorrer no ciclo.

A primeira etapa refere-se à identificação do problema, definição de objetivos e metas relevantes. É nessa fase também que as alternativas são comparadas com os objetivos e metas previamente definidos para escolher soluções cujos resultados propiciam maior alcance de objetivos e maiores benefícios. De acordo com Saravia (2006), essa primeira fase é a de preparação da decisão do governo. Para Silva e Melo (2000), é também nessa fase que são definidas os recursos e previsão de tempo necessários.

A segunda fase é quando a política entra em execução; fase em que os recursos são designados para determinada ação ou política. De acordo com Silva e Melo (2000), essa fase refere-se à execução das etapas necessárias à realização das ações que estão de acordo com as metas definidas na etapa anterior.

Por fim, a fase de controle ou avaliação de políticas públicas visa analisar se o seu propósito foi atingido ou se é necessário realizar alterações no decorrer de seu processo para que seja eficaz. Corroborando com essa ideia, Minayo (2005) afirma que a avaliação é um processo sistemático de questionar sobre a relevância de determinada política ou programa.

Enfatiza, ainda, que a avaliação de programas e projetos tem como objetivo fortalecer o movimento de transformação da sociedade para a busca dos direitos humanos. Ressalta-se ainda que, de acordo com Trevisan e Bellen (2008), a fase de avaliação está gradativamente ganhando espaço na fase de análise de políticas públicas.

A avaliação de políticas públicas caracteriza-se, também, como um relevante instrumento de prestação de contas à sociedade, uma vez que, ao avaliar determinada política, pode-se revelar sua importância, sua efetividade e, especialmente, trazer maior transparência ao gasto público. Arretche (1998) corrobora essa ideia, ao afirmar que a avaliação é um instrumento democrático para avaliar e controlar as ações.

Os investimentos em educação são difíceis de serem mensurados em curto prazo, uma vez que seus frutos são observados, ou colhidos, em longo prazo. Nogueira e Nogueira (2009) afirmam que o retorno dos dispêndios em educação é de longo prazo. Esse fato colabora para que, frequentemente, haja distorções quanto à correta aplicação dos recursos em determinados países. Um outro ponto é que os investimentos em educação não afetam exclusivamente a vida de quem está usufruindo dele, o que reflete ainda mais a importância desse tipo de dispêndio. A educação é capaz de nortear a vida das pessoas e capaz de gerar mudanças na sua condição. De acordo com Machado (1998), o débito educacional é o responsável pelo subdesenvolvimento, elevação da marginalização e dos índices de pobreza.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu Art.21, define educação básica como sendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem por finalidade desenvolver o educando assegurando a sua formação para o exercício da cidadania. A importância de se investir em educação básica reside no fato de se investir na base da formação do indivíduo. Ratificando essa ideia, Veloso (2009) afirma que no Brasil há uma inversão de prioridade em relação aos investimentos em educação, uma vez que, o País apresenta uma elevada parte da população na pobreza e as condições da qualidade da educação básica são muito baixas. Isso pode ser explicado pelo fato de não se ter investido quando se deveria em educação básica, e hoje, devem-se buscar caminhos alternativos para se suprir uma demanda tardia. Nessa discussão cabe uma reflexão: será que essa é a melhor forma?

Como supracitado, o Brasil é um dos países que mais investem em educação, segundo dados da OCDE. De acordo com essa fonte, o investimento médio em educação do Brasil é de 6,1% de seu Produto Interno Bruto- PIB, acima da média da OCDE que é de 5,6%.

O que deve ser analisando, entretanto, não é pura e simplesmente quanto cada país investe nesse campo e sim como está sendo essa aplicação, ou seja, qual a qualidade dos investimentos e como eles estão sendo alocados. Não adianta dispendir elevados valores se não

houver políticas estruturadas e, especialmente, monitoramentos de como essas políticas estão sendo executadas.

Além de se mencionar o aspecto dos investimentos educacionais, vale citar, como uma das atuações do Governo com a finalidade de melhorar a qualidade da educação, a Base Nacional Curricular Comum- BNCC a qual norteia os sistemas educacionais no momento da construção da proposta curricular (MEC, 2016). Menciona-se que a BNCC também é uma exigência da LDB e do PNE e reveste-se como referência para que os sistemas garantam o acesso ao direito dos estudantes da educação básica à aprendizagem.

A seguir, será abordada a metodologia escolhida para se trabalhar nesta dissertação, bem como a base de dados utilizada como *input* para se processar os resultados.

3. MÉTODO E BASE DE DADOS UTILIZADOS

A base de dados utilizada na presente pesquisa, para avaliação do desempenho das escolas públicas da educação básica do Brasil, tem como fonte os dados o IDEB aferido pelo INEP. Nesta dissertação optou-se por focar nos dados dos anos iniciais do ensino fundamental e finais do ensino fundamental. Nesse sentido, os dados referem-se ao período de 2005 a 2015 das escolas da rede pública dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental.

As simulações do comportamento das escolas, no médio ou longo prazo, utilizando o resultado da aferição através do referido Índice foram baseadas no “Processo de Markov”. Ressalta-se que o IDEB é medido a cada dois anos e apresentado em uma escala de notas que vai de zero a dez.

O “Processo de Markov” será aplicado para fazer previsões relativas referente ao comportamento do desempenho das escolas durante os anos nos quais houve aferição do IDEB.

Com base nos dados das notas das escolas aferidas nos seis anos (2005 a 2015), é possível construir uma matriz de probabilidade, a matriz M , conhecida como matriz de probabilidade de transição. Para tanto, será realizada uma divisão das notas das escolas em cinco “faixas” ou “quintis”, utilizando-se a primeira faixa como sendo as escolas com pior desempenho e o último quintil contemplando as escolas que apresentaram o melhor desempenho.

Utilizando-se esse processo, a probabilidade de uma escola sair de um faixa para outra, pode ser verificada através de estudos analisando o comportamento da nota do IDEB dessa escola ao longo dos anos estudados. Segundo Bueno (2008), essa transição constitui-se na Cadeia de Markov.

Considerando, como exemplo, cinco faixas de intervalo de notas (quintis) decorrente da avaliação das escolas pelo IDEB e a aferição de dois anos tem-se a seguinte matriz de transição:

$$\mathbf{M} = \begin{bmatrix} P_{11} & P_{12} & P_{13} & P_{14} & P_{15} \\ P_{21} & P_{22} & P_{23} & P_{24} & P_{25} \\ P_{31} & P_{32} & P_{33} & P_{34} & P_{35} \\ P_{41} & P_{42} & P_{43} & P_{44} & P_{45} \\ P_{51} & P_{52} & P_{53} & P_{54} & P_{55} \end{bmatrix}$$

no qual “ P_{11} ” representa a probabilidade de uma escola estar no pior faixa de intervalo de notas em um ano, por exemplo em 2005, e permanecer nessa mesma faixa (estado “ E_1 ”) em outro ano, por exemplo em 2007. Nesse sentido, P_{12} representa a probabilidade de uma escola estar

no estado E1 em 2005 e apresentar uma melhora no desempenho de sua nota passando para o estado E2 em 2007. Assim pode-se generalizar para os demais estados.

Nesse sentido, a utilização do Processo de Markov, possibilitará a análise do comportamento das escolas desde o início da aplicação do IDEB até o último ano aferido, verificando se esse comportamento está voltado para a melhoria da qualidade de ensino ou não. Além disso, dado um vetor $V^0 = [P_1 \ P_2 \ P_3 \ P_4 \ P_5]$ de probabilidades iniciais, no qual, P_i é a proporção de escolas que estão na faixa i no início do processo (no caso do exemplo, em 2005), pode-se calcular este mesmo vetor no estado 1 (ano de 2007) utilizando a seguinte fórmula:

$$V^1 = V^0 * M = [P_1 \ P_2 \ P_3 \ P_4 \ P_5] * \begin{bmatrix} P11 & P12 & P13 & P14 & P15 \\ P21 & P22 & P23 & P24 & P25 \\ P31 & P32 & P33 & P34 & P35 \\ P41 & P42 & P43 & P44 & P45 \\ P51 & P52 & P53 & P54 & P55 \end{bmatrix}$$

Assim, o modelo indica como as escolas se distribuem após o primeiro período de transição, ou seja, após o período entre 2005 e 2007. Utilizando esta fórmula, o modelo viabiliza o cálculo das probabilidades para estados futuros:

$$V^t = V^0 * M^t$$

Logo, é possível estimar o vetor de probabilidades para o ano de 2009 utilizando a matriz de transição calculada da mudança entre 2005 e 2007 e o vetor inicial. Para isto a fórmula indica que $V^2 = V^0 * M^2$. Este resultando é importante, pois é possível calcular as probabilidades de as escolas serem classificadas nas cinco faixas definidas no ano de 2009 caso a políticas realizadas entre 2005 e 2007 sejam mantidas.

Após a aplicação do modelo de Markov nas notas do IDEB, obtiveram-se as matrizes de probabilidade de transição as quais apresenta a relação do comportamento do desempenho das escolas considerando sempre o resultado entre dois anos aferidos. É importante ressaltar que para a construção de todas as matrizes, consideraram-se apenas as escolas que foram aferidas em todos os anos analisados, quer sejam, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

Uma fragilidade do método escolhido refere-se ao fato de que não consegue isolar os efeitos das demais variáveis.

3.1 Definição das faixas por períodos de análise

Para avaliar o desempenho das escolas públicas da educação básica do Brasil através das notas aferidas pelo IDEB, foram definidas cinco faixas, ou quintis, sendo a primeira faixa

correspondente às menores notas, e o quinta faixa, as maiores notas. Para todos os casos, o intervalo dos quintis é calculado considerando o ano base da matriz de transição. Sendo assim, a Tabela 3 apresenta os intervalos de notas para cada quintil e para cada ano base dos anos iniciais e finais do Brasil e das regiões Nordeste e Norte referente aos anos iniciais e as regiões Nordeste e Centro Oeste referente aos anos finais, que serão abordadas no decorrer desta dissertação. A Tabela 3 também apresenta o total de escolas para cada caso. Ressalta-se que as escolas consideradas nesse estudo foram apenas aquelas que foram aferidas em todos os anos do IDEB, quer sejam 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

Tabela 3: Intervalo de notas dos quintis

Anos Iniciais do ensino fundamental - Brasil					
Total de Escolas: 18.726					
Ano Base	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
2005	0 - 2,9506	2,9607 - 3,5597	3,5597 - 4,0798	4,0799 - 4,6145	4,6145 - 10,0
2007	0 - 3,334	3,3341 - 3,9049	3,905 - 4,3966	4,3967 - 4,9425	4,9426 - 10
2009	0 - 3,6813	3,6814 - 4,3327	4,3328 - 4,9012	4,9013 - 5,5327	5,5328 - 10
2011	0 - 4,0026	4,0027 - 4,6558	4,6559 - 5,2358	5,2359 - 5,8420	5,8421 - 10
2013	0 - 4,0889	4,089 - 4,8468	4,8469 - 5,4353	5,4354 - 6,055	6,0551 - 10

Anos Finais do ensino fundamental - Brasil					
Total de Escolas: 13.291					
Ano Base	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
2005	0 - 2,6254	2,6255 - 3,0998	3,0999 - 3,5207	3,5208 - 3,9909	3,991 - 10
2007	0 - 2,8165	2,8166 - 3,3069	3,307 - 3,7236	3,7237 - 4,2046	4,2047 - 10
2009	0 - 3,0237	3,0238 - 3,5367	3,5368 - 3,9692	3,9693 - 4,4405	4,4406 - 10
2011	0 - 3,1616	3,1617 - 3,7026	3,7027 - 4,1539	4,154 - 4,6629	4,663 - 10
2013	0 - 3,2621	3,2622 - 3,7753	3,7754 - 4,2257	4,2258 - 4,7255	4,7256 - 10

Anos Iniciais do ensino fundamental - Região Nordeste					
Total de Escolas: 4.745					
Ano Base	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
2005	0 - 2,3915	2,3916 - 2,7454	2,7455 - 3,0651	3,0652 - 3,4728	3,4729 - 10
2007	0 - 2,7662	2,7663 - 3,1308	3,1309 - 3,4681	3,4682 - 3,8777	3,8778 - 10
2009	0 - 3,0794	3,0795 - 3,4501	3,4502 - 3,7895	3,7896 - 4,2068	4,2069 - 10
2011	0 - 3,3726	3,3727 - 3,7652	3,7653 - 4,1213	4,1214 - 4,5649	4,565 - 10
2013	0 - 3,3957	3,3958 - 3,8311	3,8312 - 4,2351	4,2352 - 4,7627	4,7628 - 10

Anos Finais do ensino fundamental - Região Nordeste					
Total de Escolas: 3.392					
Ano Base	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
2005	0 - 2,1747	2,1748 - 2,4979	2,498 - 2,7809	2,781 - 3,1442	3,1443 - 10
2007	0 - 2,3295	2,3296 - 2,6538	2,6539 - 2,9822	2,9823 - 3,3589	3,359 - 10
2009	0 - 2,5219	2,522 - 2,8944	2,8945 - 3,2528	3,2529 - 3,6844	3,6845 - 10
2011	0 - 2,6208	2,6209 - 3,0116	3,0117 - 3,3905	3,3906 - 3,8557	3,8558 - 10
2013	0 - 2,7341	2,7342 - 3,1439	3,144 - 3,5109	3,511 - 3,9859	3,986 - 10

Anos Iniciais do ensino fundamental - Região Norte					
Total de Escolas: 1918					
Ano Base	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
2005	0 - 2,6726	2,6727 - 3,0280	3,0281 - 3,4042	3,4043 - 3,8429	3,843 - 10
2007	0 - 2,9553	2,9554 - 3,3473	3,3474 - 3,7009	3,701 - 4,1480	4,1481 - 10
2009	0 - 3,4051	3,4052 - 3,7969	3,797 - 4,1649	4,165 - 4,6464	4,6465 - 10
2011	0 - 3,7203	3,7204 - 4,1283	4,1284 - 4,4886	4,4887 - 4,9790	4,9791 - 10
2013	0 - 3,6479	3,648 - 4,1788	4,1789 - 4,6735	4,6736 - 5,3193	5,3194 - 10

Anos Final do ensino fundamental - Região Centro Oeste					
Total de Escolas: 1169					
Ano Base	Quintil I	Quintil II	Quintil III	Quintil IV	Quintil V
2005	0 - 2,7308	2,7309 - 3,1035	3,1036 - 3,4123	3,4124 - 3,7821	3,7822 - 10
2007	0 - 3,0460	3,0461 - 3,402	3,4021 - 3,7033	3,7034 - 4,0867	4,0868 - 10
2009	0 - 3,2969	3,297 - 3,6795	3,6796 - 4,000	4,0001 - 4,3725	4,3726 - 10
2011	0 - 3,4369	3,437 - 3,8760	3,8761 - 4,2228	4,2229 - 4,6042	4,6043 - 10
2013	0 - 3,7668	3,7669 - 4,1927	4,1928 - 4,5197	4,5198 - 4,8973	4,8974 - 10

Fonte: própria a partir de dados do INEP. Elaborado pela autora.

Para o estabelecimento dos quintis foram classificadas em ordem crescente a nota de todas as escolas que tiveram aferição em todos os anos, em seguida, o somatório correspondente ao total de quantidade de escolas foi dividido em cinco partes iguais, ou quintis. Assim, após essa divisão pode-se localizar a maior nota dentro dessas partes que limitaram as faixas. Válido

informar que os intervalos de notas pertencentes a cada quintis foram mantidos fixos a partir do ano base de cada matriz e replicados para os demais anos nas comparações realizadas.

Na sessão a seguir serão tratados os resultados obtidos ao aplicar o processo de Markov nos dados do IDEB.

4. RESULTADOS OBTIDOS

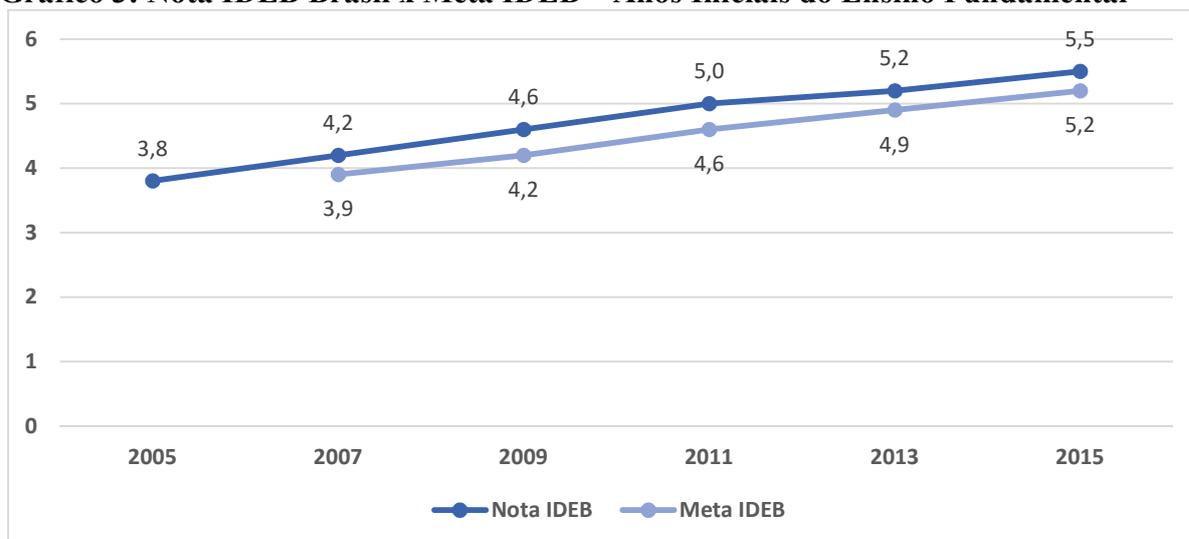
Na sessão abaixo serão apresentados os resultados obtidos neste trabalho ao se aplicar a metodologia do Processo de Markov nos dados do IDEB. Inicialmente são apresentados os resultados de desempenho das escolas brasileiras dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, a partir das notas do Índice. Em seguida serão apresentados resultados de desempenho das escolas observadas as grandes regiões brasileiras dos anos iniciais do ensino fundamental e, por fim, o desempenho das escolas anos finais do ensino fundamental.

4.1. Desempenho das escolas brasileiras a partir das notas do IDEB

Com o objetivo de deixar mais fácil a compreensão os resultados serão separados para os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

4.1.1. Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

A primeira análise que se deve fazer antes de adentrar aos resultados obtidos a partir do processo de Markov no IDEB é o desempenho do referido Índice nos anos em que houve leituras. O Gráfico 3 proporciona uma visão do desempenho das escolas do Brasil (contemplando escolas públicas e privadas), dos anos iniciais do ensino fundamental, no período de 2005 a 2015.

Gráfico 3: Nota IDEB Brasil x Meta IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: INEP, Elaborado pela autora.

Ressalta-se previamente, que meta é um atributo arbitrário e em alguns casos até político, em outras palavras, quando se analisa um determinado índice em virtude de seu atingimento ou não da meta, pode-se estar fazendo uma análise precária, haja vista que, em virtude de decisão política, por exemplo, a meta pode ser aumentada- o que refletiria um anseio por mudanças rápidas da sociedade- ou reduzida, ambos os casos de forma arbitrária. Nesse sentido, a análise unicamente através de atingimento de meta não deveria ser considerada como aspecto balizador para um estudo mais aprofundado.

Mesmo assim, para complementar as análises dos resultados, ao se verificar os dados provenientes do Gráfico 3, depreende-se que as metas têm sido atingidas em todos os anos aferidos, o que sugere uma melhora do desempenho das escolas

A partir dos resultados das matrizes de transição, optou-se por fazer a análise das duas matrizes de probabilidade de transição que estão no extremo, quer sejam 2005x2007 e 2005x2015. Entretanto, todas as demais matrizes referentes aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas do Brasil encontram-se no Apêndice B deste trabalho.

A Tabela 4 fornece os dados referente à matriz de transição dos anos 2005 e 2007 dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas do Brasil.

Tabela 4: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2007– Anos Iniciais do Ensino Fundamental

		IDEB 2007				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	39,9%	37,4%	16,3%	5,0%	1,4%
	II	8,9%	33,0%	36,3%	16,7%	5,1%
	III	1,6%	12,0%	31,1%	35,9%	19,3%
	IV	0,3%	2,9%	12,6%	35,0%	49,2%
	V	0,1%	0,6%	3,0%	12,6%	83,8%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

A partir da análise da matriz de probabilidade do ano de 2005x2007 presente na Tabela 4 observa-se que a probabilidade de uma escola permanecer na mesma faixa no ano de 2005 e no ano de 2007 é de 39,9%, 33,0%, 31,1%, 35,0%, 83,8%, respectivamente do primeiro ao quinto estado, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Depreende-se a partir desses dados que houve relativamente baixa permanência das escolas em seu estado inicial nos quintis de I a IV, entretanto, na última faixa nota-se uma tendência à alta permanência. Isso pode ser explicado pelo fato de as escolas que estão neste último estado já apresentarem um maior desempenho em 2005, comparando-se com as demais, o que deve ter sido permanecido em 2007, em outras palavras, essas escolas já estão na última faixa, não havendo, portanto, outro estado acima para elas se movimentarem.

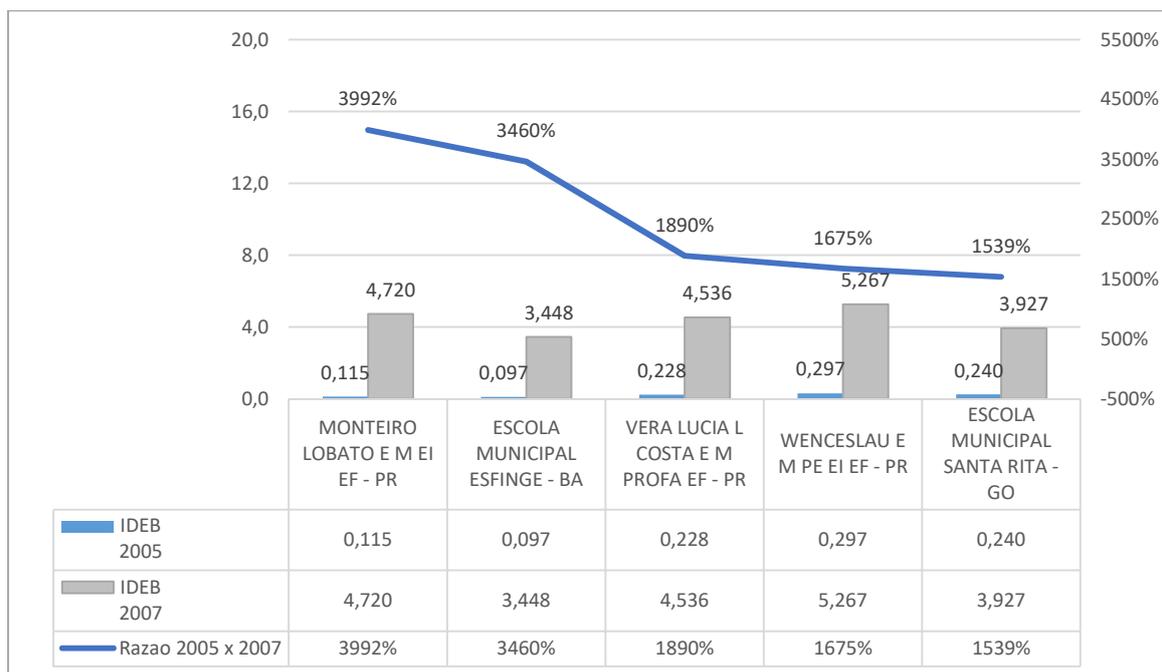
Chama a atenção para o fato de a maior mobilidade ocorrer para os quintis vizinhos, diga-se, mesmo ocorrendo casos em que há a mobilidade para faixas extremas, nota-se uma maior mobilidade para o próximo estado superior. Se considerarmos a razão do somatório da quantidade de escolas que melhoram de faixa pelo total de escolas, isso totaliza 44,5%. Já se considerar a razão das escolas que mudaram de estado para o imediatamente superior pelo total de escolas, o resultado é 31,7%, portanto, conclui-se que a maior mobilidade para quintis superiores ocorre para o imediatamente vizinho, por exemplo, da faixa I para II, II para III etc.

Entretanto, é interessante notar que também há uma movimentação para estados inferiores, porém, em menor expressividade, a razão de escolas que mudaram de estado para aqueles inferiores pelo total de escolas é de 10,9%.

Além disso, a quantidade de escolas que permaneceram nas suas faixas se comparando o ano de 2005 para 2007 totalizam 8.345, o que corresponde à um percentual de 44,6% do total, correspondente à 18.726 escolas.

Por fim, ressalta-se que houve movimentação positiva das escolas entre os estados nesses anos sugerindo uma melhora no desempenho delas.

O Gráfico 4 apresenta as cinco escolas que obtiveram os melhores desempenhos se comparado o ano de 2005x2007 dos anos iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 4: As cinco melhores escolas - 2005x2007– Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Essas foram as escolas que apresentaram os melhores resultados, a partir da razão entre 2005 e 2007 dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas no Brasil.

A escola Monteiro Lobato pertence à rede municipal situada em Reserva do Iguazu no Estado do Paraná. A Escola municipal Esfinge está localizada na cidade de Lauro de Freiras na Bahia, é uma escola da rede municipal. A escola Vera Lúcia é do município de São Jerônimo da Serra- Paraná. Já a Escola Municipal Santa Rita, localiza-se na cidade de Valparaíso de Goiás no GO, enquanto que, a escola Wenceslau está situada na cidade de Irati no Estado do Paraná.

Quando se observa a matriz de transição dos anos de 2005, ano inicial de verificação do IDEB, com o ano de 2015, o derradeiro até a conclusão desta pesquisa, verifica-se uma maior transição para o lado direito da diagonal principal, indicando uma significativa melhora dos indicadores. A Tabela 5 apresenta os dados referentes à matriz de probabilidade de transição do ano de 2005x2015 das escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Tabela 5: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x 2015– Anos Iniciais do Ensino Fundamental

		IDEB 2015				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	2,5%	11,6%	22,9%	28,2%	35,0%
	II	0,4%	2,5%	10,1%	22,9%	64,2%
	III	0,1%	0,5%	2,7%	9,9%	86,8%
	IV	0,0%	0,2%	0,5%	2,8%	96,4%
	V	0,0%	0,1%	0,1%	0,6%	99,3%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Analisando-se a matriz de probabilidade do ano de 2005x2015 constantes na Tabela 5, observa-se que a probabilidade de uma escola permanecer no mesmo estado no ano de 2005 e no ano de 2015 é de 2,5%, 2,5%, 2,7%, 2,8%, 99,3%, respectivamente do primeiro ao quinto quintil, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Nota-se a partir desses dados que houve extrema baixa de permanência das escolas em seu estado inicial nas faixas de I a IV, entretanto, na última faixa percebe-se uma tendência à alta permanência. Novamente, isso pode ser explicado pelo fato de as escolas que estão nesta faixa já apresentarem um maior desempenho em 2005, comparando-se com as demais, o que deve ter sido permanecido em 2015.

A baixa permanência das escolas em seu estado inicial comparando-se esses dois anos, pode ser entendida pelo fato de que quando se faz uma comparação com anos mais distantes, há maior tempo para as escolas melhorarem seu desempenho. Em outras palavras, está-se estudando um intervalo de dez anos. Essa conclusão é pertinente ainda mais quando se considera o fato de os investimentos em educação resultarem, em sua grande maioria, em resultados de longo prazo, ou seja, uma determinada política educacional aplicada em um referido ano tende a dar seus resultados em espaço de tempo mais longo do que outras políticas.

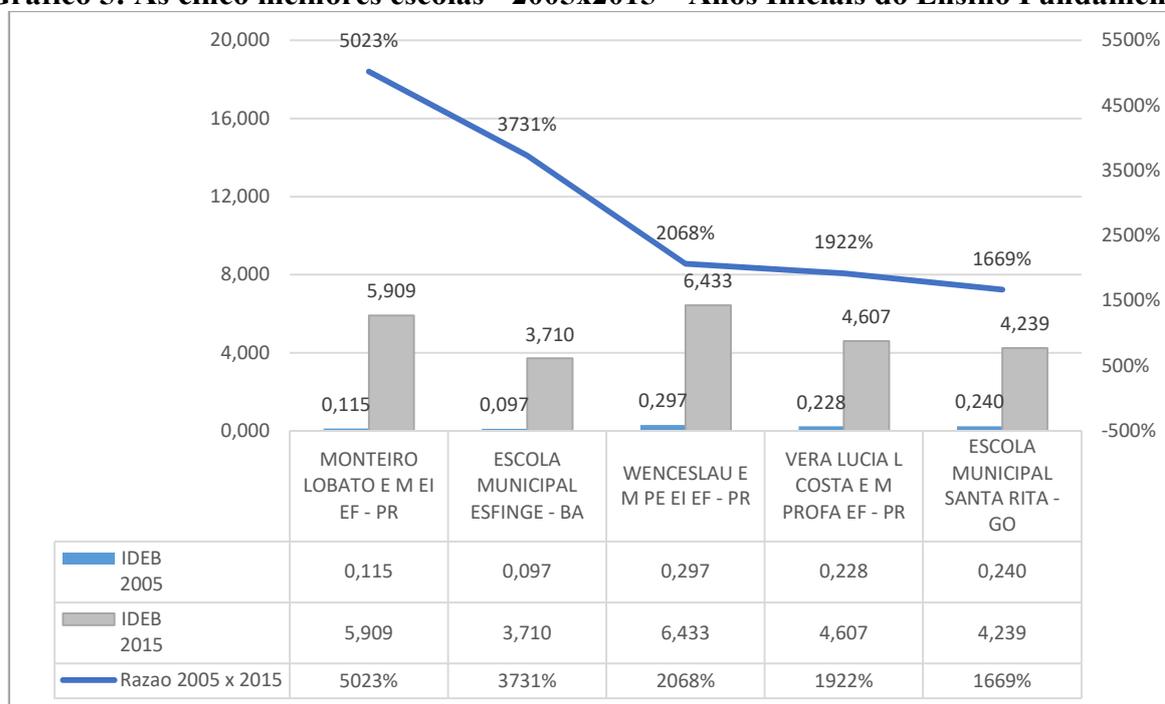
O interessante é que, diferentemente da matriz anterior analisada, a maior mobilidade positiva não ocorre para estados vizinhos, isto é, a maior movimentação ocorre para as faixas superiores não imediatamente seguintes. Se considerarmos a razão do somatório de escolas que melhoram pelo seu total, isso totaliza 77,6%. Já, a razão das escolas que mudaram de quintil para o imediatamente superior pelo total de escolas, tem-se um percentual de 25,6%, e a razão do somatório daquelas que se mobilizaram para os estados superiores não imediatamente posteriores pelo total é de 51,9%. Portanto, conclui-se que a maior mobilidade para os quintis superiores ocorre para os não imediatamente vizinhos, por exemplo da faixa I para III, II para V etc. Isso está bem alinhado com o fato de se estar comparando anos distantes.

Ressalta-se o percentual de 0% da probabilidade de escolas que estavam em estado IV e V em 2005 retroceder para o estado I em 2015. Isso sugere que as escolas estão melhorando e especialmente, que não estão piorando o seu desempenho.

Destaca-se que a quantidade de escolas que permaneceram nas suas faixas se comparando o ano de 2005 para 2015 totalizam 4.112 escolas o que corresponde à um percentual de 22,0% do total que é de 18.726 escolas. Assim, percebe-se que houve uma melhoria de desempenho na comparação dos dois anos.

Para exemplificar a movimentação das escolas entre as faixas, estabeleceu-se um *ranking* das cinco escolas que obtiveram os melhores resultados conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: As cinco melhores escolas - 2005x2015 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Os dados do Gráfico 5 proporcionam uma visão das cinco escolas que obtiveram os melhores desempenhos, se comparada a razão do resultado do IDEB nos anos de 2005 e 2015 dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas do Brasil.

Percebe-se que essas foram as mesmas escolas identificadas no comparativo do ano de 2005 e 2007. Fato que deve estar relacionado às suas notas muito baixas no primeiro ano de aferição do Índice.

A partir dos resultados obtidos em todas as matrizes de probabilidade de transição referente aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas do Brasil tem-se o resumo constante na Tabela 6.

Tabela 6: Resumo do resultado das matrizes de probabilidade de transição IDEB– Anos Iniciais do Ensino Fundamental

		Melhorou	Manteve	Piorou
Matriz de Probabilidade de Transição - Brasil	2005 x 2007	44,5%	44,6%	10,9%
	2005 x 2009	63,9%	32,7%	3,4%
	2005 x 2011	71,8%	26,6%	1,6%
	2005 x 2013	72,8%	25,6%	1,5%
	2005 x 2015	77,6%	22,0%	0,5%
	2007 x 2009	47,8%	43,8%	8,4%
	2007 x 2011	62,0%	34,0%	4,0%
	2007 x 2013	65,0%	31,3%	3,7%
	2007 x 2015	73,8%	25,0%	1,2%
	2009 x 2011	40,1%	49,2%	10,8%
	2009 x 2013	47,9%	44,0%	8,1%
	2009 x 2015	63,3%	33,1%	3,6%
	2011 x 2013	32,0%	52,0%	16,1%
	2011 x 2015	49,6%	42,3%	8,1%
	2013 x 2015	39,8%	49,8%	10,4%

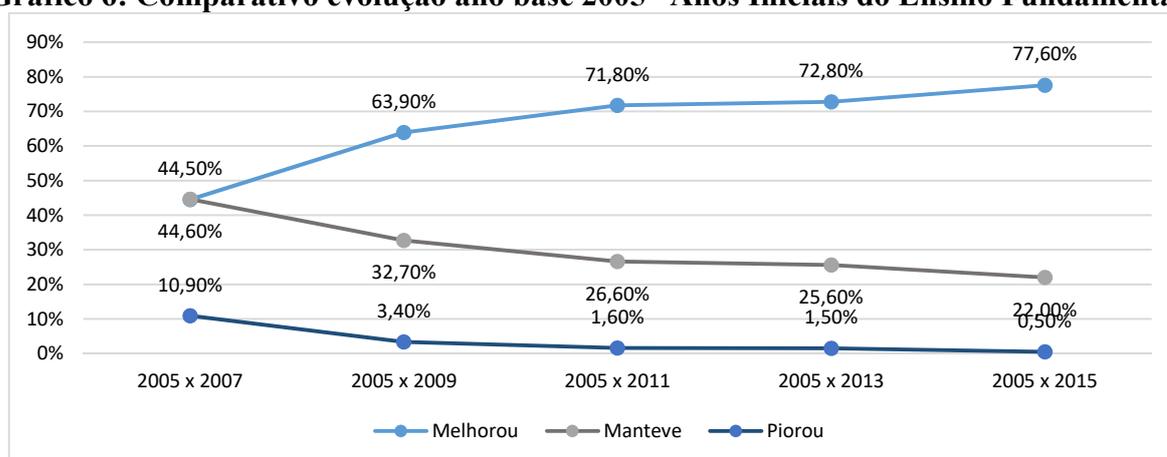
Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Para a construção da Tabela 6, com a finalidade de verificação das escolas que melhoraram seu desempenho foi realizado o cálculo da razão do somatório da totalidade das escolas que melhoraram, diga-se, que se posicionaram à direita da diagonal das matrizes de probabilidade de transição pelo total de escolas. Da mesma forma, utilizou-se o mesmo processo para aferir as que se mantiveram, isto é, somou-se a diagonal principal das matrizes de transição dividindo-se pelo total. Analogamente, fez-se para as que pioraram, quer dizer, realizou-se a razão do somatório da totalidade das escolas que ficaram à esquerda da diagonal principal das matrizes de transição pelo total.

Chama a atenção para o fato de quanto maior o intervalo de anos comparados percebe-se o percentual de maior melhora. Por exemplo, tomando-se como base o ano de 2007, a maior melhora é quando se compara esse ano com o de 2015, ou seja, 73,8%. Isso corrobora com a lógica de que as políticas e os resultados referentes ao âmbito educacional tendem a dar resultados em longo prazo.

Os resultados mostram que em todas as matrizes, o maior percentual se concentra ou na melhora ou na manutenção de seu estado inicial. Ou seja, o resultado de retrocesso entre os quintis é bem inferior aos demais casos. Isso é relevante, pois, sugere-se, que se está havendo uma resposta positiva dos atores envolvidos no âmbito educacional com a aferição e divulgação do IDEB além de, claramente, concluir que as escolas estão melhorando seu desempenho.

A fim de exemplificar a Tabela 6, o Gráfico 6, proporciona uma visão comparativa da evolução dos resultados tomando-se como base o ano de 2005 dos anos iniciais das escolas do ensino fundamental.

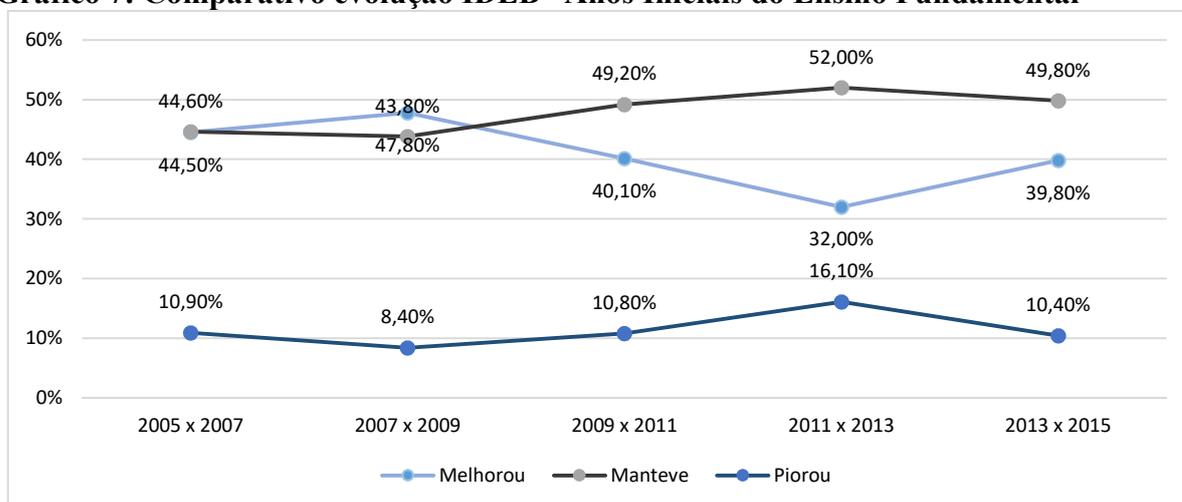
Gráfico 6: Comparativo evolução ano base 2005– Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: INEP, Elaborado pela autora.

A partir da análise do Gráfico 6, percebe-se que há uma mobilidade entre os estados superiores, isto é, sugere-se uma melhora do desempenho das escolas. Nota-se que a maior melhora comparativamente a 2005 foi a verificada no ano de 2015, pode-se atribuir esse fato à questão do maior intervalo de tempo entre as aferições, conforme já mencionado anteriormente.

Entretanto, é válido pontuar a considerável melhora da matriz de probabilidade entre 2005 e 2009. Esse fato pode estar relacionado à questão de ter sido os primeiros anos nos quais houve aferição do Índice e isso ter resultado em uma motivação das escolas e respectivos dirigentes além da comunidade e sociedade em geral. Pode ainda, estar ligada aos princípios estudados nas ciências sociais aplicadas quer sejam: pessoas reagem a incentivos e ao fato da simetria informacional trazer uma saudável concorrência entre os atores sociais, já mencionados no decorrer deste trabalho.

Corroborando a análise, o Gráfico 7 proporciona uma visão do desempenho comparando-se os anos imediatamente seguintes.

Gráfico 7: Comparativo evolução IDEB– Anos Iniciais do Ensino Fundamental

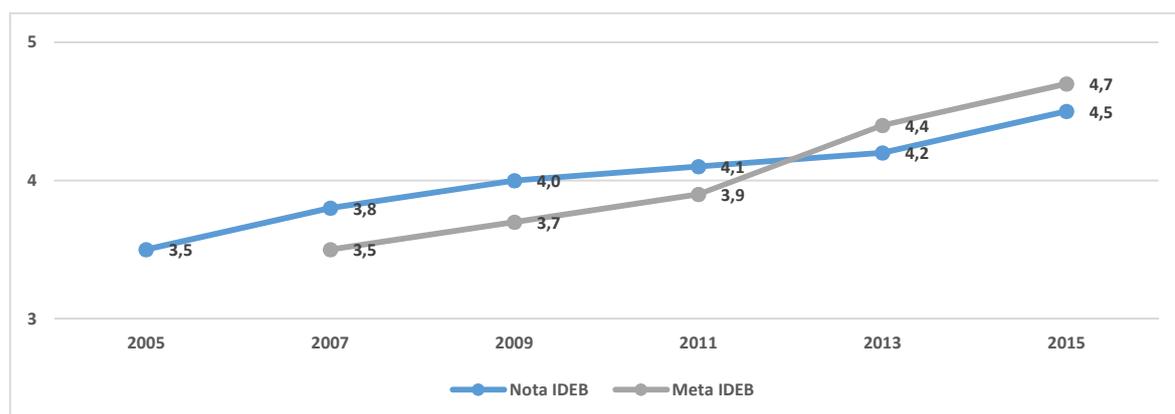
Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Percebe-se que quando se compara anos próximos a tendência é que haja uma manutenção nas suas faixas, como se pode verificar no gráfico. Além disso, nota-se que há uma melhora de desempenho, ressaltando-se o fato de ter havido na comparação de 2011 x 2013 uma maior piora. Entretanto, analisando-se os dados da matriz de transição deste ano, depreende-se que a maior concentração das pioras foi de uma faixa para a imediatamente anterior, conforme matriz de probabilidade 2011 x 2013 constante no Apêndice B.

4.1.2. Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

Ao analisar o desempenho do IDEB, concernente às metas, referente aos anos finais do ensino fundamental das escolas do Brasil nos anos em que ocorreu leitura desse Índice, verifica-se a disposição conforme Gráfico 8. Para a construção desse gráfico considerou-se as escolas de todas as redes (públicas e privadas).

Gráfico 8: Nota IDEB Brasil x Meta IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP, Elaborado pela autora.

É interessante verificar que a disposição das notas das escolas dos anos finais do ensino fundamental possui um comportamento um tanto diferente das escolas dos anos iniciais. A partir do Gráfico 8, consegue-se perceber que o atingimento da meta estabelecida pelo Índice não teve o mesmo resultado em todos os anos em que houve medição. Pode-se concluir que em 2013 e 2015 uma parte das escolas desse nicho não atingiram suas metas, o que impactou no resultado das notas do Brasil em geral. É válido mencionar, entretanto, que houve uma ascensão das notas das escolas, porém nota-se que as metas estabelecidas para esses dois anos foram uma das maiores, o que pode explicar esse desempenho. Ratifica-se novamente o caráter de a meta ser um atributo arbitrário como mencionado anteriormente.

Utilizando-se o modelo de Markov nas notas do IDEB, consegue-se construir as matrizes de probabilidade de transição, que apresenta a relação do comportamento do

desempenho das escolas, nesse caso, as dos anos finais do ensino fundamental, considerando sempre o resultado entre dois anos aferidos. Os resultados da matriz de transição dos anos 2005 e 2007 estão dispostos na Tabela 7.

Tabela 7: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2007 – Anos Finais do Ensino Fundamental

		IDEB 2007				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	45,7%	28,9%	15,2%	7,3%	2,9%
	II	16,9%	29,3%	28,3%	18,6%	6,9%
	III	5,4%	17,0%	29,5%	29,7%	18,4%
	IV	1,8%	7,3%	18,6%	32,5%	39,8%
	V	0,1%	1,7%	5,4%	18,4%	74,4%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Analisando-se a matriz do ano de 2005x2007 presentes na Tabela 7, nota-se que a probabilidade de uma escola permanecer no mesmo estado no ano de 2005 e no ano de 2007 é de 45,7%, 29,3%, 29,5%, 32,5% e 74,4% respectivamente do primeiro ao quinto quintil, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Compreende-se, a partir desses dados, que houve relativamente alta permanência das escolas em seu estado inicial nas faixas de I e V, haja vista que o percentual de escolas que não se mobilizaram foi 45,7% e 74,4% respectivamente. É curioso que nas demais faixas houve uma elevada movimentação entre as escolas. Em outras palavras, as escolas que estavam muito ruins ou muito boas permaneceram em seu “*status quo*”, já as demais, se movimentam entre as faixas.

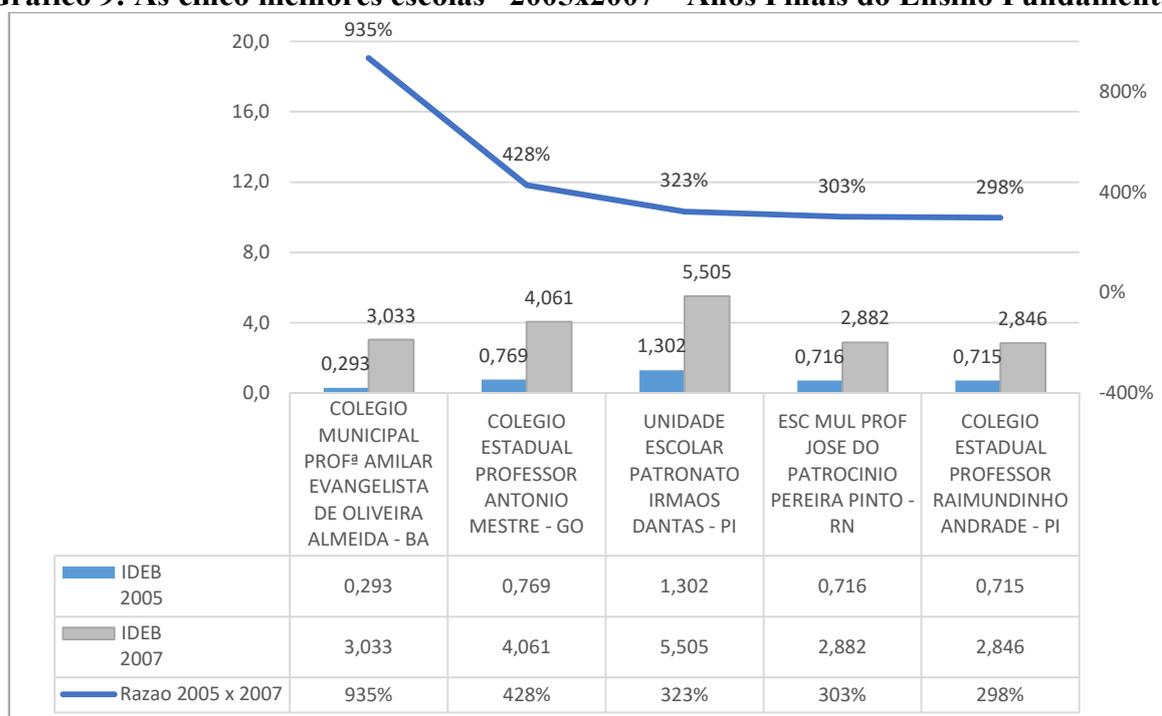
Vale notar que a maior mobilidade também acontece para as faixas imediatamente superiores vizinhas, diga-se, mesmo ocorrendo casos em que há a mobilidade para estados extremos, percebe-se uma maior mobilidade para a próxima superior. A razão do somatório do volume de escolas que melhoraram de faixa pelo total totaliza 39,2%. Já, a razão do somatório das escolas que mudaram de faixa para a imediatamente superior pelo total, representa 25,34%, portanto, conclui-se que a maior mobilidade para quintis superiores ocorre para os imediatamente vizinhos, por exemplo, da I para II, II para III etc.

É curioso notar, entretanto, que há uma elevada mobilidade para faixas vizinhas imediatamente inferiores, correspondendo-se a mais da metade se comparado à mudança para estado superior seguinte. Exemplificando, o percentual de escolas que migraram do quintil II para I corresponde à 16,9%, já as que migraram de II para III corresponde a 28,3%.

Se considerarmos a razão do somatório das escolas que permaneceram nas suas faixas comparando-se o ano de 2005 para 2007 pelo total, foram de 5.618, o que corresponde à um percentual de 42,3% do volume total que é 13.291 escolas. Assim, percebe-se que houve uma maior concentração das escolas que se mantiveram em sua faixa do que as que migraram tanto faixas superiores quanto para inferiores.

Para visualizar a movimentação das escolas entre os quintis, o Gráfico 9, apresenta as cinco escolas que obtiveram os melhores desempenhos com relação à matriz de probabilidade de transição de 2005x2007 dos anos finais do ensino fundamental:

Gráfico 9: As cinco melhores escolas –2005x2007 – Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Essas foram as escolas que apresentaram os melhores resultados a partir da razão entre 2005 e 2007 dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas no Brasil.

O Colégio municipal Professora Amilar Evangelista de Oliveira Almeida está situado no município de Seabra na Bahia, trata-se de escola de rede municipal. O Colégio estadual Professor Antônio Mestre está localizado na cidade de Cromínia no estado de Goiás, pertence à rede de ensino estadual. A Escola Professor José do Patrocínio Pereira Pinto é da cidade de Natal no Rio Grande do Norte e é uma escola municipal. O Colégio estadual Professor Raimundinho Andrade está localizado no município de Campo Maior no Piauí e pertence à rede estadual. A Unidade escolar Patronato Irmãos Dantas pertence à cidade de Piracuruca no estado do Piauí, também referente à rede estadual.

Quando se observa a matriz de transição dos anos de 2005, ano inicial de verificação do IDEB, com o ano de 2015, o último até a conclusão desta pesquisa, verifica-se uma maior transição para o lado direito da diagonal principal, indicando uma significativa melhora dos indicadores. A Tabela 8 apresenta os dados referentes à matriz de probabilidade de transição do ano de 2005x2015 das escolas públicas dos anos finais do ensino fundamental.

Tabela 8: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2015 – Anos Finais do Ensino Fundamental

		IDEB 2015				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	9,0%	16,0%	19,8%	25,1%	30,2%
	II	3,6%	9,7%	17,0%	24,7%	44,9%
	III	1,5%	4,9%	11,6%	22,0%	60,0%
	IV	0,6%	3,0%	6,7%	15,7%	74,0%
	V	0,03%	0,5%	2,0%	8,3%	89,2%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Ao analisar a matriz de probabilidade do ano de 2005x2015 constantes na Tabela 8, observa-se que a probabilidade de uma escola permanecer na mesma faixa no ano de 2005 e no ano de 2015 é de 9,0%, 9,7%, 11,6%, 15,7% e 89,2% respectivamente do primeiro ao quinto estado, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Percebe-se que houve extrema baixa de permanência das escolas em seu estado inicial nas faixas de I a IV, porém, na última faixa nota-se uma tendência à alta permanência. Pode-se atribuir ao fato de as escolas que estão nesta faixa já apresentarem um maior desempenho em 2005, comparando-se com as demais, o que deve ter sido permanecido em 2015.

Analogamente ao que foi explanada na análise dos anos iniciais, a baixa permanência das escolas em seu estado inicial refere-se ao fato de se estar analisando intervalos mais distantes, em outras palavras, há maior espaço de tempo para as escolas melhorarem seu desempenho.

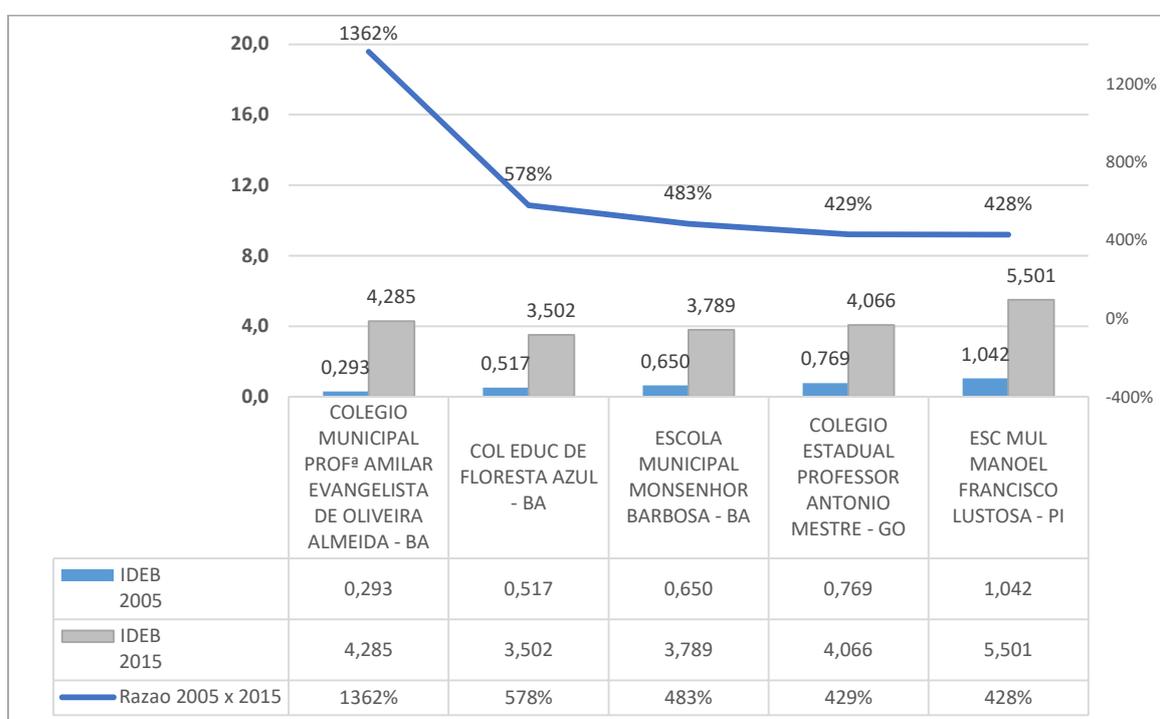
Da mesma forma como se percebeu na análise dos anos iniciais, há uma concentração de maior mobilidade para os quintis não vizinhos, diga-se, a maior mobilidade há para as faixas superiores não imediatamente seguintes. Se considerarmos a razão do somatório de escolas que melhoram pelo total, isso totaliza 66,7%. Já, seguindo o mesmo raciocínio, as escolas que mudaram de faixa para a imediatamente superior totalizam 25,80%, por fim, a razão do somatório das escolas que se mobilizaram para as faixas superiores não imediatamente posteriores pelo total é de 40,94%. Conclui-se, nesse sentido que a maior mobilidade positiva

ocorre para os estados não imediatamente próximos, por exemplo, de I para III, II para V etc. Essa conclusão corrobora com o fato de se comparar anos distantes.

Em números, a quantidade de escolas que permaneceram nas suas faixas se comparar o ano de 2005 para 2015 totalizam a quantidade de 3.593, o que representa um percentual de 27% do total, que é 13.291. Assim, percebe-se que houve uma melhoria de desempenho das escolas considerando a comparação desses dois anos.

Como forma de exemplificar a movimentação das escolas entre as faixas, criou-se um ranking daquelas que obtiveram os melhores desempenhos, ou melhor, as que mais evoluíram na comparação entre os anos de 2005 a 2015, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10: As cinco melhores escolas - 2005x2015- Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Essas foram as escolas que apresentaram os melhores resultados a partir da razão entre 2005 e 2015 dos anos finais do ensino fundamental da rede pública no Brasil.

O Colégio municipal Professora Amilar Evangelista de Oliveira Almeida está situado no município de Seabra na Bahia, trata-se de escola de rede municipal. O Colégio Educ. de Floresta Azul está localizado no município de Floresta Azul na Bahia e pertence à rede municipal. A Escola municipal Monsenhor Barbosa é da cidade de Mata de São João na Bahia e é uma escola municipal. O Colégio estadual Professor Antônio Mestre está localizado na

cidade de Cromínia no estado de Goiás, pertence à rede de ensino estadual. A Escola Manoel Francisco Lustosa pertence à cidade de Tanque do Piauí no estado do Piauí da rede municipal.

De posse dos resultados obtidos em todas as matrizes de probabilidade de transição referente aos anos finais do ensino fundamental das escolas do Brasil, temos o resumo constante na Tabela 9.

Tabela 9: Resumo do resultado das matrizes de probabilidade de transição IDEB– Anos Finais do Ensino Fundamental

		Melhorou	Manteve	Piorou
Matriz de Probabilidade de Transição - Brasil	2005 x 2007	39,2%	42,3%	18,5%
	2005 x 2009	51,1%	35,4%	13,5%
	2005 x 2011	57,3%	33,3%	9,4%
	2005 x 2013	60,0%	30,4%	9,6%
	2005 x 2015	66,7%	27,0%	6,2%
	2007 x 2009	40,6%	42,4%	17,0%
	2007 x 2011	48,7%	38,9%	12,4%
	2007 x 2013	52,1%	34,5%	13,4%
	2007 x 2015	60,9%	30,6%	8,4%
	2009 x 2011	34,6%	44,9%	20,5%
	2009 x 2013	41,6%	39,3%	19,1%
	2009 x 2015	51,8%	35,2%	13,0%
	2011 x 2013	31,5%	44,2%	24,3%
	2011 x 2015	42,9%	40,1%	17,0%
2013 x 2015	38,6%	43,1%	18,3%	

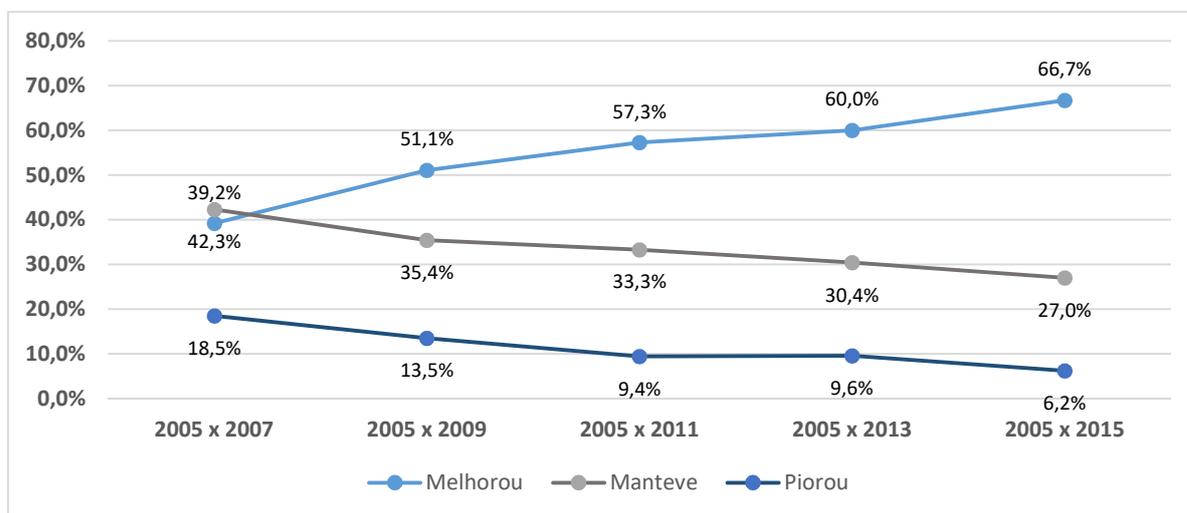
Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Analogamente ao que se fez nos anos iniciais do ensino fundamental, para verificação das escolas que melhoraram, foi realizada a razão da soma da totalidade das escolas que melhoraram, ou seja, que se posicionaram à direita da diagonal das matrizes de probabilidade de transição pelo total. Utilizou-se o mesmo processo para aferir as que se mantiveram, em outras palavras, considerando-se a diagonal principal das matrizes de transição. Seguiu-se a mesma lógica para as que pioraram, diga-se, realizou-se a razão da soma da totalidade das escolas que ficaram à esquerda da diagonal principal das matrizes de transição pelo total.

Novamente, quando se analisa a comparação com anos mais distantes, nota-se o percentual de maior melhora. Por exemplo, tomando-se como base o ano de 2009, a maior melhora é quando se compara esse ano com o ano de 2015, ou seja, 51,8%. Ratifica-se o fato de as políticas e os resultados referentes ao aspecto educacional tenderem a dar resultados a longo prazo.

Para exemplificar a Tabela 9, o Gráfico 11, apresenta uma visão comparativa da evolução dos resultados tomando-se como base o ano de 2005, dos anos finais do ensino fundamental.

Gráfico 11: Comparativo evolução ano base 2005 - Anos Finais do Ensino Fundamental

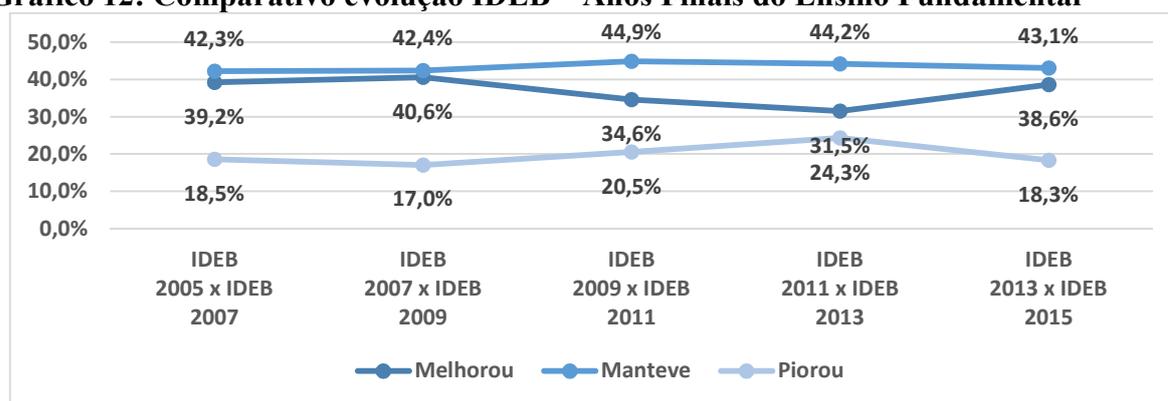


Fonte: INEP, Elaborado pela autora.

Depreende-se do Gráfico 11 que há uma mobilidade entre os estados superiores, isto é, pode-se dizer que há uma melhora do desempenho das escolas. Além disso, a maior melhora comparativamente a 2005 foi a verificada no ano de 2015, fato que pode estar atrelado ao mais espaço de tempo entre as aferições.

Também, se percebe uma considerável melhora da matriz de probabilidade entre 2005 e 2009. Analogamente ao que já foi explanado anteriormente, pode-se atribuir isso à questão de ter sido os primeiros anos avaliados gerando motivação para todos os atores envolvidos, ligando-se, também, essa questão aos dois princípios já citados: Pessoas reagem a incentivos e ao fato da simetria informacional trazer uma saudável concorrência entre os atores sociais, já mencionados no decorrer deste trabalho.

Além disso, pode-se complementar a análise com o Gráfico 12, que mostra o desempenho comparando-se os anos imediatamente seguintes:

Gráfico 12: Comparativo evolução IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Quando se faz a comparação de anos próximos, a tendência novamente é que haja menor mobilidade entre os estados, pois não há muito espaço de tempo para se melhorar o desempenho das escolas.

Nota-se que o desempenho das escolas dos anos finais do ensino fundamental não segue uma frequência em sua curva de melhor desempenho. Pontua-se especialmente a queda do ano de 2009 para 2011, representando um decréscimo de 6% em relação à comparação de 2007 com 2009. Ainda, é válido pontuar que nos anos finais do ensino fundamental, em todas as matrizes de probabilidade de transição os maiores percentuais das escolas que se mantiveram em suas faixas foram aqueles em que permanecerão nos quintis dos extremos, ou seja, quem estava no quintil I, permaneceu no I, já quem estava no quintil V, permaneceu no V, conforme pode ser verificado nas matrizes de probabilidade constante no Apêndice B.

Entretanto, mesmo assim vale pontuar que conforme verificado na Tabela 9, o percentual das escolas que retrocederam seu estado foi inferior àquelas que evoluíram ou se mantiveram em seus quintis. Sugere-se, portanto, uma melhora no desempenho das escolas o que pode estar atrelado ao fato de a exposição e divulgação das notas do Índice terem provocado um fator motivacional aos atores educacionais envolvidos.

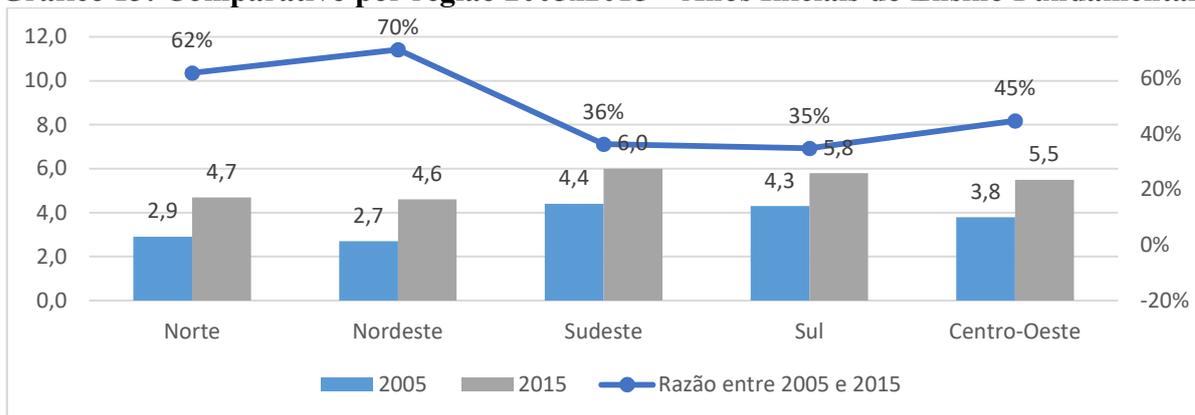
4.2. Desempenho das escolas a nível regional a partir das notas do IDEB- Anos Iniciais do Ensino Fundamental

De forma semelhante à anterior, com o objetivo de deixar mais fácil a compreensão, os resultados serão separados para os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

4.2.1. Comparativo Regional

Para verificar quais regiões tiveram o melhor desempenho, foi realizada a razão entre o IDEB de 2005 e 2015, conforme Gráfico 13, que apresenta um comparativo por região dos anos iniciais do ensino fundamental.

Gráfico 13: Comparativo por região 2005x2015 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

O Gráfico 13 proporciona uma visão do desempenho das escolas públicas, aferidas pelo IDEB, a partir da comparação dos resultados de 2005x2015. Optou-se por analisar através desta matriz, haja vista que, é o reflexo do comportamento de todos os anos aferidos, já que se está falando dos extremos, quer seja, 2005 como o primeiro ano no qual houve aferição, e 2015, último ano com dados divulgados até a conclusão deste trabalho.

Percebe-se, após a análise, que as regiões que mais melhoraram foram Nordeste e Norte. Ressalta-se a partir do Gráfico 13 que as notas dessas duas regiões estavam muito baixas no ano de 2005.

Pode-se verificar a evolução do desempenho dos estados das cinco regiões, referente aos anos 2005 e 2015, dos anos iniciais do ensino fundamental, no Gráfico 14.

Gráfico 14: Evolução por Estado IDEB 2005 e 2015 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora

A partir das informações acima, pode-se concluir que na região Centro Oeste, o estado que teve o maior desempenho foi Mato Grosso, com a razão de 57%. Ressalta-se que, embora a nota do IDEB em 2015 não tenha sido a maior se comparada aos demais, nota-se que foi nele que ocorreu a maior melhora versus o ano de 2005. O estado que teve como o pior resultado na razão do IDEB 2015 por 2005 foi o Distrito Federal, porém, esse fato está relacionado à nota de 2005 que já era relativamente alta, mais do que as dos outros estados dessa região.

Com relação à região Sul, destaca-se como o melhor resultado, em termos de razão IDEB 2015 por 2005, o estado de Santa Catarina, representando 42%. Além de ele ter sido um dos estados com maior nota do Índice nos anos iniciais do ensino fundamental em 2015.

Analisando-se o comportamento dos estados da região Norte, percebe-se que aquele que apresentou maior razão do IDEB entre os dois anos foi o Amazonas, correspondendo a 72%. É nele que há maior diferença entre as notas de 2005 e 2015, em outras palavras, houve uma representativa melhoria do desempenho das escolas nesse estado. Destaca-se também o Acre e Rondônia como os que obtiveram as melhores notas do IDEB em 2015.

Já na região Sudeste, o estado que obteve melhor resultado na comparação desses dois anos foi Espírito Santo, contando com o percentual de 41%. Ressalta-se que, embora a sua nota do IDEB 2015 não tenha sido uma das maiores da região, esse estado foi o que apresentou maior crescimento se comparado ao ano de 2005. A maior nota do IDEB 2015 da região foi a do estado de São Paulo, com a nota de 6,2. Aquele que teve o menor crescimento percentual foi o Rio de Janeiro, contando com uma razão comparativa entre os anos de 30%.

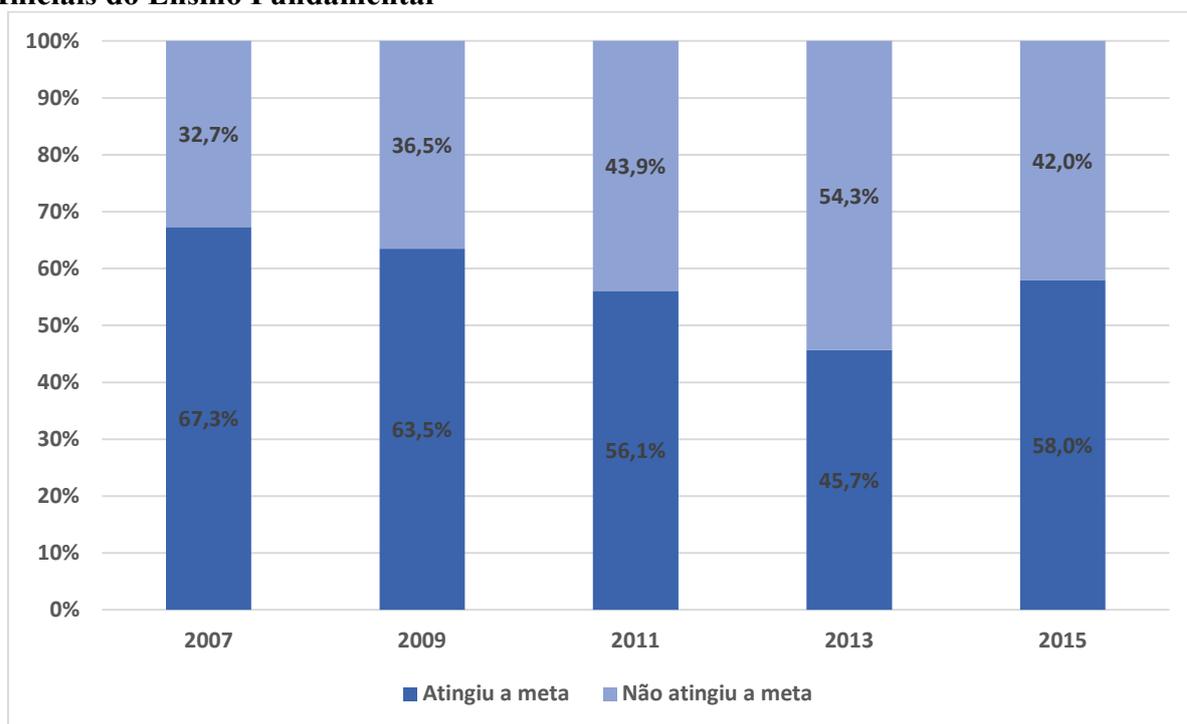
Por fim, a região Nordeste apresenta um elevado aumento de desempenho no estado do Ceará, com razão entre o primeiro e último ano de aferição do IDEB de 104%. Esse fato deve-se à baixa nota do IDEB em 2005, de 2,5, e uma melhoria em 2015, contando com a nota de 5,7. Vale destacar ainda que, essa nota foi a maior nessa região no ano de 2015. O estado que teve o menor desempenho em 2015 na medição do IDEB foi o de Sergipe com nota de 4,1 além de ter sido o que menos cresceu percentualmente em relação aos demais na comparação de 2005 para 2015, ou seja, 46%.

Escolheram-se, para fins de análise detalhada, as duas regiões cujos desempenhos foram mais expressivos quer sejam: Nordeste e Norte.

4.2.1.1. Região Nordeste

A fim de facilitar a análise dos dados da região Nordeste, apresenta-se o Gráfico 15, que contempla o volume em percentual das escolas as quais atingiram ou não sua projeção de meta estipulada pelo IDEB para todos os anos em que houve aferição.

Gráfico 15: Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) - Nordeste- Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Após análise das informações decorrentes do Gráfico 15, pode-se concluir que no geral, as escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental desta região vêm, em sua maior parte, atingindo a sua meta projetada. Ressalta-se, entretanto, que houve uma queda desse resultado na medição do ano de 2013, no qual o percentual de volume de escolas que não atingiram sua meta projetada foi de 54,3%.

A fim de analisar detalhadamente e com maior profundidade o comportamento desta região, utilizou-se a matriz de probabilidade de transição resultante da aplicação do processo de Markov no IDEB.

Os resultados da matriz de probabilidade de transição dos anos 2005 e 2015 da região Nordeste referente aos anos iniciais do ensino fundamental estão dispostas na Tabela 10. Cumpre informar que, todas as demais matrizes referentes aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas da região Nordeste, assim como das demais, se encontram no Apêndice B deste trabalho.

Tabela 10: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005 e 2015 – Nordeste - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

		IDEB 2015				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	0,9%	0,8%	2,6%	8,5%	87,0%
	II	0,0%	0,1%	0,5%	1,8%	97,6%
	III	0,0%	0,6%	0,6%	4,0%	94,7%
	IV	0,3%	0,4%	0,3%	5,8%	93,2%
	V	0,2%	1,6%	3,1%	7,5%	87,7%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Ao analisar a matriz de probabilidade do ano de 2005x2015, constantes na Tabela 10, observa-se que a probabilidade de uma escola permanecer no mesmo estado no ano de 2005 e 2015 é de 0,9%, 0,1%, 0,6%, 5,8% e 87,7% respectivamente da primeira a quinta faixa, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

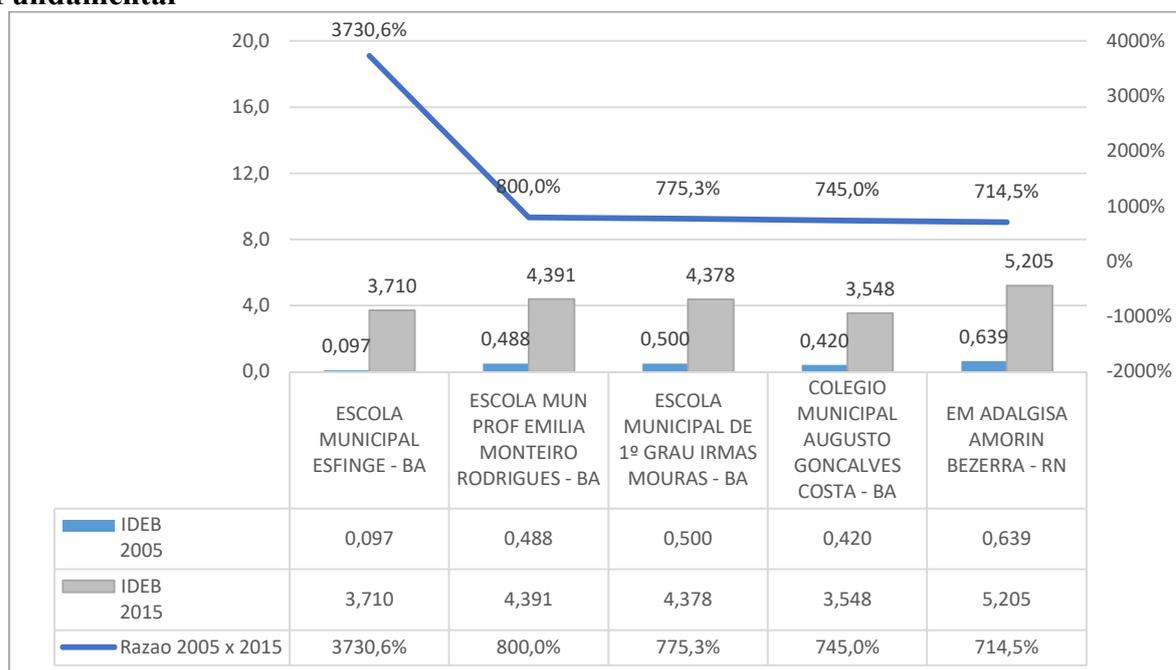
A partir da análise dos dados da Tabela 10, percebe-se que houve extrema baixa de permanência das escolas em seu estado inicial nas faixas de I a IV. Porém, no último quintil nota-se uma tendência muito alta à permanência. Pode-se atribuir ao fato de as escolas que estão neste quintil já apresentarem um maior desempenho em 2005, comparando-se com as demais, o que deve ter sido permanecido em 2015.

Ademais, da mesma forma como ocorreu com a análise do País, pode-se atrelar a baixa permanência das escolas em seu estado inicial ao fato de se estar analisando intervalos mais distantes havendo maior espaço de tempo para que elas melhorem seu desempenho, fato relacionado a questão de que os investimentos em educação aparecem, em sua maioria, a longo prazo.

Depreende-se a partir da análise da Tabela 10, que a maior mobilidade ocorreu da faixa I para a V, como por exemplo, o percentual que migrou do estado II para o V foi de 97,6% e da III para a faixa V foi de 94,7%. Essa informação é de extrema relevância pois mostra o quanto a região melhorou no decorrer dos anos aferidos. Corroborando, esse fato pode estar atrelado com a questão de se estar comparando anos distantes. Por fim, pode concluir dizendo que, em termos gerais, percebe-se que houve uma melhoria expressiva de desempenho das escolas se comparado o ano de 2005 para 2015. Sugere-se mais uma vez que a motivação dos atores com a divulgação e aferição do IDEB interferiu nesse desempenho.

Para uma análise mais aprofundada, selecionaram-se as cinco melhores escolas, ou seja, aquelas que apresentaram os melhores desempenhos a partir da razão entre o IDEB dos anos de 2015 e 2005 conforme Gráfico 16.

Gráfico 16: As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Nordeste- Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

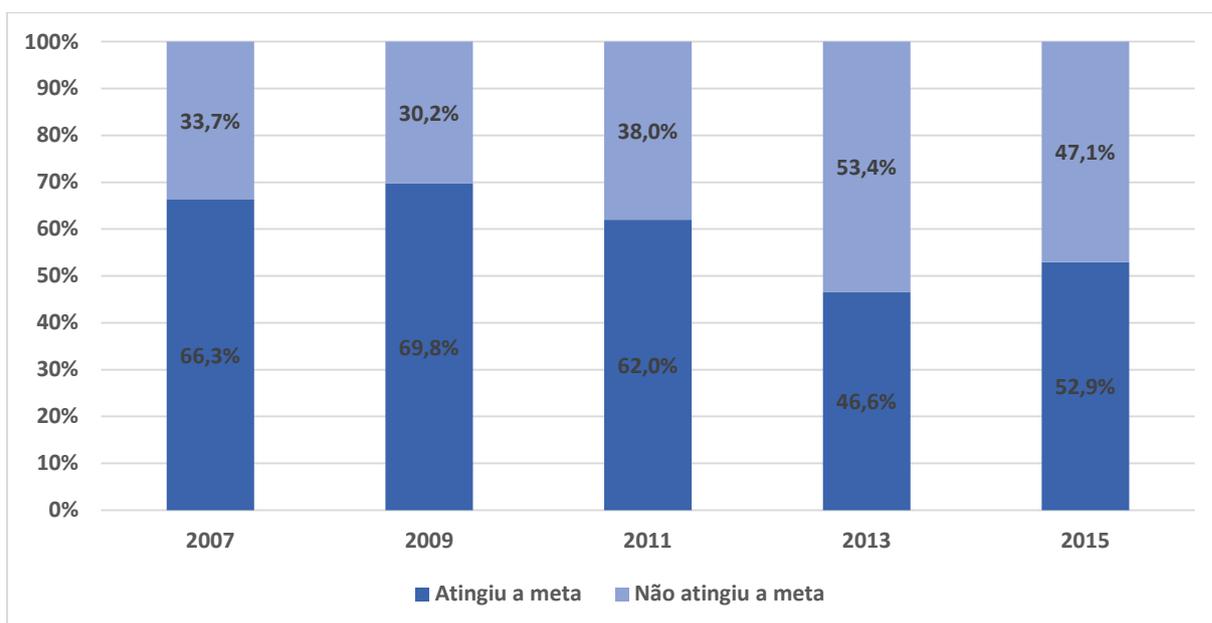
O Gráfico 16 proporciona uma visão das cinco melhores escolas, a partir da razão entre as notas do IDEB 2015 e 2005, da região Nordeste dos anos iniciais do ensino fundamental.

A Escola municipal Esfinge está situada no município de Lauro de Freitas na Bahia. A Escola municipal Professora Emília Monteiro Rodrigues também é da cidade de Itabela na Bahia. Já o Colégio municipal Augusto Gonçalves Costa está localizado no município de Itabela na Bahia. A Escola Municipal de 1º grau Irmãs Mouras localiza-se na cidade de Lagoa Real na Bahia. Localizada na cidade de Lagoa Nova no Rio Grande do Norte, está a escola Em Adalgisa Amorin Bezerra. Todas essas escolas pertencem à rede municipal de ensino.

4.2.1.2. Região Norte

Como forma de subsidiar as análises dos dados da região Norte, o Gráfico 17, proporciona uma visão do volume em percentual das escolas que atingiram ou não sua meta projetada pelo IDEB para todos os anos em que houve aferição.

Gráfico 17: Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) - Norte- Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Percebe-se que há um grande volume percentual de escolas que atingiram as metas em quase todos os anos aferidos, excetuando-se, o comportamento do ano de 2013, no qual, apenas 46,6% do volume de escolas atingiram a meta projetada. Ressalta-se que, a análise unicamente através da meta, torna-se precária, em virtude do fato de a meta ser um atributo arbitrário conforme já pontuado neste trabalho.

Nesse sentido, para uma análise mais aprofundada utilizou-se as matrizes de probabilidade de transição do processo de Markov. Na Tabela 11, estão dispostos os resultados da matriz dos anos 2005 e 2015 da região Norte referente aos anos iniciais do ensino fundamental. Ressalta-se que, todas as demais matrizes referentes aos anos iniciais do ensino fundamental das escolas da região Norte, assim como das demais se encontram no Apêndice B deste trabalho.

Tabela 11: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005 e 2015 – Norte - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

		IDEB 2015				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	0,8%	3,9%	9,1%	22,5%	63,7%
	II	0,3%	2,3%	5,2%	15,1%	77,0%
	III	0,5%	0,5%	2,6%	5,5%	90,9%
	IV	0,0%	0,3%	0,8%	3,6%	95,3%
	V	0,0%	0,0%	0,5%	1,3%	98,2%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

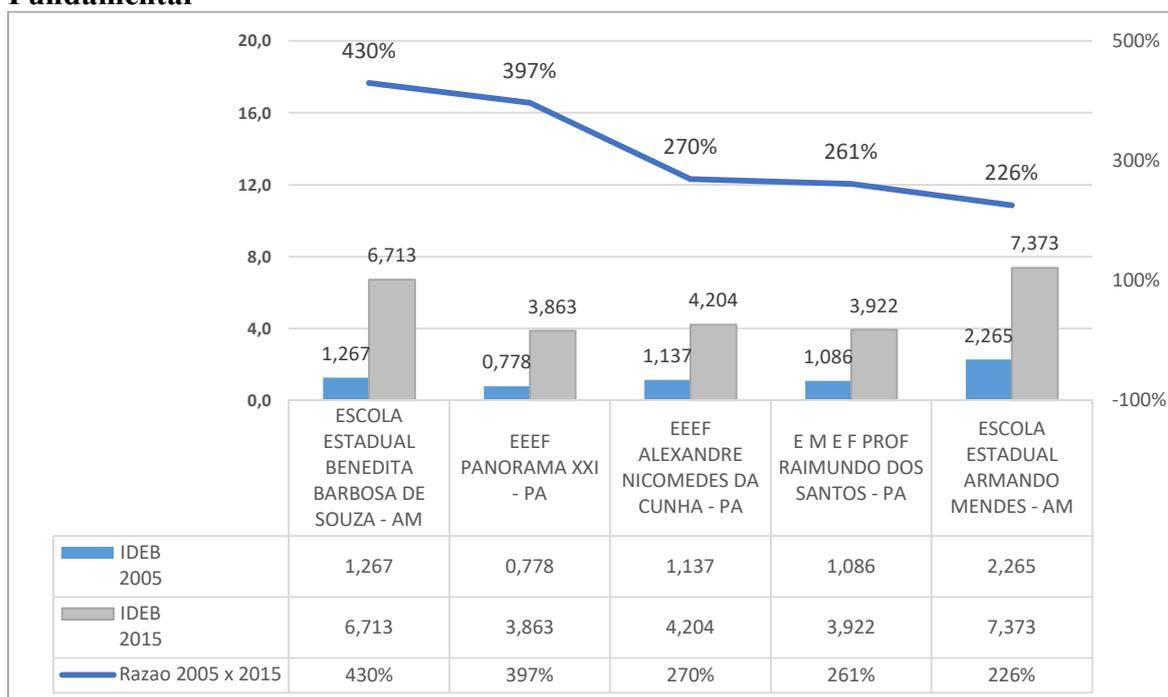
Ao analisar a matriz dos anos de 2005x2015, constantes na Tabela 11, nota-se que a probabilidade de uma escola permanecer na mesma faixa nos dois anos analisados é de 0,8%, 2,3%, 2,6%, 3,6% e 98,2% respectivamente, do primeiro ao quinto quintil, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Assim como visto na região Nordeste, nota-se que há baixa permanência das escolas em seu estado inicial nas faixas de I a IV. Porém, no último quintil há um percentual elevado, de 98,2%, correspondendo às escolas que estavam na faixa V em 2005 e permaneceram em 2015. Pode-se atribuir ao fato de as escolas que estão neste estado já apresentarem um maior desempenho em 2005, comparando-se com as demais, o que deve ter sido permanecido em 2015. Pontua-se também, o percentual baixo de escolas que retrocederam para quintis inferiores, o que sugere que não houve muitas escolas que pioraram o seu desempenho.

Percebe-se que a maior movimentação está nas faixas não imediatamente próximas, inclusive, a maior mobilidade ocorreu dos demais estados para o V, como por exemplo, o percentual de mobilidade do quintil III para o V corresponde a 90,9%. É perceptível que a maior concentração de mobilidade está no quintil V, o que é um bom resultado, pois mostra que as escolas tiveram uma melhoria em seu desempenho. Isso pode estar relacionado ao fato de estar-se analisando períodos mais longos. Conclui-se que, houve uma melhoria de desempenho das escolas se comparado o ano de 2005 para 2015.

Para uma análise mais aprofundada, selecionaram-se as cinco melhores escolas, ou seja, aquelas que apresentaram os melhores desempenhos a partir da razão entre o IDEB dos anos de 2015 e 2005 referente aos anos iniciais do ensino fundamental conforme Gráfico 18.

Gráfico 18: As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Norte- Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

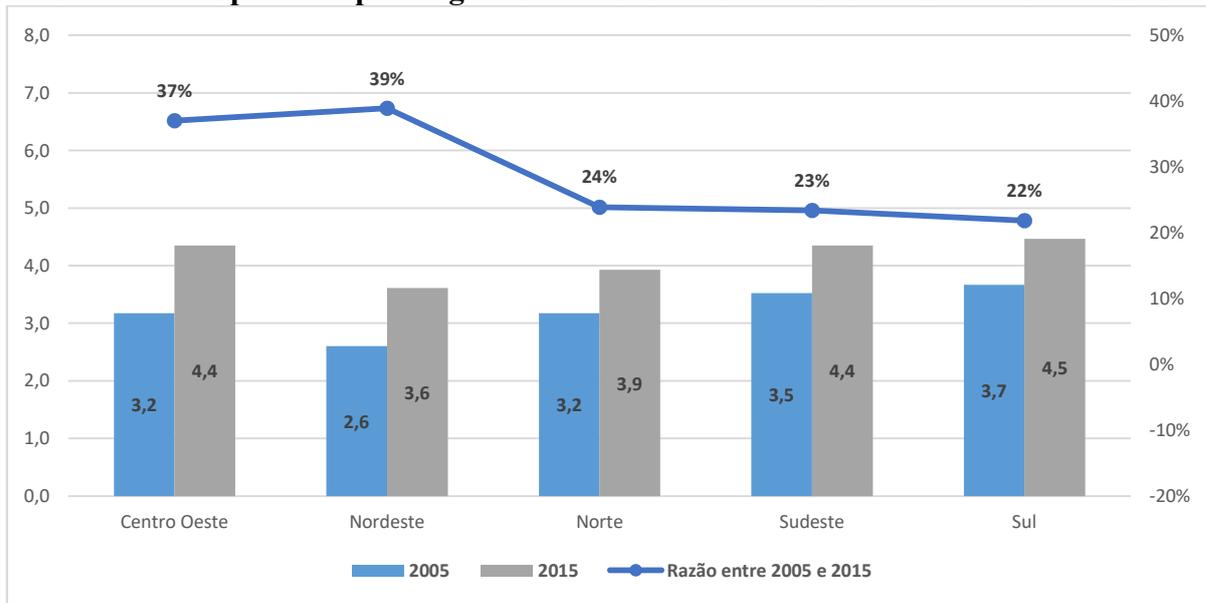
O Gráfico 18, proporciona uma visão das cinco melhores escolas a partir da razão entre as notas do IDEB 2015 e 2005 da região Norte dos anos iniciais do ensino fundamental.

A escola estadual EEEF Panorama XXI localiza-se na cidade de Belém no Estado do Pará. Já a escola E M E F Professor Raimundo dos Santos pertence à cidade de Almeirim também no Estado do Pará e trata-se de uma escola municipal. Situada na cidade de Belém do Pará, está a EEEF Alexandre Nicomendes da Cunha, da rede estadual. A Escola estadual Benedita Barbosa de Souza pertence à cidade de Envira no Estado do Amazonas. Por fim, situada na mesma cidade, está a Escola Armando Mendes, também da rede estadual.

4.3. Desempenho das escolas a nível regional a partir das notas do IDEB- Anos Finais do Ensino Fundamental

4.3.1. Comparativo Regional

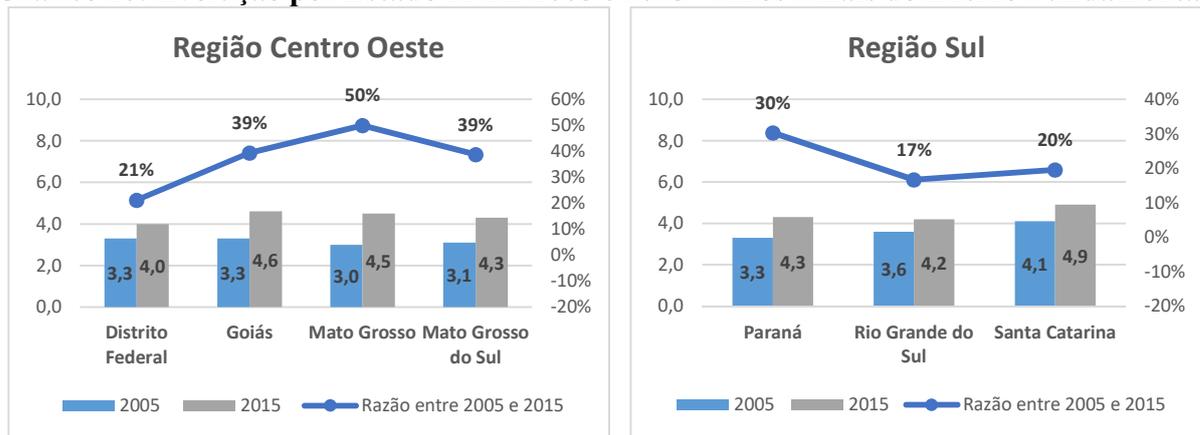
O desempenho das regiões através da análise da meta do IDEB referente aos finais por região nos anos de 2005 e 2015 pode ser analisado através do Gráfico 19

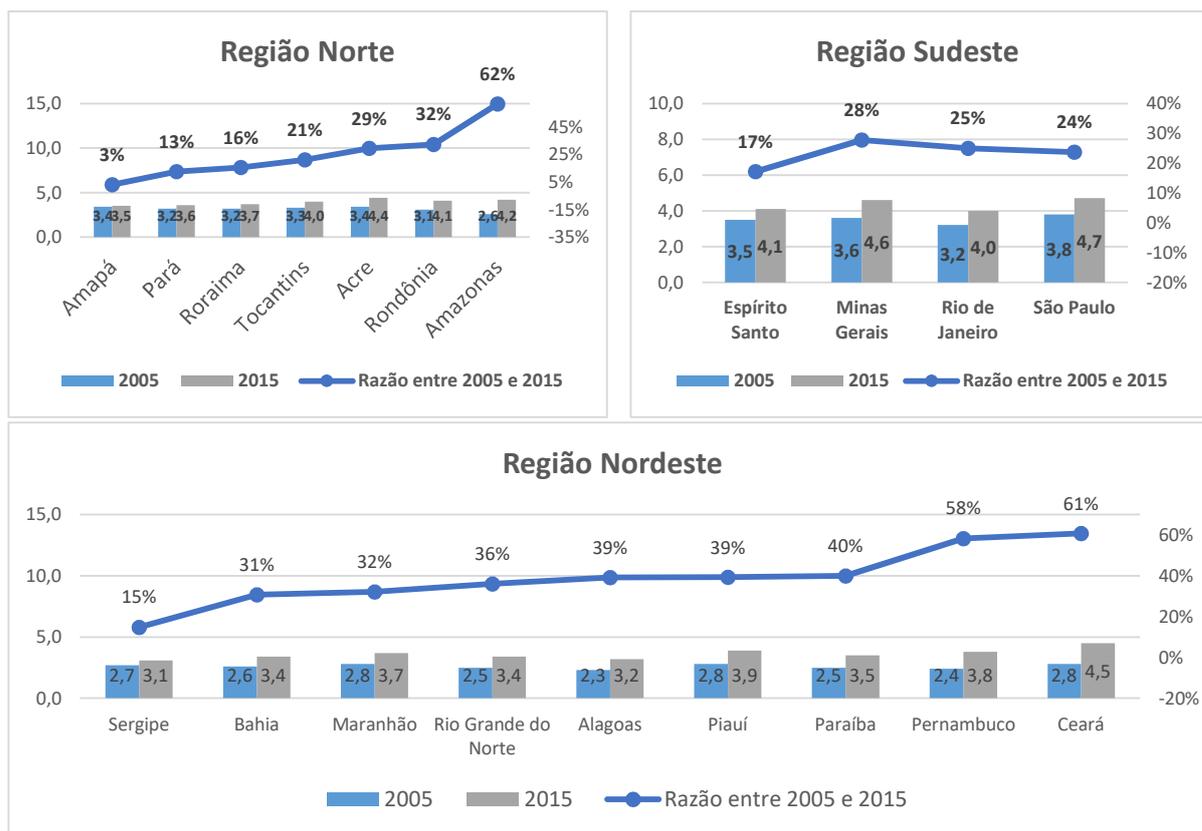
Gráfico 19: Comparativo por Região 2005 x 2015 – Anos Finais do Ensino Fundamental

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

O Gráfico 19 proporciona uma visão do desempenho das regiões concernentes ao IDEB a partir da comparação do IDEB 2005x2015. Percebe-se, após a análise, que as regiões que mais melhoram foram Nordeste e Centro Oeste.

Pode-se verificar a evolução do desempenho dos estados das cinco regiões referente à nota do IDEB através da razão 2005 e 2015 dos anos finais do ensino fundamental no Gráfico 20.

Gráfico 20: Evolução por Estado IDEB 2005 e 2015 – Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Depreende-se do Gráfico 20 que na região Centro Oeste, o estado que teve o maior desempenho foi Mato Grosso, com a razão de 50%. Além disso, contou com uma das maiores notas do IDEB 2015 nesta região, ou seja, 4,5. Ressalta-se que o estado que teve maior nota em 2015 foi o de Goiás com nota de 4,6. E, o estado que menos apresentou crescimento na razão de 2015 para 2005 foi o Distrito Federal cujo resultado foi de 21%.

Na região Sul, o estado com maior crescimento foi o do Paraná, com uma razão de 30%. A maior nota do IDEB de 2015 dessa região é do estado de Santa Catarina, correspondente a 4,9. Além disso, o estado o qual apresentou o pior desempenho foi o do Rio Grande do Sul que apresentou além da pior nota em 2015 do IDEB da região, quer seja, 4,2, também teve o pior desempenho se comparado os anos, correspondendo a um percentual de 17%.

O estado da região Norte com o melhor desempenho foi o de Amazonas, correspondendo a 62%. Foi nesse estado que houve maior diferença entre as notas de 2005 e 2015, ou seja, isso significa uma representativa melhoria do desempenho das escolas nesse estado. Além do Amazonas, os estados do Acre e Rondônia foram os que obtiveram as melhores notas do IDEB em 2015, quer sejam, 4,4 e 4,1, respectivamente. O Amapá contou o pior desempenho tanto na nota do IDEB do ano de 2005, com nota de 3,5, quanto em relação ao resultado da razão de 2015 para 2005, com resultado percentual de 3%.

Na região Sudeste, o estado que obteve melhor resultado se comparado a evolução de 2005 para 2015 foi Minas Gerais, contanto com o percentual de 28%. A nota desse estado foi uma das maiores de 2015, ou seja, 4,6. Aquele que contou com a maior nota no IDEB 2015 foi São Paulo, quer seja, 4,7. Ressalta-se que o estado que teve o pior desempenho, em termos de razão comparativa do IDEB dos anos de 2015 e 2005, foi Espírito Santo, com razão de 17%. Porém a menor nota de 2015 foi do estado do Rio de Janeiro, com nota 4,0.

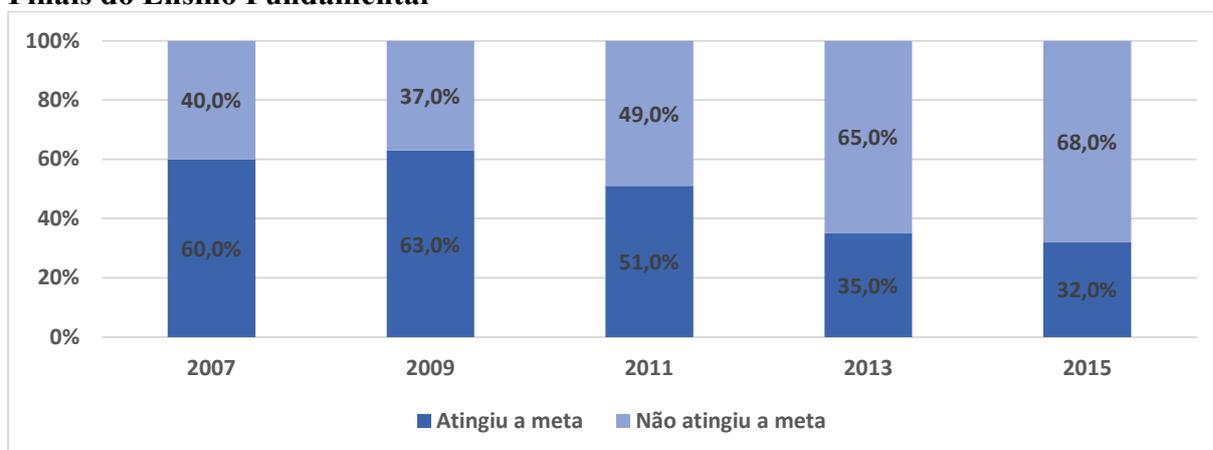
Por fim, a região Nordeste apresenta um elevado aumento de desempenho no estado do Ceará, com razão entre o primeiro e último ano de aferição do IDEB de 61%. Esse fato deve-se à baixa nota do IDEB em 2005, de 2,8 e uma melhoria em 2015, contando com a nota de 4,5. Essa nota foi a maior nessa região no ano de 2015. O estado que teve o menor desempenho em 2015 na medição do IDEB foi Sergipe com nota de 3,1 além de ter sido o que menos cresceu, percentualmente, em relação aos demais estados na comparação de 2005 para 2015, quer seja, 15%.

Escolheu-se, para fins de análise detalhada, as duas regiões cujos desempenhos foram mais expressivos, quer sejam Nordeste e Centro Oeste.

4.3.1.1. Região Nordeste

O Gráfico 21, proporciona uma visão do volume, em percentual, das escolas que atingiram, ou não, sua projeção de meta estipulada pelo IDEB, para todos os anos em que houve aferição nas escolas dos anos finais do ensino fundamental da região Nordeste.

Gráfico 21: Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) – Nordeste- Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora

Chama a atenção o fato de essa região ter sido escolhida como a segunda melhor, em outras palavras, a segunda, dentre as demais regiões, que apresentaram o melhor desempenho e ainda assim, ter um percentual baixo de atingimento de meta.

Quando se analisou as regiões que mais melhoraram, foi verificada a movimentação ou a passagem de faixas inferiores para superiores. E nesse ponto, essa região apresentou uma elevada melhora. Entretanto isso não está diretamente ligado a atingimento de meta. Ou seja, pode-se melhorar, mas não a ponto de se atingir determinada meta. Foi o que ocorreu com essa região. Outro ponto que se destaca é que a meta é um atributo arbitrário e que a análise unicamente baseada nela, torna-se precária.

Por isso, a fim de se fazer um estudo mais aprofundado, utilizou-se o processo de Markov. Apresenta-se, na Tabela 12, a matriz de probabilidade de transição dos anos 2005 e 2015 referente à região Nordeste dos anos finais. Cumpre informar que, todas as demais matrizes referentes aos anos finais do ensino fundamental das escolas da região Nordeste, assim como das demais, se encontram no Apêndice B deste trabalho.

Tabela 12: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005 e 2015 –Nordeste - Anos Finais do Ensino Fundamental

		IDEB 2015				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	4,3%	6,8%	10,5%	16,7%	61,8%
	II	2,2%	5,0%	7,7%	16,4%	68,7%
	III	2,4%	3,7%	6,8%	14,5%	72,7%
	IV	1,2%	2,8%	6,8%	11,3%	77,9%
	V	0,1%	1,8%	2,4%	7,5%	88,2%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

Ao analisar a matriz de probabilidade do ano de 2005x2015 constantes na Tabela 12, têm-se que a probabilidade de uma escola permanecer no mesmo estado no ano de 2005 e no ano de 2015 é de 4,3%, 5,0%, 6,8%, 11,3% e 88,2%, respectivamente do primeiro ao quinto quintil, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Percebe-se, a partir da matriz, que o percentual das escolas que se mantiveram em seu “*status quo*” é baixo para todas as faixas, daqueles que se movimentaram. Além disso, há uma relevante mudança de estado para o extremo, ou seja, para a faixa V, para exemplificar, o percentual de escolas que estavam no quintil I em 2005 e foram para o V em 2015 foi de 61,8%. Isso é uma informação relevante, pois sugere uma melhoria no desempenho das escolas. Cumpre destacar, também, que o percentual daquelas escolas que decresceram, também foi

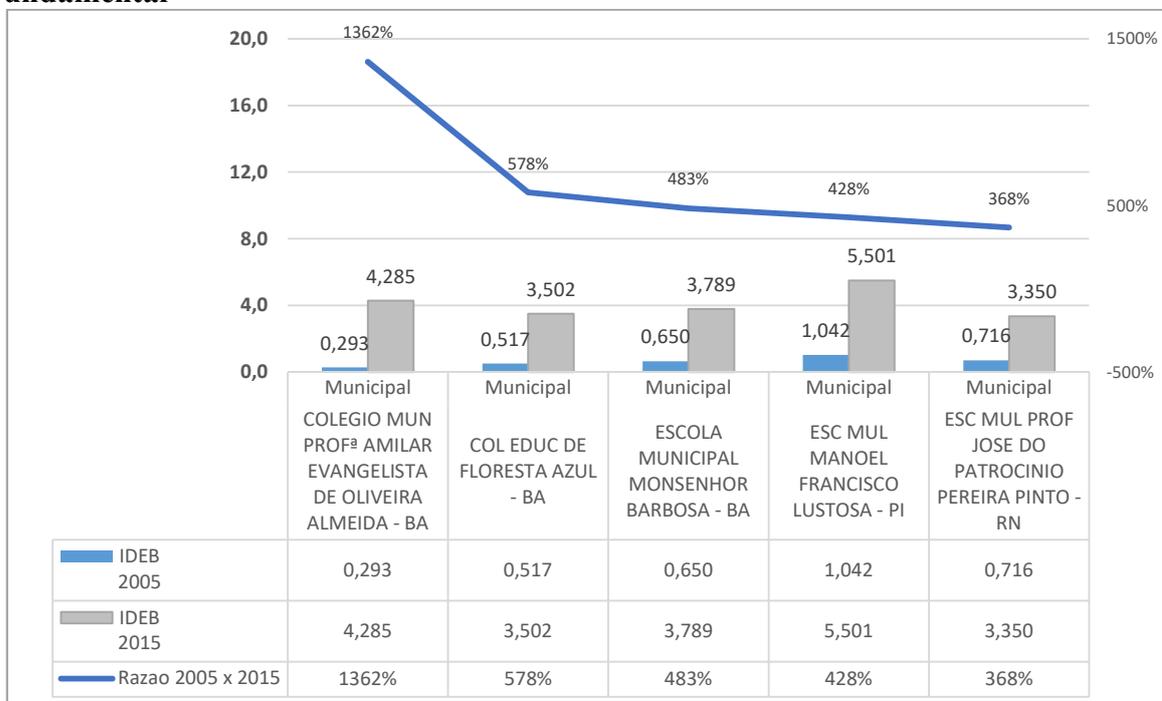
inferior àquelas que se movimentaram para faixas superiores. Fato que pode estar atrelado ao fator motivacional gerado nos atores educacionais em virtude da divulgação e aferição do IDEB.

Pontua-se também, que o percentual de escolas que estavam na faixa V e permaneceram nessa mesma faixa é bastante expressivo, correspondendo a 88,2%. Porém, ressalta-se que, mesmo em percentuais baixos, há uma quantidade de escolas que migraram para estados inferiores.

No total, a razão do somatório da quantidade percentual de escolas que migraram para quintis inferiores nessa região pelo total foi de 6,2% contra o resultado da razão do somatório percentual de escolas que migraram para faixas superiores pelo total correspondente à 70,7%. Concluir, portanto, que houve uma melhoria de desempenho das escolas se comparado o ano de 2005 para 2015.

Para uma análise mais aprofundada, selecionaram-se as cinco melhores escolas que apresentaram os melhores desempenhos a partir da razão entre o IDEB dos anos de 2015 e 2005 conforme Gráfico 22.

Gráfico 22: As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Nordeste- Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

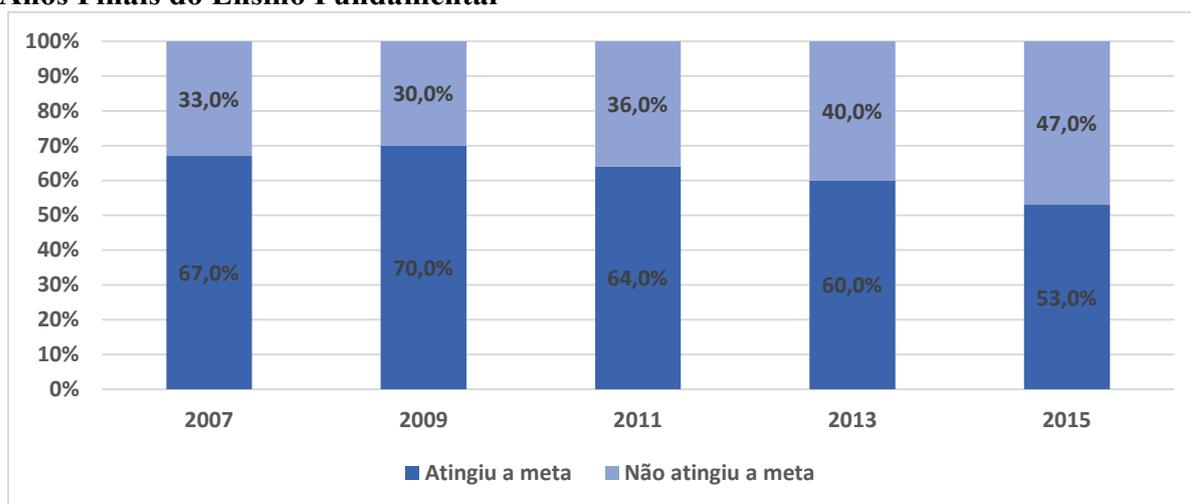
O Gráfico 22, proporciona uma visão das cinco melhores escolas a partir da razão entre as notas do IDEB 2015 e 2005 da região Nordeste dos anos finais do ensino fundamental.

O Colégio municipal Professora Amilar Evangelista de Oliveira Almeida localiza-se na cidade de Seabra no Estado do Bahia. Já o Colégio Educ. de Floresta Azul pertence à cidade de Floresta Azul também no Estado da Bahia e trata-se de uma escola municipal. Situada na cidade de Mata do Sertão, no mesmo Estado, está a Escola municipal Monsenhor Barbosa. A Escola Mul Professor José do Patrocínio Pereira Pinto, pertence à cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Situada na cidade de Tanque do Piauí, está a Escola Mul Manoel Francisco Lustosa, também da rede municipal.

4.3.1.2. Região Centro Oeste

A fim de fornecer informações para a análise dos dados da região Centro Oeste, o Gráfico 23, proporciona uma visão do volume, em percentual, das escolas que atingiram, ou não, sua meta projetada pelo IDEB para todos os anos em que houve aferição.

Gráfico 23: Atingimento de meta projeção (% quantidade de escolas) – Centro Oeste- Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora

O Gráfico 23, proporciona uma leitura do volume, em percentual, de escolas públicas dos anos finais do ensino fundamental que atingiram suas metas projetadas para todos os anos de medição da região do Centro Oeste. Nota-se que a grande maioria das escolas tem atingido suas metas projetadas em todos os anos. Ressalta-se um decréscimo desse volume de escolas na medição do ano de 2015, correspondendo a 47% de escolas que não atingiram suas metas projetadas para essa região. É pertinente pontuar a importância de se fazer uma análise mais aprofundada, além de atingimento de meta, para se entender o desempenho das escolas durante os anos estudados.

Para isso, novamente, utilizou-se o processo de Markov. A Tabela 13 apresenta a matriz de probabilidade de transição dos anos 2005 e 2015 referente aos anos finais da região Centro Oeste. Ressalta-se que, todas as demais matrizes, referentes aos anos finais do ensino fundamental das escolas da região Centro Oeste, assim como das demais, se encontram no Apêndice B deste trabalho.

Tabela 13: Matriz de probabilidade de transição IDEB anos 2005x2015 –Centro Oeste - Anos Finais do Ensino Fundamental

		IDEB 2015				
		I	II	III	IV	V
IDEB 2005	I	0,4%	1,7%	2,6%	14,6%	80,7%
	II	1,3%	1,3%	4,3%	8,5%	84,6%
	III	0,4%	1,3%	2,1%	8,1%	88,0%
	IV	0,4%	0,9%	2,1%	5,1%	91,5%
	V	0,0%	0,0%	0,4%	1,7%	97,9%

Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

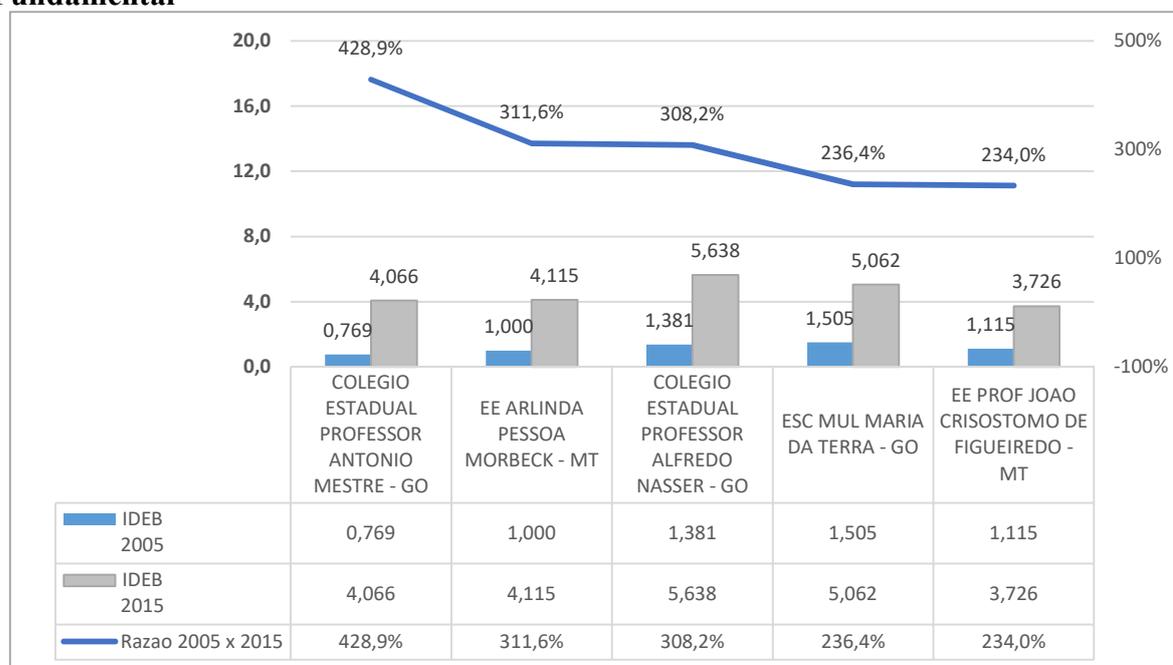
Ao analisar a matriz de probabilidade do ano de 2005 x 2015 constantes no Tabela 13, têm-se que a probabilidade de uma escola permanecer na mesma faixa no ano de 2005 e no ano de 2015 é de 0,4%, 1,3%, 2,1%, 5,1% e 97,9%, respectivamente do primeiro ao quinto quintil, conforme se verifica na diagonal principal da referida matriz.

Seguindo a mesma tendência da análise das demais regiões, percebe-se que há baixa permanência das escolas em seu estado inicial nos quintis de I a IV, diferentemente do que ocorre no V que conta com um elevado percentual, 97,9%. A maior movimentação ocorre para a faixa V, sinalizando, portanto, uma melhora de desempenho das escolas. Pode-se exemplificar as escolas que saíram do estado I para V, cujo percentual totaliza 80,7%. Isso pode estar relacionado ao fato de estar-se analisando períodos mais longos. Não há uma mobilização expressiva de mudança de faixa para a imediatamente superior vizinha. Ainda, é válido mencionar o percentual de escolas que regrediram do quintil II, em 2005 para o I em 2015, representando 1,3%. Esse percentual, embora seja relativamente baixo, é o mesmo das que permaneceram em II no ano de 2015.

Ademais, novamente, há uma concentração elevada de escolas que já estavam na última faixa, V, em 2005 e que se mantiveram em 2015, representando o total de 97,9%. Por fim, pode-se concluir que, houve uma melhoria de desempenho das escolas na comparação dos dois anos estudados. Sugere-se que esse desempenho esteja atrelado à motivação gerada pela aferição do Índice nos atores envolvidos no âmbito educacional.

Para uma análise mais aprofundada, selecionaram-se as cinco melhores escolas, em termos de desempenho, a partir da razão entre o IDEB dos anos de 2015 e 2005, conforme Gráfico 24.

Gráfico 24: As cinco melhores escolas - 2005 x 2015- Centro Oeste- Anos Finais do Ensino Fundamental



Fonte: INEP; Elaborado pela autora.

O Gráfico 24, proporciona uma visão das cinco melhores escolas, a partir da razão entre as notas do IDEB 2015 e 2005, da região Centro Oeste dos anos finais do ensino fundamental.

O Colégio estadual Professor Antônio Mestre, localiza-se na cidade de Cromínia no Estado de Goiás, pertence à rede estadual. Já a escola EE Arlinda Pessoa Morbeck, pertence à cidade de Alto Araguaia, do estado de Mato Grosso, também é da rede estadual. No mesmo Estado, na cidade de Cuiabá, está a Escola EE Prof João Crisostomo de Figueiredo, rede estadual. Situada na cidade de Avelinópolis no Estado de Goiás, está o Colégio Estadual Professor Alfredo Nasser pertencente à rede estadual. Já a Escola Mul Maria da Terra, está localizada na cidade de Goiânia, em Goiás, e é uma escola da rede municipal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto do IDEB na qualidade da educação básica pública no Brasil, em outras palavras, se a aferição e divulgação dos resultados do Índice por escola, em todo o Brasil, geraram incentivos motivacionais para melhorias da qualidade, baseados nos indicadores que compõe o referido Índice, aos atores educacionais. Para isso, esse trabalho utilizou o processo de Markov com as matrizes de probabilidade de transição, o que permitiu plotar os dados do IDEB e analisar o comportamento da totalidade de escolas com aferição em todos os anos. A escolha da metodologia auxiliou na execução e conclusão dos resultados. Uma limitação apontada neste método refere-se ao fato de não conseguir isolar variáveis.

Concernente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), ao se utilizar as matrizes de probabilidade de transição do processo de Markov, conclui-se, a partir da matriz 2005x2007, que a movimentação maior ocorreu para as faixas superiores imediatamente vizinhas, sugerindo uma melhora no desempenho das escolas. Outro aspecto observado foi o fato de a permanência nos estados iniciais ter sido baixa, com exceção daquelas que já estavam no quintil V. Isso pode estar relacionado ao fato de as escolas que estão na última faixa, já se encontrarem com notas superiores às demais não tendo outra faixa para evoluir já que, optou-se, neste trabalho, por dividir em cinco quintis.

A fim de entender o que ocorre se considerar a análise de um período maior de tempo, analisou-se a matriz de probabilidade de transição do ano de 2005x2015. Concluiu-se que quando se considera um período mais longo de análise, a migração do volume de escolas para estados superiores é mais evidente, ainda mais, para as quintis superiores não imediatamente vizinhos. Pode-se concluir que houve mais tempo para as escolas aprimorarem seu desempenho e isso refletir em notas maiores, assim como se pode sugerir que houve maior tempo para o Estado investir em gestão pública educacional. Corroborando com essa ideia reside o fato de os investimentos em educação produzirem seus resultados, em sua grande maioria, em longo prazo.

Quando se analisou o desempenho dos anos finais do ensino fundamental, notou-se que o desempenho das escolas foi inferior ao que se observou nos anos iniciais do ensino fundamental. A partir da matriz de probabilidade de transição de 2005x2007, constatou-se uma

alta permanência das escolas nas faixas extremas, ou seja, as escolas que estavam muito ruins ou muito boas (comparada com a média) tenderam a permanecer em sua situação.

Igualmente ao que ocorreu com os anos iniciais do ensino fundamental, quando se comparou os anos de 2005x2007, conclui-se que a migração das escolas ocorreu para os quintis imediatamente superiores vizinhos. Porém, nessa comparação houve uma mobilidade considerável para estados inferiores, entretanto, mesmo assim o percentual de escolas que melhoraram ou se mantiveram em seus estados foi superior. Outra conclusão acerca dessa comparação de anos, é que o percentual de escolas que se permaneceram em seu *status quo* foi superior ao percentual daquelas que migraram, independente do sentido da mobilidade.

Quando se comparou os anos de 2005 e 2015, analogamente ao que ocorrera nos anos iniciais do ensino fundamental, percebeu-se uma baixa permanência em seu estado e os quintis que houve uma maior permanência foram aqueles os quais estavam nos extremos, diga-se, I e V, igualmente ao verificado nos anos iniciais. Também, identificou-se uma mobilidade para faixas superiores não imediatamente próximas. No geral, notou-se que o desempenho das escolas dos anos finais do ensino fundamental não apresentou uma linha evolutiva em relação às notas do IDEB, porém, apresentaram uma melhora no seu desempenho.

Como forma de identificar quais regiões apresentaram o melhor desempenho, utilizou-se a razão das notas do ano de 2005 e 2015. Nesse sentido, as que apresentaram o melhor desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental foi Nordeste e Norte. Concernente à região Nordeste observou-se que as escolas públicas, em sua maior parte, têm apresentado um desempenho positivo sinalizando uma melhoria na qualidade da educação. Percebeu-se que a maior movimentação referente à comparação de 2005 e 2015 foi do quintil I para o derradeiro, quer seja, V, o que demonstra uma evolução nas notas das escolas. Além disso, notou-se uma baixa permanência das escolas em seu estado excetuando-se aquelas que já estavam no último quintil que praticamente houve uma permanência absoluta dessas escolas nesse estado.

Analogamente, na região Norte, percebeu-se uma melhoria no desempenho das escolas especialmente na migração de estados inferiores para o extremo, quer seja, o V. Pontua-se que, um volume muito pequeno retrocedeu seu desempenho. Constatou-se, portanto, uma representativa melhoria de desempenho nessa região. Ressalta-se que a aferição do IDEB, nessa região, pode ter sido interferida, por conter escolas em localidades de difícil acesso, haja vista o volume pequeno de escolas que foram aferidas em todos os anos, quer sejam, 1918 escolas.

As regiões que apresentaram um melhor desempenho nos anos finais do ensino fundamental, utilizando-se a mesma metodologia dos anos iniciais, foram Nordeste e Centro Oeste. Para a região Nordeste e Centro Oeste, percebeu-se que a maior mobilidade ocorreu para

o quintil extremo, quer seja, o V. Além disso, considerando a comparação de 2005 e 2015, houve uma baixa permanência das escolas em seu estado inicial. Por fim, notaram-se em ambas as regiões, uma porcentagem muito baixa de escolas que retrocederam entre os quintis.

De maneira geral, conclui-se que o desempenho das escolas da educação básica pública tem mostrado uma melhora nos anos iniciais e finais do ensino fundamental apresentando uma movimentação para estados superiores. Ratifica-se que os desempenhos das escolas dos anos iniciais apresentaram melhor desempenho do que as dos anos finais do ensino fundamental. Esta conclusão pode ser balizadora como fonte de informação para alocação de investimento de futuras Políticas Públicas educacionais.

Outra questão que pode ser levantada é que, ao se mensurar o desempenho das escolas através do IDEB, sugere-se que se gerou um incentivo motivacional aos atores que influenciaram seus comportamentos com a finalidade de aprimorarem a gestão (em termos amplos), o que impactou na melhoria da qualidade da educação que se transferiu para os alunos, refletindo diretamente em suas notas e desempenho no Índice.

Ressalta-se, entretanto, que o IDEB não se configura em uma política pública, haja vista que o seu objetivo ao ser criado foi o de medir e não o de avaliar. Porém, ainda assim, sugere-se que a sua aferição e divulgação pode ter contribuído positivamente como influência nos resultados das notas das escolas.

Conclui-se, portanto, que em termos de melhora de notas, o desempenho das escolas tem sido, em sua maior parte, positivo, o que sugere uma melhora na qualidade da educação. Pertinente pontuar que outros aspectos podem estar atrelados à melhora do desempenho das escolas como investimentos, gestão escolar, participação dos atores envolvidos.

Por fim, sugere-se como novas pesquisas a partir desta dissertação, uma avaliação qualitativa em uma amostra de escolas para entender e elencar os fatores que mais influenciaram no seu desempenho. Outra sugestão seria uma análise qualitativa comparando uma amostra de escolas que melhoram seu desempenho e com outra que reduziram suas notas, para averiguar e identificar o que está mais responsável pelos seus resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Aloisio Pessoa de et al. A educação infantil e sua importância na redução da violência. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.
- ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39. Acesso em: 20 dez. 2015.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSOA, Samuel. Educação, Crescimento e Distribuição de Renda: A experiência brasileira em perspectiva histórica. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. O impacto de três inovações institucionais na educação brasileira. Texto para discussão nº 566. *IPEA*. Rio de Janeiro. 1998. Acesso em: 20 dez. 2015.
- BRASIL, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- _____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.
- BUENO, F. *Cadeias de Markov: práticas e aplicações*. Araranguá: CEFETSC, 2008.
- CAMINI, Lucia. A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*.v.26, nº3, p.535-550, set-dez. 2010. Acesso em: 20 dez. 2015.
- CARVALHO, Luís Miguel. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. *Educ. Soc.* Campinas, vol.30, nº109, set-dez. 2009. Acesso em 22 de dezembro de 2015.
- DOURADO, Luiz; OLIVEIRA, João. A Qualidade da educação: Perspectivas e Desafio. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 29, nº 78, maio-ago.2009. Acesso em 22 de dezembro de 2015.
- FELICIO, Fabiana de. O Ensino Fundamental- Desafios desde a alfabetização até a transição para o ensino médio. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Metas Intermediárias para sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e escolas. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. Ministério da Educação – MEC. 2007. Disponível em: Acesso em 10 de dez.2015.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da Educação: Avaliação, Indicadores e Metas. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

FERNANDES, Reynaldo; NATENZON, Paulo Esteban. A evolução recente do rendimento das crianças brasileiras: uma reavaliação dos dados do Saeb. *Estudos em avaliação educacional*, nº 28, jul-dez. 2003. Acesso em 24 de dezembro de 2015.

GELINSKI, Carmem Rosário O. G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, EDUFSC, v.42, nº 1 e 2, abr-out. 2008. Acesso em: 20 nov. 2015.

IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Resultados e metas, Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/site/>. Último acesso em 8 de dezembro de 2015.

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (2001). *PISA 2000: relatório nacional*. Brasília. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 16 dez. 2015.

_____. Nota Técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. [ca.2007]. Disponível

em:http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em 10 de dez de 2015.

_____. Resultados PISA 2000_2012. Média dos países em cada área. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/resultados_pisa_2000_2012.pdf. Acesso em 10 de dez de 2015.

_____. Censo Escolar. Resultados Finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais)-2014. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 10 de dez de 2015.

JANNUZZI, P. e REZENDE, L. Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do IDEB e do painel de indicadores. *Revista do Serviço Público*. Brasília, p. 121-150, abr-jun, 2008. Acesso em: 20 dez. 2015.

MACHADO, Lucília. Educação Básica, Empregabilidade e Competência. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, nº 3, jan/jul de 1998. Acesso em: 20 dez. 2015.

Ministério da Educação- MEC. Base Nacional Comum Curricular. *2ª Versão Revista*. Abr. 2016. Acesso em 01 de mar de 2016.

MERCOSUR. Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur. 2012.

MYNAIO, C. (Org.). *Avaliação por Triangulação e Métodos – Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. *Bordieu & a Educação. Pensadores & Educação*, v.4. Autêntica, 3ª ed, 2009. Belo Horizonte.
- OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development (2000). *Knowledge and skills for life: first results from PISA-2000*. Disponível em: <http://www.pisa.oecd.org>. Acesso em: nov.2015.
- _____. Organization for Economic Co-operation and Development (2015). Programme for international student assessment (PISA), Results from PISA 2015. OCDE, 2016.
- OLIVEIRA, Romualdo; ARAUJO, Gilda. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, nº 28, jan-abr, 2005. Acesso em 22 de dezembro de 2015.
- PAZ, Fábio Mariano; RAPHAEL, Hélia Sônia. O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. *OMNIA Humanas*, v.3, nº1, p 7-30. 2010.
- SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *Escola Nacional de administração Pública*. Coletânea, vol.1. Brasília.2006. Acesso em: 21 dez. 2015.
- SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da, SAMPAIO, Yony. Notas sobre pobreza e educação no Brasil. *Problemas del desarrollo*, vol. 41, nº 163,out-dez. México. 2010. Acesso em 22 de dezembro de 2015.
- SILVA, P e MELO, M. O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes da avaliação de Programas e Projetos. Universidade Estadual de Campinas. *Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-NEPP*. Caderno nº 48. 2000. Acesso em: 20 dez. 2015.
- SOARES, José Francisco; Marotta, Luana. Desigualdades no sistema de ensino fundamental brasileiro. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Ano 8, nº16, jul-dez 2006. Acesso em: 19 dez. 2015.
- TREVISAN, Andrei; BELLEN, Hans. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, v.42, n.3, p.538, maio/jun. 2008. Acesso em: 20 dez. 2015.
- VARIAN, Hal R. *Microeconomia: uma abordagem moderna*. Rio de Janeiro – Elsevier, 2012.
- VELOSO, Fernando et al (orgs). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Editora Campus, 2009.

APÊNDICE A - QUADRO DE INDICADOR DE RENDIMENTO ESCOLA, DADOS PROVA BRASIL/SAEB, DADOS IDEB.

Rede	Indicador de Rendimento (P)	Nota Prova Brasil/SAEB - 2013			IDEB 2013 (N x P)	Projeções							
		Matem.	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	0,93	211,21	195,91	5,56	5,2	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Estadual	0,95	215,24	199,24	5,70	5,4	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
Municipal	0,91	206,86	191,19	5,39	4,9	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Pública	0,92	205,08	189,71	5,33	4,9	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
Privada ⁽¹⁾	0,98	244,48	229,56	6,81	6,7	6,0	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2	7,4	7,5

Fonte: MEC/INEP. Elaborado pela autora.

APÊNDICE B – RESULTADOS DAS MATRIZES DE PROBABILIDADE DE TRANSIÇÃO DO PROCESSO DE MARKOV

B. 1 Resultados das Matrizes de Probabilidade de Transição do Processo de Markov

Brasil- Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2005 x 2007								2005 x 2007																
2007								2007																
I II III IV V								I II III IV V																
2005	I	1493	1401	611	187	53	3745	2005	I	39,9%	37,4%	16,3%	5,0%	1,4%										
	II	334	1237	1358	625	191	3745		II	8,9%	33,0%	36,3%	16,7%	5,1%										
	III	59	451	1166	1345	724	3745		III	1,6%	12,0%	31,1%	35,9%	19,3%										
	IV	12	110	472	1310	1841	3745		IV	0,3%	2,9%	12,6%	35,0%	49,2%										
	V	4	21	111	471	3139	3746		V	0,1%	0,6%	3,0%	12,6%	83,8%										
							1902	3220	3718	3938	5948	18726								10,2%	17,2%	19,9%	21,0%	31,8%
2005 x 2009								2005 x 2009																
2009								2009																
I II III IV V								I II III IV V																
2005	I	693	1367	1005	452	228	3745	2005	I	18,5%	36,5%	26,8%	12,1%	6,1%										
	II	149	687	1139	1018	752	3745		II	4,0%	18,3%	30,4%	27,2%	20,1%										
	III	15	160	596	1137	1837	3745		III	0,4%	4,3%	15,9%	30,4%	49,1%										
	IV	7	24	133	557	3024	3745		IV	0,2%	0,6%	3,6%	14,9%	80,7%										
	V	1	4	22	126	3593	3746		V	0,0%	0,1%	0,6%	3,4%	95,9%										
							865	2242	2895	3290	9434	18726								4,6%	12,0%	15,5%	17,6%	50,4%
2005 x 2011								2005 x 2011																
2011								2011																
I II III IV V								I II III IV V																
2005	I	300	968	1109	817	551	3745	2005	I	8,0%	25,8%	29,6%	21,8%	14,7%										
	II	58	383	821	1101	1382	3745		II	1,5%	10,2%	21,9%	29,4%	36,9%										
	III	10	78	314	837	2506	3745		III	0,3%	2,1%	8,4%	22,3%	66,9%										
	IV	2	13	68	305	3357	3745		IV	0,1%	0,3%	1,8%	8,1%	89,6%										
	V	1	0	6	60	3679	3746		V	0,0%	0,0%	0,2%	1,6%	98,2%										
							371	1442	2318	3120	11475	18726								2,0%	7,7%	12,4%	16,7%	61,3%

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	351	899	1011	755	729	3745
	II	71	291	666	971	1746	3745
	III	16	70	250	561	2848	3745
	IV	4	11	56	220	3454	3745
	V	0	4	8	44	3690	3746
		442	1275	1991	2551	12467	18726

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	9,4%	24,0%	27,0%	20,2%	19,5%	
	II	1,9%	7,8%	17,8%	25,9%	46,6%	
	III	0,4%	1,9%	6,7%	15,0%	76,0%	
	IV	0,1%	0,3%	1,5%	5,9%	92,2%	
	V	0,0%	0,1%	0,2%	1,2%	98,5%	
		2,4%	6,8%	10,6%	13,6%	66,6%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	92	433	857	1054	1309	3745
	II	15	94	376	857	2403	3745
	III	3	17	100	372	3253	3745
	IV	1	7	20	105	3612	3745
	V	0	2	2	21	3721	3746
		111	553	1355	2409	14298	18726

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	2,5%	11,6%	22,9%	28,1%	35,0%	
	II	0,4%	2,5%	10,0%	22,9%	64,2%	
	III	0,1%	0,5%	2,7%	9,9%	86,9%	
	IV	0,0%	0,2%	0,5%	2,8%	96,4%	
	V	0,0%	0,1%	0,1%	0,6%	99,3%	
		0,6%	3,0%	7,2%	12,9%	76,4%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	1635	1286	557	184	83	3745
	II	399	1117	1091	771	367	3745
	III	67	396	880	1289	1113	3745
	IV	20	68	315	1132	2210	3745
	V	6	10	50	247	3433	3746
		2127	2877	2893	3623	7206	18726

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	43,7%	34,3%	14,9%	4,9%	2,2%	
	II	10,7%	29,8%	29,1%	20,6%	9,8%	
	III	1,8%	10,6%	23,5%	34,4%	29,7%	
	IV	0,5%	1,8%	8,4%	30,2%	59,0%	
	V	0,2%	0,3%	1,3%	6,6%	91,6%	
		11,4%	15,4%	15,4%	19,3%	38,5%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	869	1294	871	458	253	3745
	II	174	653	1057	1031	830	3745
	III	26	183	601	1096	1839	3745
	IV	5	35	169	655	2881	3745
	V	2	3	19	124	3598	3746
		1076	2168	2717	3364	9401	18726

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	23,2%	34,6%	23,3%	12,2%	6,8%	
	II	4,6%	17,4%	28,2%	27,5%	22,2%	
	III	0,7%	4,9%	16,0%	29,3%	49,1%	
	IV	0,1%	0,9%	4,5%	17,5%	76,9%	
	V	0,1%	0,1%	0,5%	3,3%	96,0%	
		5,7%	11,6%	14,5%	18,0%	50,2%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	878	1094	832	540	401	3745
	II	192	527	825	985	1216	3745
	III	36	182	417	841	2269	3745
	IV	8	27	125	424	3161	3745
	V	5	2	19	99	3621	3746
		1119	1832	2218	2889	10668	18726

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	23,4%	29,2%	22,2%	14,4%	10,7%	
	II	5,1%	14,1%	22,0%	26,3%	32,5%	
	III	1,0%	4,9%	11,1%	22,5%	60,6%	
	IV	0,2%	0,7%	3,3%	11,3%	84,4%	
	V	0,1%	0,1%	0,5%	2,6%	96,7%	
		6,0%	9,8%	11,8%	15,4%	57,0%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	294	821	976	858	796	3745
	II	48	233	625	984	1855	3745
	III	7	63	225	646	2804	3745
	IV	7	7	43	224	3464	3745
	V	0	2	3	37	3704	3746
		356	1126	1872	2749	12623	18726

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	7,9%	21,9%	26,1%	22,9%	21,3%	
	II	1,3%	6,2%	16,7%	26,3%	49,5%	
	III	0,2%	1,7%	6,0%	17,2%	74,9%	
	IV	0,2%	0,2%	1,1%	6,0%	92,5%	
	V	0,0%	0,1%	0,1%	1,0%	98,9%	
		1,9%	6,0%	10,0%	14,7%	67,4%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	1826	1371	428	94	26	3745
	II	403	1408	1283	531	120	3745
	III	47	438	1245	1449	566	3745
	IV	6	61	473	1570	1635	3745
	V	1	11	63	514	3157	3746
		2283	3289	3492	4158	5504	18726

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	48,8%	36,6%	11,4%	2,5%	0,7%	
	II	10,8%	37,6%	34,3%	14,2%	3,2%	
	III	1,3%	11,7%	33,2%	38,7%	15,1%	
	IV	0,2%	1,6%	12,6%	41,9%	43,7%	
	V	0,0%	0,3%	1,7%	13,7%	84,3%	
		12,2%	17,6%	18,6%	22,2%	29,4%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	1717	1237	546	190	55	3745
	II	383	1059	1210	829	264	3745
	III	57	323	874	1443	1048	3745
	IV	7	59	284	1239	2156	3745
	V	3	5	52	336	3350	3746
		2167	2683	2966	4037	6873	18726

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	45,8%	33,0%	14,6%	5,1%	1,5%	
	II	10,2%	28,3%	32,3%	22,1%	7,0%	
	III	1,5%	8,6%	23,3%	38,5%	28,0%	
	IV	0,2%	1,6%	7,6%	33,1%	57,6%	
	V	0,1%	0,1%	1,4%	9,0%	89,4%	
		11,6%	14,3%	15,8%	21,6%	36,7%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	745	1371	994	450	185	3745
	II	130	638	1138	1203	636	3745
	III	14	143	523	1377	1688	3745
	IV	2	25	127	771	2820	3745
	V	0	4	19	207	3516	3746
		891	2181	2801	4008	8845	18726

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	19,9%	36,6%	26,5%	12,0%	4,9%	
	II	3,5%	17,0%	30,4%	32,1%	17,0%	
	III	0,4%	3,8%	14,0%	36,8%	45,1%	
	IV	0,1%	0,7%	3,4%	20,6%	75,3%	
	V	0,0%	0,1%	0,5%	5,5%	93,9%	
		4,8%	11,6%	15,0%	21,4%	47,2%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	2458	964	266	54	3	3745
	II	747	1436	1073	404	85	3745
	III	134	563	1320	1296	432	3745
	IV	16	124	658	1539	1408	3745
	V	6	13	123	626	2978	3746
		3361	3100	3440	3919	4906	18726

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	65,6%	25,7%	7,1%	1,4%	0,1%	
	II	19,9%	38,3%	28,7%	10,8%	2,3%	
	III	3,6%	15,0%	35,2%	34,6%	11,5%	
	IV	0,4%	3,3%	17,6%	41,1%	37,6%	
	V	0,2%	0,3%	3,3%	16,7%	79,5%	
		17,9%	16,6%	18,4%	20,9%	26,2%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	1435	1424	622	216	48	3745
	II	304	1042	1288	833	278	3745
	III	35	307	934	1532	937	3745
	IV	7	72	334	1226	2106	3745
	V	3	5	68	378	3292	3746
		1784	2850	3246	4185	6661	18726

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	38,3%	38,0%	16,6%	5,8%	1,3%	
	II	8,1%	27,8%	34,4%	22,2%	7,4%	
	III	0,9%	8,2%	24,9%	40,9%	25,0%	
	IV	0,2%	1,9%	8,9%	32,7%	56,2%	
	V	0,1%	0,1%	1,8%	10,1%	87,9%	
		9,5%	15,2%	17,3%	22,3%	35,6%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	1745	1553	352	79	16	3745
	II	269	1481	1337	552	106	3745
	III	27	434	1300	1487	497	3745
	IV	7	62	554	1646	1476	3745
	V	0	3	78	511	3154	3746
		2048	3533	3621	4275	5249	18726

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	46,6%	41,5%	9,4%	2,1%	0,4%	
	II	7,2%	39,5%	35,7%	14,7%	2,8%	
	III	0,7%	11,6%	34,7%	39,7%	13,3%	
	IV	0,2%	1,7%	14,8%	44,0%	39,4%	
	V	0,0%	0,1%	2,1%	13,6%	84,2%	
		10,9%	18,9%	19,3%	22,8%	28,0%	

Região Centro Oeste- Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	72	101	93	57	37	360
	II	24	64	102	107	63	360
	III	7	31	77	114	131	360
	IV	4	21	40	115	181	361
	V	3	4	11	55	288	361
		110	221	323	448	700	1802

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	20,0%	28,1%	25,8%	15,8%	10,3%	
	II	6,7%	17,8%	28,3%	29,7%	17,5%	
	III	1,9%	8,6%	21,4%	31,7%	36,4%	
	IV	1,1%	5,8%	11,1%	31,9%	50,1%	
	V	0,8%	1,1%	3,0%	15,2%	79,8%	
		6,1%	12,3%	17,9%	24,9%	38,8%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	26	48	76	94	116	360
	II	5	24	53	95	183	360
	III	0	3	28	72	257	360
	IV	0	4	21	33	303	361
	V	0	0	2	10	349	361
		31	79	180	304	1208	1802

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	7,2%	13,3%	21,1%	26,1%	32,2%	
	II	1,4%	6,7%	14,7%	26,4%	50,8%	
	III	0,0%	0,8%	7,8%	20,0%	71,4%	
	IV	0,0%	1,1%	5,8%	9,1%	83,9%	
	V	0,0%	0,0%	0,6%	2,8%	96,7%	
		1,7%	4,4%	10,0%	16,9%	67,0%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	6	21	44	73	216	360
	II	0	8	16	58	278	360
	III	0	2	5	29	324	360
	IV	0	1	2	11	347	361
	V	0	1	0	2	358	361
		6	33	67	173	1523	1802

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	1,7%	5,8%	12,2%	20,3%	60,0%	
	II	0,0%	2,2%	4,4%	16,1%	77,2%	
	III	0,0%	0,6%	1,4%	8,1%	90,0%	
	IV	0,0%	0,3%	0,6%	3,0%	96,1%	
	V	0,0%	0,3%	0,0%	0,6%	99,2%	
		0,3%	1,8%	3,7%	9,6%	84,5%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	2	9	29	79	241	360
	II	0	1	13	37	309	360
	III	0	2	2	11	345	360
	IV	0	0	1	4	356	361
	V	0	0	0	1	360	361
		2	12	45	132	1611	1802

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	0,6%	2,5%	8,1%	21,9%	66,9%	
	II	0,0%	0,3%	3,6%	10,3%	85,8%	
	III	0,0%	0,6%	0,6%	3,1%	95,8%	
	IV	0,0%	0,0%	0,3%	1,1%	98,6%	
	V	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	99,7%	
		0,1%	0,7%	2,5%	7,3%	89,4%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	0	2	17	37	304	360
	II	0	1	7	12	340	360
	III	1	0	0	6	353	360
	IV	0	0	0	2	359	361
	V	0	0	0	0	361	361
		1	3	24	57	1717	1802

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	0,0%	0,6%	4,7%	10,3%	84,4%	
	II	0,0%	0,3%	1,9%	3,3%	94,4%	
	III	0,3%	0,0%	0,0%	1,7%	98,1%	
	IV	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	99,4%	
	V	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%	
		0,1%	0,2%	1,3%	3,2%	95,3%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	91	88	84	61	36	360
	II	26	64	74	96	100	360
	III	7	35	61	99	158	360
	IV	0	9	26	73	253	361
	V	0	2	8	17	334	361
		124	198	253	346	881	1802

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	25,3%	24,4%	23,3%	16,9%	10,0%	
	II	7,2%	17,8%	20,6%	26,7%	27,8%	
	III	1,9%	9,7%	16,9%	27,5%	43,9%	
	IV	0,0%	2,5%	7,2%	20,2%	70,1%	
	V	0,0%	0,6%	2,2%	4,7%	92,5%	
		6,9%	11,0%	14,0%	19,2%	48,9%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	37	53	67	93	110	360
	II	5	15	40	84	216	360
	III	2	7	23	69	259	360
	IV	1	3	8	28	321	361
	V	0	0	1	9	351	361
		45	78	139	283	1257	1802

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	10,3%	14,7%	18,6%	25,8%	30,6%	
	II	1,4%	4,2%	11,1%	23,3%	60,0%	
	III	0,6%	1,9%	6,4%	19,2%	71,9%	
	IV	0,3%	0,8%	2,2%	7,8%	88,9%	
	V	0,0%	0,0%	0,3%	2,5%	97,2%	
		2,5%	4,3%	7,7%	15,7%	69,8%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	14	39	54	74	179	360
	II	2	9	38	40	271	360
	III	0	2	17	37	304	360
	IV	0	1	6	27	327	361
	V	0	0	0	4	357	361
		16	51	115	182	1438	1802

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	3,9%	10,8%	15,0%	20,6%	49,7%	
	II	0,6%	2,5%	10,6%	11,1%	75,3%	
	III	0,0%	0,6%	4,7%	10,3%	84,4%	
	IV	0,0%	0,3%	1,7%	7,5%	90,6%	
	V	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	98,9%	
		0,9%	2,8%	6,4%	10,1%	79,8%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	6	16	35	76	227	360
	II	1	5	8	31	315	360
	III	0	0	5	17	338	360
	IV	1	0	1	12	347	361
	V	0	0	0	4	357	361
		8	21	49	140	1584	1802

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	1,7%	4,4%	9,7%	21,1%	63,1%	
	II	0,3%	1,4%	2,2%	8,6%	87,5%	
	III	0,0%	0,0%	1,4%	4,7%	93,9%	
	IV	0,3%	0,0%	0,3%	3,3%	96,1%	
	V	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	98,9%	
		0,4%	1,2%	2,7%	7,8%	87,9%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	37	53	67	93	110	360
	II	5	15	40	84	216	360
	III	2	7	23	69	259	360
	IV	1	3	8	28	321	361
	V	0	0	1	9	351	361
		45	78	139	283	1257	1802

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	10,3%	14,7%	18,6%	25,8%	30,6%	
	II	1,4%	4,2%	11,1%	23,3%	60,0%	
	III	0,6%	1,9%	6,4%	19,2%	71,9%	
	IV	0,3%	0,8%	2,2%	7,8%	88,9%	
	V	0,0%	0,0%	0,3%	2,5%	97,2%	
		2,5%	4,3%	7,7%	15,7%	69,8%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	58	97	75	78	52	360
	II	14	58	63	112	113	360
	III	7	14	56	121	162	360
	IV	0	7	23	91	240	361
	V	0	1	1	49	310	361
		79	177	218	451	877	1802

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	16,1%	26,9%	20,8%	21,7%	14,4%	
	II	3,9%	16,1%	17,5%	31,1%	31,4%	
	III	1,9%	3,9%	15,6%	33,6%	45,0%	
	IV	0,0%	1,9%	6,4%	25,2%	66,5%	
	V	0,0%	0,3%	0,3%	13,6%	85,9%	
		4,4%	9,8%	12,1%	25,0%	48,7%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	28	57	92	104	79	360
	II	2	18	54	121	165	360
	III	3	6	32	93	226	360
	IV	0	1	13	75	272	361
	V	0	2	6	34	319	361
		33	84	197	427	1061	1802

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	7,8%	15,8%	25,6%	28,9%	21,9%	
	II	0,6%	5,0%	15,0%	33,6%	45,8%	
	III	0,8%	1,7%	8,9%	25,8%	62,8%	
	IV	0,0%	0,3%	3,6%	20,8%	75,3%	
	V	0,0%	0,6%	1,7%	9,4%	88,4%	
		1,8%	4,7%	10,9%	23,7%	58,9%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	184	98	41	33	4	360
	II	42	90	114	71	43	360
	III	17	28	97	132	86	360
	IV	4	24	66	103	164	361
	V	0	2	21	70	268	361
		247	242	339	409	565	1802

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	51,1%	27,2%	11,4%	9,2%	1,1%	
	II	11,7%	25,0%	31,7%	19,7%	11,9%	
	III	4,7%	7,8%	26,9%	36,7%	23,9%	
	IV	1,1%	6,6%	18,3%	28,5%	45,4%	
	V	0,0%	0,6%	5,8%	19,4%	74,2%	
		13,7%	13,4%	18,8%	22,7%	31,4%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	90	112	82	59	17	360
	II	17	54	97	112	80	360
	III	5	16	67	133	139	360
	IV	3	23	48	83	204	361
	V	0	2	23	49	287	361
		115	207	317	436	727	1802

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	25,0%	31,1%	22,8%	16,4%	4,7%	
	II	4,7%	15,0%	26,9%	31,1%	22,2%	
	III	1,4%	4,4%	18,6%	36,9%	38,6%	
	IV	0,8%	6,4%	13,3%	23,0%	56,5%	
	V	0,0%	0,6%	6,4%	13,6%	79,5%	
		6,4%	11,5%	17,6%	24,2%	40,3%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	154	122	48	31	5	360
	II	47	108	105	76	24	360
	III	11	68	111	117	53	360
	IV	1	30	71	141	118	361
	V	1	6	9	73	272	361
		214	334	344	438	472	1802

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	42,8%	33,9%	13,3%	8,6%	1,4%	
	II	13,1%	30,0%	29,2%	21,1%	6,7%	
	III	3,1%	18,9%	30,8%	32,5%	14,7%	
	IV	0,3%	8,3%	19,7%	39,1%	32,7%	
	V	0,3%	1,7%	2,5%	20,2%	75,3%	
		11,9%	18,5%	19,1%	24,3%	26,2%	

Região Nordeste Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	223	229	209	168	120	949
	II	78	150	228	249	244	949
	III	45	87	193	305	319	949
	IV	17	51	123	285	473	949
	V	7	13	52	151	726	949
		370	530	805	1158	1882	4745

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	23,5%	24,1%	22,0%	17,7%	12,6%	
	II	8,2%	15,8%	24,0%	26,2%	25,7%	
	III	4,7%	9,2%	20,3%	32,1%	33,6%	
	IV	1,8%	5,4%	13,0%	30,0%	49,8%	
	V	0,7%	1,4%	5,5%	15,9%	76,5%	
		7,8%	11,2%	17,0%	24,4%	39,7%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	46	87	155	282	379	949
	II	7	26	60	172	684	949
	III	9	43	96	163	638	949
	IV	13	51	110	213	562	949
	V	37	73	115	207	517	949
		112	280	536	1037	2780	4745

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	4,8%	9,2%	16,3%	29,7%	39,9%	
	II	0,7%	2,7%	6,3%	18,1%	72,1%	
	III	0,9%	4,5%	10,1%	17,2%	67,2%	
	IV	1,4%	5,4%	11,6%	22,4%	59,2%	
	V	3,9%	7,7%	12,1%	21,8%	54,5%	
		2,4%	5,9%	11,3%	21,9%	58,6%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	25	41	83	180	620	949
	II	2	7	20	65	855	949
	III	3	12	56	130	748	949
	IV	3	16	57	171	702	949
	V	15	33	78	172	651	949
		48	109	294	718	3576	4745

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	2,6%	4,3%	8,7%	19,0%	65,3%	
	II	0,2%	0,7%	2,1%	6,8%	90,1%	
	III	0,3%	1,3%	5,9%	13,7%	78,8%	
	IV	0,3%	1,7%	6,0%	18,0%	74,0%	
	V	1,6%	3,5%	8,2%	18,1%	68,6%	
		1,0%	2,3%	6,2%	15,1%	75,4%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	13	47	85	179	625	949
	II	5	10	27	77	830	949
	III	16	23	55	125	730	949
	IV	4	15	48	119	763	949
	V	16	35	63	137	698	949
		54	130	278	637	3646	4745

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	1,4%	5,0%	9,0%	18,9%	65,9%	
	II	0,5%	1,1%	2,8%	8,1%	87,5%	
	III	1,7%	2,4%	5,8%	13,2%	76,9%	
	IV	0,4%	1,6%	5,1%	12,5%	80,4%	
	V	1,7%	3,7%	6,6%	14,4%	73,6%	
		1,1%	2,7%	5,9%	13,4%	76,8%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	9	8	25	81	826	949
	II	0	1	5	17	926	949
	III	0	6	6	38	899	949
	IV	3	4	3	55	884	949
	V	2	15	29	71	832	949
		14	34	68	262	4367	4745

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	0,9%	0,8%	2,6%	8,5%	87,0%	
	II	0,0%	0,1%	0,5%	1,8%	97,6%	
	III	0,0%	0,6%	0,6%	4,0%	94,7%	
	IV	0,3%	0,4%	0,3%	5,8%	93,2%	
	V	0,2%	1,6%	3,1%	7,5%	87,7%	
		0,3%	0,7%	1,4%	5,5%	92,0%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	240	260	203	149	97	949
	II	97	191	247	245	169	949
	III	52	120	203	318	256	949
	IV	24	67	156	266	436	949
	V	5	25	61	160	698	949
		418	663	870	1138	1656	4745

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	25,3%	27,4%	21,4%	15,7%	10,2%	
	II	10,2%	20,1%	26,0%	25,8%	17,8%	
	III	5,5%	12,6%	21,4%	33,5%	27,0%	
	IV	2,5%	7,1%	16,4%	28,0%	45,9%	
	V	0,5%	2,6%	6,4%	16,9%	73,6%	
		8,8%	14,0%	18,3%	24,0%	34,9%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	112	161	202	235	239	949
	II	27	104	175	260	383	949
	III	19	65	115	257	493	949
	IV	12	38	88	190	621	949
	V	2	8	31	89	819	949
		172	376	611	1031	2555	4745

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	11,8%	17,0%	21,3%	24,8%	25,2%	
	II	2,8%	11,0%	18,4%	27,4%	40,4%	
	III	2,0%	6,8%	12,1%	27,1%	51,9%	
	IV	1,3%	4,0%	9,3%	20,0%	65,4%	
	V	0,2%	0,8%	3,3%	9,4%	86,3%	
		3,6%	7,9%	12,9%	21,7%	53,8%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	105	168	162	211	303	949
	II	40	88	155	229	437	949
	III	30	57	108	223	531	949
	IV	12	30	86	169	652	949
	V	6	12	33	94	804	949
		193	355	544	926	2727	4745

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	11,1%	17,7%	17,1%	22,2%	31,9%	
	II	4,2%	9,3%	16,3%	24,1%	46,0%	
	III	3,2%	6,0%	11,4%	23,5%	56,0%	
	IV	1,3%	3,2%	9,1%	17,8%	68,7%	
	V	0,6%	1,3%	3,5%	9,9%	84,7%	
		4,1%	7,5%	11,5%	19,5%	57,5%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	36	48	107	230	528	949
	II	8	21	53	152	715	949
	III	4	14	41	100	790	949
	IV	2	10	18	67	852	949
	V	2	1	9	28	909	949
		52	94	228	577	3794	4745

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	3,8%	5,1%	11,3%	24,2%	55,6%	
	II	0,8%	2,2%	5,6%	16,0%	75,3%	
	III	0,4%	1,5%	4,3%	10,5%	83,2%	
	IV	0,2%	1,1%	1,9%	7,1%	89,8%	
	V	0,2%	0,1%	0,9%	3,0%	95,8%	
		1,1%	2,0%	4,8%	12,2%	80,0%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	274	246	204	159	66	949
	II	124	202	250	228	145	949
	III	48	123	218	294	266	949
	IV	21	60	132	274	462	949
	V	7	13	39	141	749	949
		474	644	843	1096	1688	4745

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	28,9%	25,9%	21,5%	16,8%	7,0%	
	II	13,1%	21,3%	26,3%	24,0%	15,3%	
	III	5,1%	13,0%	23,0%	31,0%	28,0%	
	IV	2,2%	6,3%	13,9%	28,9%	48,7%	
	V	0,7%	1,4%	4,1%	14,9%	78,9%	
		10,0%	13,6%	17,8%	23,1%	35,6%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	254	217	209	166	103	949
	II	131	160	232	228	198	949
	III	61	124	157	258	349	949
	IV	25	60	118	209	537	949
	V	4	24	41	109	771	949
		475	585	757	970	1958	4745

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	26,8%	22,9%	22,0%	17,5%	10,9%	
	II	13,8%	16,9%	24,4%	24,0%	20,9%	
	III	6,4%	13,1%	16,5%	27,2%	36,8%	
	IV	2,6%	6,3%	12,4%	22,0%	56,6%	
	V	0,4%	2,5%	4,3%	11,5%	81,2%	
		10,0%	12,3%	16,0%	20,4%	41,3%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	70	121	177	259	322	949
	II	31	63	133	237	485	949
	III	12	28	73	212	624	949
	IV	8	14	36	109	782	949
	V	1	4	14	56	874	949
		122	230	433	873	3087	4745

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	7,4%	12,8%	18,7%	27,3%	33,9%	
	II	3,3%	6,6%	14,0%	25,0%	51,1%	
	III	1,3%	3,0%	7,7%	22,3%	65,8%	
	IV	0,8%	1,5%	3,8%	11,5%	82,4%	
	V	0,1%	0,4%	1,5%	5,9%	92,1%	
		2,6%	4,8%	9,1%	18,4%	65,1%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	485	251	128	61	24	949
	II	228	277	212	168	64	949
	III	125	179	234	251	160	949
	IV	60	105	185	285	314	949
	V	21	36	79	138	675	949
		919	848	838	903	1237	4745

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	51,1%	26,4%	13,5%	6,4%	2,5%	
	II	24,0%	29,2%	22,3%	17,7%	6,7%	
	III	13,2%	18,9%	24,7%	26,4%	16,9%	
	IV	6,3%	11,1%	19,5%	30,0%	33,1%	
	V	2,2%	3,8%	8,3%	14,5%	71,1%	
		19,4%	17,9%	17,7%	19,0%	26,1%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	166	215	255	196	117	949
	II	65	128	216	280	260	949
	III	33	63	130	291	432	949
	IV	12	37	75	220	605	949
	V	5	10	29	100	805	949
		281	453	705	1087	2219	4745

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	17,5%	22,7%	26,9%	20,7%	12,3%	
	II	6,8%	13,5%	22,8%	29,5%	27,4%	
	III	3,5%	6,6%	13,7%	30,7%	45,5%	
	IV	1,3%	3,9%	7,9%	23,2%	63,8%	
	V	0,5%	1,1%	3,1%	10,5%	84,8%	
		5,9%	9,5%	14,9%	22,9%	46,8%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	209	279	265	142	54	949
	II	56	166	292	296	139	949
	III	24	88	194	387	256	949
	IV	8	24	86	318	513	949
	V	1	6	16	100	826	949
		298	563	853	1243	1788	4745

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	22,0%	29,4%	27,9%	15,0%	5,7%	
	II	5,9%	17,5%	30,8%	31,2%	14,6%	
	III	2,5%	9,3%	20,4%	40,8%	27,0%	
	IV	0,8%	2,5%	9,1%	33,5%	54,1%	
	V	0,1%	0,6%	1,7%	10,5%	87,0%	
		6,3%	11,9%	18,0%	26,2%	37,7%	

Região Norte- Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	102	126	85	54	16	383
	II	53	79	133	82	36	383
	III	18	40	96	140	90	384
	IV	5	16	49	135	179	384
	V	1	5	14	45	319	384
		179	266	377	456	640	1918

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	26,6%	32,9%	22,2%	14,1%	4,2%	
	II	13,8%	20,6%	34,7%	21,4%	9,4%	
	III	4,7%	10,4%	25,0%	36,5%	23,4%	
	IV	1,3%	4,2%	12,8%	35,2%	46,6%	
	V	0,3%	1,3%	3,6%	11,7%	83,1%	
		9,3%	13,9%	19,7%	23,8%	33,4%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	25	50	103	107	98	383
	II	7	31	69	126	150	383
	III	5	14	38	99	228	384
	IV	1	6	24	56	297	384
	V	2	2	4	28	348	384
		40	103	238	416	1121	1918

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	6,5%	13,1%	26,9%	27,9%	25,6%	
	II	1,8%	8,1%	18,0%	32,9%	39,2%	
	III	1,3%	3,6%	9,9%	25,8%	59,4%	
	IV	0,3%	1,6%	6,3%	14,6%	77,3%	
	V	0,5%	0,5%	1,0%	7,3%	90,6%	
		2,1%	5,4%	12,4%	21,7%	58,4%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	4	19	81	109	170	383
	II	1	9	34	101	238	383
	III	2	4	13	61	304	384
	IV	0	2	9	26	347	384
	V	1	1	3	8	371	384
		8	35	140	305	1430	1918

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	1,0%	5,0%	21,1%	28,5%	44,4%	
	II	0,3%	2,3%	8,9%	26,4%	62,1%	
	III	0,5%	1,0%	3,4%	15,9%	79,2%	
	IV	0,0%	0,5%	2,3%	6,8%	90,4%	
	V	0,3%	0,3%	0,8%	2,1%	96,6%	
		0,4%	1,8%	7,3%	15,9%	74,6%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	20	39	77	86	161	383
	II	5	24	47	83	224	383
	III	5	6	15	46	312	384
	IV	1	4	8	27	344	384
	V	1	1	3	6	373	384
		32	74	150	248	1414	1918

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	5,2%	10,2%	20,1%	22,5%	42,0%	
	II	1,3%	6,3%	12,3%	21,7%	58,5%	
	III	1,3%	1,6%	3,9%	12,0%	81,3%	
	IV	0,3%	1,0%	2,1%	7,0%	89,6%	
	V	0,3%	0,3%	0,8%	1,6%	97,1%	
		1,7%	3,9%	7,8%	12,9%	73,7%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	3	15	35	86	244	383
	II	1	9	20	58	295	383
	III	2	2	10	21	349	384
	IV	0	1	3	14	366	384
	V	0	0	2	5	377	384
		6	27	70	184	1631	1918

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	0,8%	3,9%	9,1%	22,5%	63,7%	
	II	0,3%	2,3%	5,2%	15,1%	77,0%	
	III	0,5%	0,5%	2,6%	5,5%	90,9%	
	IV	0,0%	0,3%	0,8%	3,6%	95,3%	
	V	0,0%	0,0%	0,5%	1,3%	98,2%	
		0,3%	1,4%	3,6%	9,6%	85,0%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	72	118	84	78	31	383
	II	23	67	112	115	66	383
	III	11	34	75	128	136	384
	IV	2	10	40	107	225	384
	V	2	2	5	35	340	384
		110	231	316	463	798	1918

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	18,8%	30,8%	21,9%	20,4%	8,1%	
	II	6,0%	17,5%	29,2%	30,0%	17,2%	
	III	2,9%	8,9%	19,5%	33,3%	35,4%	
	IV	0,5%	2,6%	10,4%	27,9%	58,6%	
	V	0,5%	0,5%	1,3%	9,1%	88,5%	
		5,7%	12,0%	16,5%	24,1%	41,6%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	20	66	107	102	88	383
	II	10	33	63	118	159	383
	III	1	8	38	107	230	384
	IV	0	2	18	69	295	384
	V	0	2	1	11	370	384
		31	111	227	407	1142	1918

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	5,2%	17,2%	27,9%	26,6%	23,0%	
	II	2,6%	8,6%	16,4%	30,8%	41,5%	
	III	0,3%	2,1%	9,9%	27,9%	59,9%	
	IV	0,0%	0,5%	4,7%	18,0%	76,8%	
	V	0,0%	0,5%	0,3%	2,9%	96,4%	
		1,6%	5,8%	11,8%	21,2%	59,5%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	59	82	77	82	83	383
	II	16	38	68	99	162	383
	III	9	13	36	73	253	384
	IV	2	5	7	49	321	384
	V	0	3	2	12	367	384
		86	141	190	315	1186	1918

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	15,4%	21,4%	20,1%	21,4%	21,7%	
	II	4,2%	9,9%	17,8%	25,8%	42,3%	
	III	2,3%	3,4%	9,4%	19,0%	65,9%	
	IV	0,5%	1,3%	1,8%	12,8%	83,6%	
	V	0,0%	0,8%	0,5%	3,1%	95,6%	
		4,5%	7,4%	9,9%	16,4%	61,8%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	13	42	69	105	154	383
	II	6	8	33	77	259	383
	III	6	5	12	45	316	384
	IV	0	4	5	22	353	384
	V	0	0	2	9	373	384
		25	59	121	258	1455	1918

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	3,4%	11,0%	18,0%	27,4%	40,2%	
	II	1,6%	2,1%	8,6%	20,1%	67,6%	
	III	1,6%	1,3%	3,1%	11,7%	82,3%	
	IV	0,0%	1,0%	1,3%	5,7%	91,9%	
	V	0,0%	0,0%	0,5%	2,3%	97,1%	
		1,3%	3,1%	6,3%	13,5%	75,9%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	125	122	77	49	10	383
	II	42	91	119	96	35	383
	III	10	44	99	143	88	384
	IV	4	10	49	146	175	384
	V	2	2	5	56	319	384
		183	269	349	490	627	1918

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	32,6%	31,9%	20,1%	12,8%	2,6%	
	II	11,0%	23,8%	31,1%	25,1%	9,1%	
	III	2,6%	11,5%	25,8%	37,2%	22,9%	
	IV	1,0%	2,6%	12,8%	38,0%	45,6%	
	V	0,5%	0,5%	1,3%	14,6%	83,1%	
		9,5%	14,0%	18,2%	25,5%	32,7%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	14	14	23	56	276	383
	II	17	29	44	73	220	383
	III	34	42	56	91	161	384
	IV	64	62	77	85	96	384
	V	128	69	74	64	49	384
		257	216	274	369	802	1918

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	3,7%	3,7%	6,0%	14,6%	72,1%	
	II	4,4%	7,6%	11,5%	19,1%	57,4%	
	III	8,9%	10,9%	14,6%	23,7%	41,9%	
	IV	16,7%	16,1%	20,1%	22,1%	25,0%	
	V	33,3%	18,0%	19,3%	16,7%	12,8%	
		13,4%	11,3%	14,3%	19,2%	41,8%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	68	85	77	75	78	383
	II	21	34	77	134	117	383
	III	10	23	33	103	215	384
	IV	1	6	24	54	299	384
	V	3	1	8	15	357	384
		103	149	219	381	1066	1918

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	17,8%	22,2%	20,1%	19,6%	20,4%	
	II	5,5%	8,9%	20,1%	35,0%	30,5%	
	III	2,6%	6,0%	8,6%	26,8%	56,0%	
	IV	0,3%	1,6%	6,3%	14,1%	77,9%	
	V	0,8%	0,3%	2,1%	3,9%	93,0%	
		5,4%	7,8%	11,4%	19,9%	55,6%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	247	76	37	16	7	383
	II	102	97	94	67	23	383
	III	53	67	89	115	60	384
	IV	21	41	54	105	163	384
	V	0	4	17	47	316	384
		423	285	291	350	569	1918

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	64,5%	19,8%	9,7%	4,2%	1,8%	
	II	26,6%	25,3%	24,5%	17,5%	6,0%	
	III	13,8%	17,4%	23,2%	29,9%	15,6%	
	IV	5,5%	10,7%	14,1%	27,3%	42,4%	
	V	0,0%	1,0%	4,4%	12,2%	82,3%	
		22,1%	14,9%	15,2%	18,2%	29,7%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	141	101	67	48	26	383
	II	49	61	87	114	72	383
	III	20	53	72	106	133	384
	IV	5	17	37	88	237	384
	V	0	4	10	30	340	384
		215	236	273	386	808	1918

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	36,8%	26,4%	17,5%	12,5%	6,8%	
	II	12,8%	15,9%	22,7%	29,8%	18,8%	
	III	5,2%	13,8%	18,8%	27,6%	34,6%	
	IV	1,3%	4,4%	9,6%	22,9%	61,7%	
	V	0,0%	1,0%	2,6%	7,8%	88,5%	
		11,2%	12,3%	14,2%	20,1%	42,1%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	158	134	72	19	0	383
	II	26	100	155	87	15	383
	III	9	43	107	151	74	384
	IV	0	4	55	163	162	384
	V	0	3	13	42	326	384
		193	284	402	462	577	1918

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	41,3%	35,0%	18,8%	5,0%	0,0%	
	II	6,8%	26,1%	40,5%	22,7%	3,9%	
	III	2,3%	11,2%	27,9%	39,3%	19,3%	
	IV	0,0%	1,0%	14,3%	42,4%	42,2%	
	V	0,0%	0,8%	3,4%	10,9%	84,9%	
		10,1%	14,8%	21,0%	24,1%	30,1%	

Região Sudeste- - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	500	388	211	132	30	1261
	II	178	329	352	300	102	1261
	III	71	177	301	439	273	1261
	IV	27	89	171	406	568	1261
	V	13	32	46	185	985	1261
		789	1015	1081	1462	1958	6305

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	39,7%	30,8%	16,7%	10,5%	2,4%	
	II	14,1%	26,1%	27,9%	23,8%	8,1%	
	III	5,6%	14,0%	23,9%	34,8%	21,6%	
	IV	2,1%	7,1%	13,6%	32,2%	45,0%	
	V	1,0%	2,5%	3,6%	14,7%	78,1%	
		12,5%	16,1%	17,1%	23,2%	31,1%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	220	239	245	274	283	1261
	II	45	133	222	344	517	1261
	III	9	35	102	316	799	1261
	IV	3	5	40	154	1059	1261
	V	1	7	14	51	1188	1261
		278	419	623	1139	3846	6305

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	17,4%	19,0%	19,4%	21,7%	22,4%	
	II	3,6%	10,5%	17,6%	27,3%	41,0%	
	III	0,7%	2,8%	8,1%	25,1%	63,4%	
	IV	0,2%	0,4%	3,2%	12,2%	84,0%	
	V	0,1%	0,6%	1,1%	4,0%	94,2%	
		4,4%	6,6%	9,9%	18,1%	61,0%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	110	176	185	288	502	1261
	II	24	61	146	266	764	1261
	III	4	23	50	195	989	1261
	IV	3	4	17	74	1163	1261
	V	0	3	5	27	1226	1261
		141	267	403	850	4644	6305

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	8,7%	14,0%	14,7%	22,8%	39,8%	
	II	1,9%	4,8%	11,6%	21,1%	60,6%	
	III	0,3%	1,8%	4,0%	15,5%	78,4%	
	IV	0,2%	0,3%	1,3%	5,9%	92,2%	
	V	0,0%	0,2%	0,4%	2,1%	97,2%	
		2,2%	4,2%	6,4%	13,5%	73,7%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	91	147	168	269	586	1261
	II	32	58	127	217	827	1261
	III	3	24	46	143	1045	1261
	IV	3	2	22	48	1186	1261
	V	0	7	4	21	1229	1261
		129	238	367	698	4873	6305

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	7,2%	11,7%	13,3%	21,3%	46,5%	
	II	2,5%	4,6%	10,1%	17,2%	65,6%	
	III	0,2%	1,9%	3,6%	11,3%	82,9%	
	IV	0,2%	0,2%	1,7%	3,8%	94,1%	
	V	0,0%	0,6%	0,3%	1,7%	97,5%	
		2,0%	3,8%	5,8%	11,1%	77,3%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	38	91	129	231	772	1261
	II	10	22	61	150	1018	1261
	III	4	6	17	56	1178	1261
	IV	0	3	5	30	1223	1261
	V	0	0	2	10	1249	1261
		52	122	214	477	5440	6305

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	3,0%	7,2%	10,2%	18,3%	61,2%	
	II	0,8%	1,7%	4,8%	11,9%	80,7%	
	III	0,3%	0,5%	1,3%	4,4%	93,4%	
	IV	0,0%	0,2%	0,4%	2,4%	97,0%	
	V	0,0%	0,0%	0,2%	0,8%	99,0%	
		0,8%	1,9%	3,4%	7,6%	86,3%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	358	294	218	216	175	1261
	II	88	192	295	335	351	1261
	III	27	81	232	383	538	1261
	IV	10	31	86	266	868	1261
	V	0	3	17	76	1165	1261
		483	601	848	1276	3097	6305

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	28,4%	23,3%	17,3%	17,1%	13,9%	
	II	7,0%	15,2%	23,4%	26,6%	27,8%	
	III	2,1%	6,4%	18,4%	30,4%	42,7%	
	IV	0,8%	2,5%	6,8%	21,1%	68,8%	
	V	0,0%	0,2%	1,3%	6,0%	92,4%	
		7,7%	9,5%	13,4%	20,2%	49,1%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	180	236	213	292	340	1261
	II	45	130	195	351	540	1261
	III	12	48	116	312	773	1261
	IV	4	10	42	169	1036	1261
	V	0	0	7	45	1209	1261
		241	424	573	1169	3898	6305

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	14,3%	18,7%	16,9%	23,2%	27,0%	
	II	3,6%	10,3%	15,5%	27,8%	42,8%	
	III	1,0%	3,8%	9,2%	24,7%	61,3%	
	IV	0,3%	0,8%	3,3%	13,4%	82,2%	
	V	0,0%	0,0%	0,6%	3,6%	95,9%	
		3,8%	6,7%	9,1%	18,5%	61,8%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	156	200	231	257	417	1261
	II	55	101	164	272	669	1261
	III	15	46	79	257	864	1261
	IV	2	12	33	144	1070	1261
	V	0	2	9	35	1215	1261
		228	361	516	965	4235	6305

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	12,4%	15,9%	18,3%	20,4%	33,1%	
	II	4,4%	8,0%	13,0%	21,6%	53,1%	
	III	1,2%	3,6%	6,3%	20,4%	68,5%	
	IV	0,2%	1,0%	2,6%	11,4%	84,9%	
	V	0,0%	0,2%	0,7%	2,8%	96,4%	
		3,6%	5,7%	8,2%	15,3%	67,2%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	78	148	174	301	560	1261
	II	16	44	94	219	888	1261
	III	5	11	44	143	1058	1261
	IV	1	4	14	53	1189	1261
	V	0	1	2	16	1242	1261
		100	208	328	732	4937	6305

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	6,2%	11,7%	13,8%	23,9%	44,4%	
	II	1,3%	3,5%	7,5%	17,4%	70,4%	
	III	0,4%	0,9%	3,5%	11,3%	83,9%	
	IV	0,1%	0,3%	1,1%	4,2%	94,3%	
	V	0,0%	0,1%	0,2%	1,3%	98,5%	
		1,6%	3,3%	5,2%	11,6%	78,3%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	597	331	219	82	32	1261
	II	127	379	419	249	87	1261
	III	26	187	408	420	220	1261
	IV	10	41	228	478	504	1261
	V	3	8	48	195	1007	1261
		763	946	1322	1424	1850	6305

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	47,3%	26,2%	17,4%	6,5%	2,5%	
	II	10,1%	30,1%	33,2%	19,7%	6,9%	
	III	2,1%	14,8%	32,4%	33,3%	17,4%	
	IV	0,8%	3,3%	18,1%	37,9%	40,0%	
	V	0,2%	0,6%	3,8%	15,5%	79,9%	
		12,1%	15,0%	21,0%	22,6%	29,3%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	527	358	222	111	43	1261
	II	118	267	386	326	164	1261
	III	35	122	350	426	328	1261
	IV	6	43	162	361	689	1261
	V	4	9	29	164	1055	1261
		690	799	1149	1388	2279	6305

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	41,8%	28,4%	17,6%	8,8%	3,4%	
	II	9,4%	21,2%	30,6%	25,9%	13,0%	
	III	2,8%	9,7%	27,8%	33,8%	26,0%	
	IV	0,5%	3,4%	12,8%	28,6%	54,6%	
	V	0,3%	0,7%	2,3%	13,0%	83,7%	
		10,9%	12,7%	18,2%	22,0%	36,1%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	326	329	316	198	92	1261
	II	28	129	324	418	362	1261
	III	10	59	172	408	612	1261
	IV	1	13	88	279	880	1261
	V	0	5	29	84	1143	1261
		365	535	929	1387	3089	6305

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	25,9%	26,1%	25,1%	15,7%	7,3%	
	II	2,2%	10,2%	25,7%	33,1%	28,7%	
	III	0,8%	4,7%	13,6%	32,4%	48,5%	
	IV	0,1%	1,0%	7,0%	22,1%	69,8%	
	V	0,0%	0,4%	2,3%	6,7%	90,6%	
		5,8%	8,5%	14,7%	22,0%	49,0%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	799	281	126	46	9	1261
	II	220	415	360	204	62	1261
	III	76	243	374	387	181	1261
	IV	19	98	223	479	442	1261
	V	3	19	49	221	969	1261
		1117	1056	1132	1337	1663	6305

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	63,4%	22,3%	10,0%	3,6%	0,7%	
	II	17,4%	32,9%	28,5%	16,2%	4,9%	
	III	6,0%	19,3%	29,7%	30,7%	14,4%	
	IV	1,5%	7,8%	17,7%	38,0%	35,1%	
	V	0,2%	1,5%	3,9%	17,5%	76,8%	
		17,7%	16,7%	18,0%	21,2%	26,4%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	495	379	219	135	33	1261
	II	108	246	368	363	176	1261
	III	31	118	262	484	366	1261
	IV	15	46	135	379	686	1261
	V	3	9	32	139	1078	1261
		652	798	1016	1500	2339	6305

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	39,3%	30,1%	17,4%	10,7%	2,6%	
	II	8,6%	19,5%	29,2%	28,8%	14,0%	
	III	2,5%	9,4%	20,8%	38,4%	29,0%	
	IV	1,2%	3,6%	10,7%	30,1%	54,4%	
	V	0,2%	0,7%	2,5%	11,0%	85,5%	
		10,3%	12,7%	16,1%	23,8%	37,1%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	553	397	206	92	13	1261
	II	134	333	409	292	93	1261
	III	39	175	356	456	235	1261
	IV	18	69	212	469	493	1261
	V	5	9	54	228	965	1261
		749	983	1237	1537	1799	6305

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	43,9%	31,5%	16,3%	7,3%	1,0%	
	II	10,6%	26,4%	32,4%	23,2%	7,4%	
	III	3,1%	13,9%	28,2%	36,2%	18,6%	
	IV	1,4%	5,5%	16,8%	37,2%	39,1%	
	V	0,4%	0,7%	4,3%	18,1%	76,5%	
		11,9%	15,6%	19,6%	24,4%	28,5%	

Região Sul- - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	205	228	179	127	52	791
	II	65	164	231	197	134	791
	III	16	69	191	240	275	791
	IV	5	22	87	222	455	791
	V	2	1	19	74	696	792
		293	484	707	860	1612	3956

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	25,9%	28,8%	22,6%	16,1%	6,6%	
	II	8,2%	20,7%	29,2%	24,9%	16,9%	
	III	2,0%	8,7%	24,1%	30,3%	34,8%	
	IV	0,6%	2,8%	11,0%	28,1%	57,5%	
	V	0,3%	0,1%	2,4%	9,3%	87,9%	
		7,4%	12,2%	17,9%	21,7%	40,7%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	120	151	174	167	179	791
	II	24	82	144	220	321	791
	III	10	18	82	160	521	791
	IV	1	8	33	103	646	791
	V	0	1	7	33	751	792
		155	260	440	683	2418	3956

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	15,2%	19,1%	22,0%	21,1%	22,6%	
	II	3,0%	10,4%	18,2%	27,8%	40,6%	
	III	1,3%	2,3%	10,4%	20,2%	65,9%	
	IV	0,1%	1,0%	4,2%	13,0%	81,7%	
	V	0,0%	0,1%	0,9%	4,2%	94,8%	
		3,9%	6,6%	11,1%	17,3%	61,1%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	50	100	146	183	312	791
	II	10	36	90	164	491	791
	III	3	13	36	109	630	791
	IV	1	3	12	51	724	791
	V	0	0	6	14	772	792
		64	152	290	521	2929	3956

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	6,3%	12,6%	18,5%	23,1%	39,4%	
	II	1,3%	4,6%	11,4%	20,7%	62,1%	
	III	0,4%	1,6%	4,6%	13,8%	79,6%	
	IV	0,1%	0,4%	1,5%	6,4%	91,5%	
	V	0,0%	0,0%	0,8%	1,8%	97,5%	
		1,6%	3,8%	7,3%	13,2%	74,0%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	34	39	114	181	423	791
	II	5	11	38	118	619	791
	III	2	4	18	50	717	791
	IV	1	0	5	21	764	791
	V	0	1	2	7	782	792
		42	55	177	377	3305	3956

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	4,3%	4,9%	14,4%	22,9%	53,5%	
	II	0,6%	1,4%	4,8%	14,9%	78,3%	
	III	0,3%	0,5%	2,3%	6,3%	90,6%	
	IV	0,1%	0,0%	0,6%	2,7%	96,6%	
	V	0,0%	0,1%	0,3%	0,9%	98,7%	
		1,1%	1,4%	4,5%	9,5%	83,5%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	16	41	96	144	494	791
	II	1	8	20	82	680	791
	III	2	3	5	30	751	791
	IV	1	0	0	15	775	791
	V	1	0	0	1	790	792
		21	52	121	272	3490	3956

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	2,0%	5,2%	12,1%	18,2%	62,5%	
	II	0,1%	1,0%	2,5%	10,4%	86,0%	
	III	0,3%	0,4%	0,6%	3,8%	94,9%	
	IV	0,1%	0,0%	0,0%	1,9%	98,0%	
	V	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	99,7%	
		0,5%	1,3%	3,1%	6,9%	88,2%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	306	206	136	92	51	791
	II	87	182	204	185	133	791
	III	19	89	191	245	247	791
	IV	7	34	71	198	481	791
	V	1	8	20	80	683	792
		420	519	622	800	1595	3956

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	38,7%	26,0%	17,2%	11,6%	6,4%	
	II	11,0%	23,0%	25,8%	23,4%	16,8%	
	III	2,4%	11,3%	24,1%	31,0%	31,2%	
	IV	0,9%	4,3%	9,0%	25,0%	60,8%	
	V	0,1%	1,0%	2,5%	10,1%	86,2%	
		10,6%	13,1%	15,7%	20,2%	40,3%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	164	187	184	152	104	791
	II	46	87	155	213	290	791
	III	9	50	94	172	466	791
	IV	0	14	39	89	649	791
	V	0	1	12	33	746	792
		219	339	484	659	2255	3956

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	20,7%	23,6%	23,3%	19,2%	13,1%	
	II	5,8%	11,0%	19,6%	26,9%	36,7%	
	III	1,1%	6,3%	11,9%	21,7%	58,9%	
	IV	0,0%	1,8%	4,9%	11,3%	82,0%	
	V	0,0%	0,1%	1,5%	4,2%	94,2%	
		5,5%	8,6%	12,2%	16,7%	57,0%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	82	148	177	180	204	791
	II	11	44	111	201	424	791
	III	2	15	48	146	580	791
	IV	4	4	11	58	714	791
	V	0	1	9	20	762	792
		99	212	356	605	2684	3956

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	10,4%	18,7%	22,4%	22,8%	25,8%	
	II	1,4%	5,6%	14,0%	25,4%	53,6%	
	III	0,3%	1,9%	6,1%	18,5%	73,3%	
	IV	0,5%	0,5%	1,4%	7,3%	90,3%	
	V	0,0%	0,1%	1,1%	2,5%	96,2%	
		2,5%	5,4%	9,0%	15,3%	67,8%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	66	116	143	168	298	791
	II	7	21	81	155	527	791
	III	2	4	30	89	666	791
	IV	0	2	5	29	755	791
	V	0	0	2	6	784	792
		75	143	261	447	3030	3956

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	8,3%	14,7%	18,1%	21,2%	37,7%	
	II	0,9%	2,7%	10,2%	19,6%	66,6%	
	III	0,3%	0,5%	3,8%	11,3%	84,2%	
	IV	0,0%	0,3%	0,6%	3,7%	95,4%	
	V	0,0%	0,0%	0,3%	0,8%	99,0%	
		1,9%	3,6%	6,6%	11,3%	76,6%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	337	240	123	72	19	791
	II	93	198	234	177	89	791
	III	24	107	187	242	231	791
	IV	7	39	84	249	412	791
	V	2	11	26	101	652	792
		463	595	654	841	1403	3956

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	42,6%	30,3%	15,5%	9,1%	2,4%	
	II	11,8%	25,0%	29,6%	22,4%	11,3%	
	III	3,0%	13,5%	23,6%	30,6%	29,2%	
	IV	0,9%	4,9%	10,6%	31,5%	52,1%	
	V	0,3%	1,4%	3,3%	12,8%	82,3%	
		11,7%	15,0%	16,5%	21,3%	35,5%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	192	252	196	108	43	791
	II	42	122	206	227	194	791
	III	7	43	137	240	364	791
	IV	2	12	47	182	548	791
	V	1	6	16	61	708	792
		244	435	602	818	1857	3956

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	24,3%	31,9%	24,8%	13,7%	5,4%	
	II	5,3%	15,4%	26,0%	28,7%	24,5%	
	III	0,9%	5,4%	17,3%	30,3%	46,0%	
	IV	0,3%	1,5%	5,9%	23,0%	69,3%	
	V	0,1%	0,8%	2,0%	7,7%	89,4%	
		6,2%	11,0%	15,2%	20,7%	46,9%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	148	209	185	171	78	791
	II	21	79	162	251	278	791
	III	6	18	69	222	476	791
	IV	1	3	18	110	659	791
	V	0	1	8	41	742	792
		176	310	442	795	2233	3956

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	18,7%	26,4%	23,4%	21,6%	9,9%	
	II	2,7%	10,0%	20,5%	31,7%	35,1%	
	III	0,8%	2,3%	8,7%	28,1%	60,2%	
	IV	0,1%	0,4%	2,3%	13,9%	83,3%	
	V	0,0%	0,1%	1,0%	5,2%	93,7%	
		4,4%	7,8%	11,2%	20,1%	56,4%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	333	259	122	54	23	791
	II	102	242	227	164	56	791
	III	42	119	227	237	166	791
	IV	5	45	132	278	331	791
	V	1	8	33	138	612	792
		483	673	741	871	1188	3956

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	42,1%	32,7%	15,4%	6,8%	2,9%	
	II	12,9%	30,6%	28,7%	20,7%	7,1%	
	III	5,3%	15,0%	28,7%	30,0%	21,0%	
	IV	0,6%	5,7%	16,7%	35,1%	41,8%	
	V	0,1%	1,0%	4,2%	17,4%	77,3%	
		12,2%	17,0%	18,7%	22,0%	30,0%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	263	231	169	85	43	791
	II	63	165	247	199	117	791
	III	15	65	186	252	273	791
	IV	5	24	70	225	467	791
	V	0	3	10	100	679	792
		346	488	682	861	1579	3956

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	33,2%	29,2%	21,4%	10,7%	5,4%	
	II	8,0%	20,9%	31,2%	25,2%	14,8%	
	III	1,9%	8,2%	23,5%	31,9%	34,5%	
	IV	0,6%	3,0%	8,8%	28,4%	59,0%	
	V	0,0%	0,4%	1,3%	12,6%	85,7%	
		8,7%	12,3%	17,2%	21,8%	39,9%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	332	205	139	73	42	791
	II	136	225	192	142	96	791
	III	54	137	198	221	181	791
	IV	22	68	164	240	297	791
	V	5	29	66	190	502	792
		549	664	759	866	1118	3956

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	42,0%	25,9%	17,6%	9,2%	5,3%	
	II	17,2%	28,4%	24,3%	18,0%	12,1%	
	III	6,8%	17,3%	25,0%	27,9%	22,9%	
	IV	2,8%	8,6%	20,7%	30,3%	37,5%	
	V	0,6%	3,7%	8,3%	24,0%	63,4%	
		13,9%	16,8%	19,2%	21,9%	28,3%	

Brasil- Anos Finais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	1214	769	404	195	76	2658
	II	449	779	751	495	184	2658
	III	143	453	784	790	488	2658
	IV	47	195	495	863	1058	2658
	V	3	46	143	489	1978	2659
		1856	2242	2577	2832	3784	13291

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	45,7%	28,9%	15,2%	7,3%	2,9%	
	II	16,9%	29,3%	28,3%	18,6%	6,9%	
	III	5,4%	17,0%	29,5%	29,7%	18,4%	
	IV	1,8%	7,3%	18,6%	32,5%	39,8%	
	V	0,1%	1,7%	5,4%	18,4%	74,4%	
		14,0%	16,9%	19,4%	21,3%	28,5%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	764	758	523	381	232	2658
	II	311	532	663	654	498	2658
	III	108	324	543	816	867	2658
	IV	39	142	366	710	1401	2658
	V	11	36	103	352	2157	2659
		1233	1792	2198	2913	5155	13291

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	28,7%	28,5%	19,7%	14,3%	8,7%	
	II	11,7%	20,0%	24,9%	24,6%	18,7%	
	III	4,1%	12,2%	20,4%	30,7%	32,6%	
	IV	1,5%	5,3%	13,8%	26,7%	52,7%	
	V	0,4%	1,4%	3,9%	13,2%	81,1%	
		9,3%	13,5%	16,5%	21,9%	38,8%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	601	652	572	456	377	2658
	II	211	476	577	661	733	2658
	III	84	218	478	736	1142	2658
	IV	26	109	273	542	1708	2658
	V	5	16	67	242	2329	2659
		927	1471	1967	2637	6289	13291

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	22,6%	24,5%	21,5%	17,2%	14,2%	
	II	7,9%	17,9%	21,7%	24,9%	27,6%	
	III	3,2%	8,2%	18,0%	27,7%	43,0%	
	IV	1,0%	4,1%	10,3%	20,4%	64,3%	
	V	0,2%	0,6%	2,5%	9,1%	87,6%	
		7,0%	11,1%	14,8%	19,8%	47,3%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	450	573	592	502	541	2658
	II	181	372	537	612	956	2658
	III	66	236	399	641	1316	2658
	IV	30	110	256	562	1700	2658
	V	0	30	94	279	2256	2659
		727	1321	1878	2596	6769	13291

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	16,9%	21,6%	22,3%	18,9%	20,4%	
	II	6,8%	14,0%	20,2%	23,0%	36,0%	
	III	2,5%	8,9%	15,0%	24,1%	49,5%	
	IV	1,1%	4,1%	9,6%	21,1%	64,0%	
	V	0,0%	1,1%	3,5%	10,5%	84,8%	
		5,5%	9,9%	14,1%	19,5%	50,9%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	238	426	525	667	802	2658
	II	96	259	452	657	1194	2658
	III	39	131	307	585	1596	2658
	IV	15	81	177	418	1967	2658
	V	1	13	53	221	2371	2659
		389	910	1514	2548	7930	13291

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	9,0%	16,0%	19,8%	25,1%	30,2%	
	II	3,6%	9,7%	17,0%	24,7%	44,9%	
	III	1,5%	4,9%	11,6%	22,0%	60,0%	
	IV	0,6%	3,0%	6,7%	15,7%	74,0%	
	V	0,0%	0,5%	2,0%	8,3%	89,2%	
		2,9%	6,8%	11,4%	19,2%	59,7%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	1238	787	397	180	56	2658
	II	406	766	755	524	207	2658
	III	127	405	700	891	535	2658
	IV	50	190	435	924	1059	2658
	V	27	48	138	435	2011	2659
		1848	2196	2425	2954	3868	13291

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	46,6%	29,6%	14,9%	6,8%	2,1%	
	II	15,3%	28,8%	28,4%	19,7%	7,8%	
	III	4,8%	15,2%	26,3%	33,5%	20,1%	
	IV	1,9%	7,1%	16,4%	34,8%	39,8%	
	V	1,0%	1,8%	5,2%	16,4%	75,6%	
		13,9%	16,5%	18,2%	22,2%	29,1%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	958	740	504	313	143	2658
	II	327	641	675	610	405	2658
	III	120	295	575	846	822	2658
	IV	36	138	308	759	1417	2658
	V	4	17	96	311	2231	2659
		1445	1831	2158	2839	5018	13291

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	36,0%	27,8%	19,0%	11,8%	5,4%	
	II	12,3%	24,1%	25,4%	22,9%	15,2%	
	III	4,5%	11,1%	21,6%	31,8%	30,9%	
	IV	1,4%	5,2%	11,6%	28,6%	53,3%	
	V	0,2%	0,6%	3,6%	11,7%	83,9%	
		10,9%	13,8%	16,2%	21,4%	37,8%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	694	710	563	400	291	2658
	II	288	521	594	615	640	2658
	III	106	308	534	725	985	2658
	IV	46	148	358	705	1401	2658
	V	5	34	136	350	2134	2659
		1139	1721	2185	2795	5451	13291

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	26,1%	26,7%	21,2%	15,0%	10,9%	
	II	10,8%	19,6%	22,3%	23,1%	24,1%	
	III	4,0%	11,6%	20,1%	27,3%	37,1%	
	IV	1,7%	5,6%	13,5%	26,5%	52,7%	
	V	0,2%	1,3%	5,1%	13,2%	80,3%	
		8,6%	12,9%	16,4%	21,0%	41,0%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	436	586	592	558	486	2658
	II	153	386	556	740	823	2658
	III	62	195	408	740	1253	2658
	IV	26	88	230	553	1761	2658
	V	5	21	83	260	2290	2659
		682	1276	1869	2851	6613	13291

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	16,4%	22,0%	22,3%	21,0%	18,3%	
	II	5,8%	14,5%	20,9%	27,8%	31,0%	
	III	2,3%	7,3%	15,3%	27,8%	47,1%	
	IV	1,0%	3,3%	8,7%	20,8%	66,3%	
	V	0,2%	0,8%	3,1%	9,8%	86,1%	
		5,1%	9,6%	14,1%	21,5%	49,8%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	896	473	192	73	23	1657
	II	485	867	707	409	190	2658
	III	177	497	775	757	452	2658
	IV	35	196	497	949	981	2658
	V	8	32	130	463	2026	2659
		1601	2065	2301	2651	3672	12290

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	54,1%	28,5%	11,6%	4,4%	1,4%	
	II	18,2%	32,6%	26,6%	15,4%	7,1%	
	III	6,7%	18,7%	29,2%	28,5%	17,0%	
	IV	1,3%	7,4%	18,7%	35,7%	36,9%	
	V	0,3%	1,2%	4,9%	17,4%	76,2%	
		13,0%	16,8%	18,7%	21,6%	29,9%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	1109	784	427	241	97	2658
	II	410	713	675	515	345	2658
	III	170	489	636	738	625	2658
	IV	44	227	482	827	1078	2658
	V	9	63	165	483	1939	2659
		1742	2276	2385	2804	4084	13291

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	41,7%	29,5%	16,1%	9,1%	3,6%	
	II	15,4%	26,8%	25,4%	19,4%	13,0%	
	III	6,4%	18,4%	23,9%	27,8%	23,5%	
	IV	1,7%	8,5%	18,1%	31,1%	40,6%	
	V	0,3%	2,4%	6,2%	18,2%	72,9%	
		13,1%	17,1%	17,9%	21,1%	30,7%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	710	736	599	385	228	2658
	II	252	548	693	639	526	2658
	III	95	325	569	772	897	2658
	IV	31	131	363	720	1413	2658
	V	11	44	124	349	2131	2659
		1099	1784	2348	2865	5195	13291

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	26,7%	27,7%	22,5%	14,5%	8,6%	
	II	9,5%	20,6%	26,1%	24,0%	19,8%	
	III	3,6%	12,2%	21,4%	29,0%	33,7%	
	IV	1,2%	4,9%	13,7%	27,1%	53,2%	
	V	0,4%	1,7%	4,7%	13,1%	80,1%	
		8,3%	13,4%	17,7%	21,6%	39,1%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	1445	792	276	111	34	2658
	II	565	937	676	372	108	2658
	III	193	589	832	707	337	2658
	IV	58	283	601	943	773	2658
	V	13	73	226	624	1723	2659
		2274	2674	2611	2757	2975	13291

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	54,4%	29,8%	10,4%	4,2%	1,3%	
	II	21,3%	35,3%	25,4%	14,0%	4,1%	
	III	7,3%	22,2%	31,3%	26,6%	12,7%	
	IV	2,2%	10,6%	22,6%	35,5%	29,1%	
	V	0,5%	2,7%	8,5%	23,5%	64,8%	
		17,1%	20,1%	19,6%	20,7%	22,4%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	985	843	525	213	92	2658
	II	342	724	798	541	253	2658
	III	114	436	735	857	516	2658
	IV	36	177	442	938	1065	2658
	V	5	54	138	515	1947	2659
		1482	2234	2638	3064	3873	13291

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	37,1%	31,7%	19,8%	8,0%	3,5%	
	II	12,9%	27,2%	30,0%	20,4%	9,5%	
	III	4,3%	16,4%	27,7%	32,2%	19,4%	
	IV	1,4%	6,7%	16,6%	35,3%	40,1%	
	V	0,2%	2,0%	5,2%	19,4%	73,2%	
		11,2%	16,8%	19,8%	23,1%	29,1%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	1211	825	433	153	36	2658
	II	421	812	825	449	151	2658
	III	122	450	799	842	445	2658
	IV	42	178	487	978	973	2658
	V	7	39	157	527	1929	2659
		1803	2304	2701	2949	3534	13291

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	45,6%	31,0%	16,3%	5,8%	1,4%	
	II	15,8%	30,5%	31,0%	16,9%	5,7%	
	III	4,6%	16,9%	30,1%	31,7%	16,7%	
	IV	1,6%	6,7%	18,3%	36,8%	36,6%	
	V	0,3%	1,5%	5,9%	19,8%	72,5%	
		13,6%	17,3%	20,3%	22,2%	26,6%	

Região Centro Oeste- Anos Finais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	51	43	54	52	33	233
	II	25	44	55	64	46	234
	III	19	29	53	68	65	234
	IV	11	26	34	66	97	234
	V	1	6	20	35	172	234
		107	148	216	285	413	1169

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	21,9%	18,5%	23,2%	22,3%	14,2%	
	II	10,7%	18,8%	23,5%	27,4%	19,7%	
	III	8,1%	12,4%	22,6%	29,1%	27,8%	
	IV	4,7%	11,1%	14,5%	28,2%	41,5%	
	V	0,4%	2,6%	8,5%	15,0%	73,5%	
		9,2%	12,7%	18,5%	24,4%	35,3%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	17	28	36	51	101	233
	II	10	33	37	63	91	234
	III	8	26	36	53	111	234
	IV	8	13	30	58	125	234
	V	1	3	13	30	187	234
		44	103	152	255	615	1169

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	7,3%	12,0%	15,5%	21,9%	43,3%	
	II	4,3%	14,1%	15,8%	26,9%	38,9%	
	III	3,4%	11,1%	15,4%	22,6%	47,4%	
	IV	3,4%	5,6%	12,8%	24,8%	53,4%	
	V	0,4%	1,3%	5,6%	12,8%	79,9%	
		3,8%	8,8%	13,0%	21,8%	52,6%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	12	22	32	39	128	233
	II	11	20	33	50	120	234
	III	6	11	35	51	131	234
	IV	5	12	20	31	166	234
	V	0	0	5	24	205	234
		34	65	125	195	750	1169

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	5,2%	9,4%	13,7%	16,7%	54,9%	
	II	4,7%	8,5%	14,1%	21,4%	51,3%	
	III	2,6%	4,7%	15,0%	21,8%	56,0%	
	IV	2,1%	5,1%	8,5%	13,2%	70,9%	
	V	0,0%	0,0%	2,1%	10,3%	87,6%	
		2,9%	5,6%	10,7%	16,7%	64,2%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	9	11	19	37	157	233
	II	11	10	17	21	175	234
	III	2	6	11	33	182	234
	IV	1	8	9	24	192	234
	V	0	1	1	8	224	234
		23	36	57	123	930	1169

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	3,9%	4,7%	8,2%	15,9%	67,4%	
	II	4,7%	4,3%	7,3%	9,0%	74,8%	
	III	0,9%	2,6%	4,7%	14,1%	77,8%	
	IV	0,4%	3,4%	3,8%	10,3%	82,1%	
	V	0,0%	0,4%	0,4%	3,4%	95,7%	
		2,0%	3,1%	4,9%	10,5%	79,6%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	1	4	6	34	188	233
	II	3	3	10	20	198	234
	III	1	3	5	19	206	234
	IV	1	2	5	12	214	234
	V	0	0	1	4	229	234
		6	12	27	89	1035	1169

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	0,4%	1,7%	2,6%	14,6%	80,7%	
	II	1,3%	1,3%	4,3%	8,5%	84,6%	
	III	0,4%	1,3%	2,1%	8,1%	88,0%	
	IV	0,4%	0,9%	2,1%	5,1%	91,5%	
	V	0,0%	0,0%	0,4%	1,7%	97,9%	
		0,5%	1,0%	2,3%	7,6%	88,5%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	73	55	35	38	32	233
	II	27	49	59	58	41	234
	III	15	32	46	75	66	234
	IV	10	24	40	68	92	234
	V	3	7	13	36	175	234
		128	167	193	275	406	1169

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	31,3%	23,6%	15,0%	16,3%	13,7%	
	II	11,5%	20,9%	25,2%	24,8%	17,5%	
	III	6,4%	13,7%	19,7%	32,1%	28,2%	
	IV	4,3%	10,3%	17,1%	29,1%	39,3%	
	V	1,3%	3,0%	5,6%	15,4%	74,8%	
		10,9%	14,3%	16,5%	23,5%	34,7%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	38	54	40	49	52	233
	II	24	33	43	60	74	234
	III	17	23	25	60	109	234
	IV	6	19	25	49	135	234
	V	1	5	4	27	197	234
		86	134	137	245	567	1169

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	16,3%	23,2%	17,2%	21,0%	22,3%	
	II	10,3%	14,1%	18,4%	25,6%	31,6%	
	III	7,3%	9,8%	10,7%	25,6%	46,6%	
	IV	2,6%	8,1%	10,7%	20,9%	57,7%	
	V	0,4%	2,1%	1,7%	11,5%	84,2%	
		7,4%	11,5%	11,7%	21,0%	48,5%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	22	21	31	55	104	233
	II	16	13	22	38	145	234
	III	7	16	18	46	147	234
	IV	3	8	14	30	179	234
	V	1	6	7	20	200	234
		49	64	92	189	775	1169

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	9,4%	9,0%	13,3%	23,6%	44,6%	
	II	6,8%	5,6%	9,4%	16,2%	62,0%	
	III	3,0%	6,8%	7,7%	19,7%	62,8%	
	IV	1,3%	3,4%	6,0%	12,8%	76,5%	
	V	0,4%	2,6%	3,0%	8,5%	85,5%	
		4,2%	5,5%	7,9%	16,2%	66,3%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	11	13	24	40	145	233
	II	2	7	22	38	165	234
	III	1	3	10	44	176	234
	IV	1	3	7	22	201	234
	V	2	1	5	12	214	234
		17	27	68	156	901	1169

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	4,7%	5,6%	10,3%	17,2%	62,2%	
	II	0,9%	3,0%	9,4%	16,2%	70,5%	
	III	0,4%	1,3%	4,3%	18,8%	75,2%	
	IV	0,4%	1,3%	3,0%	9,4%	85,9%	
	V	0,9%	0,4%	2,1%	5,1%	91,5%	
		1,5%	2,3%	5,8%	13,3%	77,1%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	94	55	41	30	13	233
	II	45	49	54	49	37	234
	III	22	41	53	69	49	234
	IV	12	18	42	75	87	234
	V	1	3	13	46	171	234
		174	166	203	269	357	1169

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	40,3%	23,6%	17,6%	12,9%	5,6%	
	II	19,2%	20,9%	23,1%	20,9%	15,8%	
	III	9,4%	17,5%	22,6%	29,5%	20,9%	
	IV	5,1%	7,7%	17,9%	32,1%	37,2%	
	V	0,4%	1,3%	5,6%	19,7%	73,1%	
		14,9%	14,2%	17,4%	23,0%	30,5%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	47	32	44	48	62	233
	II	22	31	31	55	95	234
	III	13	16	34	52	119	234
	IV	6	19	24	51	134	234
	V	2	5	17	48	162	234
		90	103	150	254	572	1169

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	20,2%	13,7%	18,9%	20,6%	26,6%	
	II	9,4%	13,2%	13,2%	23,5%	40,6%	
	III	5,6%	6,8%	14,5%	22,2%	50,9%	
	IV	2,6%	8,1%	10,3%	21,8%	57,3%	
	V	0,9%	2,1%	7,3%	20,5%	69,2%	
		7,7%	8,8%	12,8%	21,7%	48,9%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	20	29	39	38	107	233
	II	8	26	30	45	125	234
	III	1	10	24	57	142	234
	IV	1	7	14	43	169	234
	V	0	4	9	30	191	234
		30	76	116	213	734	1169

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	8,6%	12,4%	16,7%	16,3%	45,9%	
	II	3,4%	11,1%	12,8%	19,2%	53,4%	
	III	0,4%	4,3%	10,3%	24,4%	60,7%	
	IV	0,4%	3,0%	6,0%	18,4%	72,2%	
	V	0,0%	1,7%	3,8%	12,8%	81,6%	
		2,6%	6,5%	9,9%	18,2%	62,8%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	79	59	40	28	27	233
	II	23	44	57	60	50	234
	III	13	28	52	68	73	234
	IV	4	15	55	67	93	234
	V	1	9	11	49	164	234
		120	155	215	272	407	1169

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	33,9%	25,3%	17,2%	12,0%	11,6%	
	II	9,8%	18,8%	24,4%	25,6%	21,4%	
	III	5,6%	12,0%	22,2%	29,1%	31,2%	
	IV	1,7%	6,4%	23,5%	28,6%	39,7%	
	V	0,4%	3,8%	4,7%	20,9%	70,1%	
		10,3%	13,3%	18,4%	23,3%	34,8%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	11	44	50	55	73	233
	II	17	29	38	58	92	234
	III	9	24	43	50	108	234
	IV	10	16	31	54	123	234
	V	1	8	13	34	178	234
		48	121	175	251	574	1169

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	4,7%	18,9%	21,5%	23,6%	31,3%	
	II	7,3%	12,4%	16,2%	24,8%	39,3%	
	III	3,8%	10,3%	18,4%	21,4%	46,2%	
	IV	4,3%	6,8%	13,2%	23,1%	52,6%	
	V	0,4%	3,4%	5,6%	14,5%	76,1%	
		4,1%	10,4%	15,0%	21,5%	49,1%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	95	71	33	24	10	233
	II	24	71	70	47	22	234
	III	6	40	60	78	50	234
	IV	3	15	33	88	95	234
	V	0	2	13	38	181	234
		128	199	209	275	358	1169

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	40,8%	30,5%	14,2%	10,3%	4,3%	
	II	10,3%	30,3%	29,9%	20,1%	9,4%	
	III	2,6%	17,1%	25,6%	33,3%	21,4%	
	IV	1,3%	6,4%	14,1%	37,6%	40,6%	
	V	0,0%	0,9%	5,6%	16,2%	77,4%	
		10,9%	17,0%	17,9%	23,5%	30,6%	

Região Nordeste- Anos Finais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	227	182	119	100	50	678
	II	112	167	150	143	106	678
	III	61	123	152	180	162	678
	IV	31	73	120	186	269	679
	V	13	34	43	118	471	679
		444	579	584	727	1058	3392

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	33,5%	26,8%	17,6%	14,7%	7,4%	
	II	16,5%	24,6%	22,1%	21,1%	15,6%	
	III	9,0%	18,1%	22,4%	26,5%	23,9%	
	IV	4,6%	10,8%	17,7%	27,4%	39,6%	
	V	1,9%	5,0%	6,3%	17,4%	69,4%	
		13,1%	17,1%	17,2%	21,4%	31,2%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	140	130	126	131	151	678
	II	55	102	129	183	209	678
	III	38	67	114	165	294	678
	IV	30	48	79	128	394	679
	V	12	22	42	87	516	679
		275	369	490	694	1564	3392

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	20,6%	19,2%	18,6%	19,3%	22,3%	
	II	8,1%	15,0%	19,0%	27,0%	30,8%	
	III	5,6%	9,9%	16,8%	24,3%	43,4%	
	IV	4,4%	7,1%	11,6%	18,9%	58,0%	
	V	1,8%	3,2%	6,2%	12,8%	76,0%	
		8,1%	10,9%	14,4%	20,5%	46,1%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	87	125	117	139	210	678
	II	56	73	114	150	285	678
	III	40	55	103	152	328	678
	IV	22	37	68	126	426	679
	V	5	19	37	77	541	679
		210	309	439	644	1790	3392

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	12,8%	18,4%	17,3%	20,5%	31,0%	
	II	8,3%	10,8%	16,8%	22,1%	42,0%	
	III	5,9%	8,1%	15,2%	22,4%	48,4%	
	IV	3,2%	5,4%	10,0%	18,6%	62,7%	
	V	0,7%	2,8%	5,4%	11,3%	79,7%	
		6,2%	9,1%	12,9%	19,0%	52,8%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	73	77	110	128	290	678
	II	47	56	66	163	346	678
	III	25	65	61	142	385	678
	IV	14	29	60	115	461	679
	V	8	9	34	74	554	679
		167	236	331	622	2036	3392

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	10,8%	11,4%	16,2%	18,9%	42,8%	
	II	6,9%	8,3%	9,7%	24,0%	51,0%	
	III	3,7%	9,6%	9,0%	20,9%	56,8%	
	IV	2,1%	4,3%	8,8%	16,9%	67,9%	
	V	1,2%	1,3%	5,0%	10,9%	81,6%	
		4,9%	7,0%	9,8%	18,3%	60,0%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	29	46	71	113	419	678
	II	15	34	52	111	466	678
	III	16	25	46	98	493	678
	IV	8	19	46	77	529	679
	V	1	12	16	51	599	679
		69	136	231	450	2506	3392

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	4,3%	6,8%	10,5%	16,7%	61,8%	
	II	2,2%	5,0%	7,7%	16,4%	68,7%	
	III	2,4%	3,7%	6,8%	14,5%	72,7%	
	IV	1,2%	2,8%	6,8%	11,3%	77,9%	
	V	0,1%	1,8%	2,4%	7,5%	88,2%	
		2,0%	4,0%	6,8%	13,3%	73,9%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	239	150	133	78	78	678
	II	103	122	199	139	115	678
	III	55	104	156	176	187	678
	IV	29	60	101	184	305	679
	V	12	24	38	100	505	679
		438	460	627	677	1190	3392

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	35,3%	22,1%	19,6%	11,5%	11,5%	
	II	15,2%	18,0%	29,4%	20,5%	17,0%	
	III	8,1%	15,3%	23,0%	26,0%	27,6%	
	IV	4,3%	8,8%	14,9%	27,1%	44,9%	
	V	1,8%	3,5%	5,6%	14,7%	74,4%	
		12,9%	13,6%	18,5%	20,0%	35,1%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	167	128	158	106	119	678
	II	84	99	155	157	183	678
	III	54	88	129	173	234	678
	IV	27	47	94	165	346	679
	V	10	17	45	70	537	679
		342	379	581	671	1419	3392

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	24,6%	18,9%	23,3%	15,6%	17,6%	
	II	12,4%	14,6%	22,9%	23,2%	27,0%	
	III	8,0%	13,0%	19,0%	25,5%	34,5%	
	IV	4,0%	6,9%	13,8%	24,3%	51,0%	
	V	1,5%	2,5%	6,6%	10,3%	79,1%	
		10,1%	11,2%	17,1%	19,8%	41,8%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	115	97	123	140	203	678
	II	66	82	123	153	254	678
	III	43	77	126	145	287	678
	IV	33	40	87	129	390	679
	V	7	13	39	91	529	679
		264	309	498	658	1663	3392

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	17,0%	14,3%	18,1%	20,6%	29,9%	
	II	9,7%	12,1%	18,1%	22,6%	37,5%	
	III	6,3%	11,4%	18,6%	21,4%	42,3%	
	IV	4,9%	5,9%	12,8%	19,0%	57,4%	
	V	1,0%	1,9%	5,7%	13,4%	77,9%	
		7,8%	9,1%	14,7%	19,4%	49,0%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	54	74	98	126	326	678
	II	31	39	100	138	370	678
	III	19	40	84	138	397	678
	IV	10	22	48	114	485	679
	V	5	13	29	55	577	679
		119	188	359	571	2155	3392

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	8,0%	10,9%	14,5%	18,6%	48,1%	
	II	4,6%	5,8%	14,7%	20,4%	54,6%	
	III	2,8%	5,9%	12,4%	20,4%	58,6%	
	IV	1,5%	3,2%	7,1%	16,8%	71,4%	
	V	0,7%	1,9%	4,3%	8,1%	85,0%	
		3,5%	5,5%	10,6%	16,8%	63,5%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	299	161	132	62	24	678
	II	155	195	167	112	49	678
	III	72	146	160	182	118	678
	IV	23	71	136	229	220	679
	V	7	22	48	130	472	679
		556	595	643	715	883	3392

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	44,1%	23,7%	19,5%	9,1%	3,5%	
	II	22,9%	28,8%	24,6%	16,5%	7,2%	
	III	10,6%	21,5%	23,6%	26,8%	17,4%	
	IV	3,4%	10,5%	20,0%	33,7%	32,4%	
	V	1,0%	3,2%	7,1%	19,1%	69,5%	
		16,4%	17,5%	19,0%	21,1%	26,0%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	208	157	134	110	69	678
	II	117	152	156	157	96	678
	III	60	123	156	172	167	678
	IV	28	54	118	214	265	679
	V	11	10	46	116	496	679
		424	496	610	769	1093	3392

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	30,7%	23,2%	19,8%	16,2%	10,2%	
	II	17,3%	22,4%	23,0%	23,2%	14,2%	
	III	8,8%	18,1%	23,0%	25,4%	24,6%	
	IV	4,1%	8,0%	17,4%	31,5%	39,0%	
	V	1,6%	1,5%	6,8%	17,1%	73,0%	
		12,5%	14,6%	18,0%	22,7%	32,2%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	106	129	140	148	155	678
	II	57	98	139	173	211	678
	III	33	68	121	152	304	678
	IV	16	32	70	161	400	679
	V	7	14	25	83	550	679
		219	341	495	717	1620	3392

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	15,6%	19,0%	20,6%	21,8%	22,9%	
	II	8,4%	14,5%	20,5%	25,5%	31,1%	
	III	4,9%	10,0%	17,8%	22,4%	44,8%	
	IV	2,4%	4,7%	10,3%	23,7%	58,9%	
	V	1,0%	2,1%	3,7%	12,2%	81,0%	
		6,5%	10,1%	14,6%	21,1%	47,8%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	290	193	114	61	20	678
	II	153	169	185	120	51	678
	III	59	129	200	210	80	678
	IV	29	68	133	232	217	679
	V	2	19	40	144	474	679
		533	578	672	767	842	3392

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	42,8%	28,5%	16,8%	9,0%	2,9%	
	II	22,6%	24,9%	27,3%	17,7%	7,5%	
	III	8,7%	19,0%	29,5%	31,0%	11,8%	
	IV	4,3%	10,0%	19,6%	34,2%	32,0%	
	V	0,3%	2,8%	5,9%	21,2%	69,8%	
		15,7%	17,0%	19,8%	22,6%	24,8%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	176	146	162	132	62	678
	II	61	151	151	172	143	678
	III	23	66	154	222	213	678
	IV	19	42	96	162	360	679
	V	5	6	27	96	545	679
		284	411	590	784	1323	3392

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	26,0%	21,5%	23,9%	19,5%	9,1%	
	II	9,0%	22,3%	22,3%	25,4%	21,1%	
	III	3,4%	9,7%	22,7%	32,7%	31,4%	
	IV	2,8%	6,2%	14,1%	23,9%	53,0%	
	V	0,7%	0,9%	4,0%	14,1%	80,3%	
		8,4%	12,1%	17,4%	23,1%	39,0%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	247	176	128	97	30	678
	II	88	161	177	168	84	678
	III	29	100	170	223	156	678
	IV	18	48	72	233	308	679
	V	4	15	30	89	541	679
		386	500	577	810	1119	3392

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	36,4%	26,0%	18,9%	14,3%	4,4%	
	II	13,0%	23,7%	26,1%	24,8%	12,4%	
	III	4,3%	14,7%	25,1%	32,9%	23,0%	
	IV	2,7%	7,1%	10,6%	34,3%	45,4%	
	V	0,6%	2,2%	4,4%	13,1%	79,7%	
		11,4%	14,7%	17,0%	23,9%	33,0%	

Região Norte- Anos Finais do Ensino Fundamental Finais

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	31	43	33	43	58	208
	II	26	46	40	46	50	208
	III	30	46	47	50	36	209
	IV	31	57	43	36	42	209
	V	12	27	31	55	84	209
		130	219	194	230	270	1043

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	14,9%	20,7%	15,9%	20,7%	27,9%	
	II	12,5%	22,1%	19,2%	22,1%	24,0%	
	III	14,4%	22,0%	22,5%	23,9%	17,2%	
	IV	14,8%	27,3%	20,6%	17,2%	20,1%	
	V	5,7%	12,9%	14,8%	26,3%	40,2%	
		12,5%	21,0%	18,6%	22,1%	25,9%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	32	47	43	45	41	208
	II	30	39	41	55	43	208
	III	13	30	39	59	68	209
	IV	2	27	34	54	92	209
	V	1	6	7	31	164	209
		78	149	164	244	408	1043

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	15,4%	22,6%	20,7%	21,6%	19,7%	
	II	14,4%	18,8%	19,7%	26,4%	20,7%	
	III	6,2%	14,4%	18,7%	28,2%	32,5%	
	IV	1,0%	12,9%	16,3%	25,8%	44,0%	
	V	0,5%	2,9%	3,3%	14,8%	78,5%	
		7,5%	14,3%	15,7%	23,4%	39,1%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	22	44	34	42	66	208
	II	17	25	47	48	71	208
	III	13	20	28	52	96	209
	IV	5	17	34	46	107	209
	V	1	4	8	31	165	209
		58	110	151	219	505	1043

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	10,6%	21,2%	16,3%	20,2%	31,7%	
	II	8,2%	12,0%	22,6%	23,1%	34,1%	
	III	6,2%	9,6%	13,4%	24,9%	45,9%	
	IV	2,4%	8,1%	16,3%	22,0%	51,2%	
	V	0,5%	1,9%	3,8%	14,8%	78,9%	
		5,6%	10,5%	14,5%	21,0%	48,4%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	19	39	29	48	73	208
	II	25	30	28	45	80	208
	III	12	37	26	46	88	209
	IV	14	20	25	46	104	209
	V	2	8	17	30	152	209
		72	134	125	215	497	1043

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	9,1%	18,8%	13,9%	23,1%	35,1%	
	II	12,0%	14,4%	13,5%	21,6%	38,5%	
	III	5,7%	17,7%	12,4%	22,0%	42,1%	
	IV	6,7%	9,6%	12,0%	22,0%	49,8%	
	V	1,0%	3,8%	8,1%	14,4%	72,7%	
		6,9%	12,8%	12,0%	20,6%	47,7%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	10	12	20	33	133	208
	II	12	19	26	39	112	208
	III	11	20	25	46	107	209
	IV	5	20	22	32	130	209
	V	2	7	10	24	166	209
		40	78	103	174	648	1043

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	4,8%	5,8%	9,6%	15,9%	63,9%	
	II	5,8%	9,1%	12,5%	18,8%	53,8%	
	III	5,3%	9,6%	12,0%	22,0%	51,2%	
	IV	2,4%	9,6%	10,5%	15,3%	62,2%	
	V	1,0%	3,3%	4,8%	11,5%	79,4%	
		3,8%	7,5%	9,9%	16,7%	62,1%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	76	37	45	30	20	208
	II	27	48	47	55	31	208
	III	11	32	44	75	47	209
	IV	11	20	29	63	86	209
	V	5	5	12	40	147	209
		130	142	177	263	331	1043

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	36,5%	17,8%	21,6%	14,4%	9,6%	
	II	13,0%	23,1%	22,6%	26,4%	14,9%	
	III	5,3%	15,3%	21,1%	35,9%	22,5%	
	IV	5,3%	9,6%	13,9%	30,1%	41,1%	
	V	2,4%	2,4%	5,7%	19,1%	70,3%	
		12,5%	13,6%	17,0%	25,2%	31,7%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	42	47	42	42	35	208
	II	31	29	47	47	54	208
	III	16	27	37	54	75	209
	IV	7	11	30	59	102	209
	V	4	5	11	25	164	209
		100	119	167	227	430	1043

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	20,2%	22,6%	20,2%	20,2%	16,8%	
	II	14,9%	13,9%	22,6%	22,6%	26,0%	
	III	7,7%	12,9%	17,7%	25,8%	35,9%	
	IV	3,3%	5,3%	14,4%	28,2%	48,8%	
	V	1,9%	2,4%	5,3%	12,0%	78,5%	
		9,6%	11,4%	16,0%	21,8%	41,2%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	53	33	32	42	48	208
	II	34	28	33	53	60	208
	III	14	27	31	67	70	209
	IV	12	25	29	46	97	209
	V	3	8	21	40	137	209
		116	121	146	248	412	1043

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	25,5%	15,9%	15,4%	20,2%	23,1%	
	II	16,3%	13,5%	15,9%	25,5%	28,8%	
	III	6,7%	12,9%	14,8%	32,1%	33,5%	
	IV	5,7%	12,0%	13,9%	22,0%	46,4%	
	V	1,4%	3,8%	10,0%	19,1%	65,6%	
		11,1%	11,6%	14,0%	23,8%	39,5%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	28	26	31	38	85	208
	II	21	17	29	49	92	208
	III	8	18	29	55	99	209
	IV	7	9	23	44	126	209
	V	5	8	9	20	167	209
		69	78	121	206	569	1043

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	13,5%	12,5%	14,9%	18,3%	40,9%	
	II	10,1%	8,2%	13,9%	23,6%	44,2%	
	III	3,8%	8,6%	13,9%	26,3%	47,4%	
	IV	3,3%	4,3%	11,0%	21,1%	60,3%	
	V	2,4%	3,8%	4,3%	9,6%	79,9%	
		6,6%	7,5%	11,6%	19,8%	54,6%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	76	53	33	31	15	208
	II	39	61	50	40	18	208
	III	22	52	55	47	33	209
	IV	15	23	27	73	71	209
	V	1	2	7	38	161	209
		153	191	172	229	298	1043

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	36,5%	25,5%	15,9%	14,9%	7,2%	
	II	18,8%	29,3%	24,0%	19,2%	8,7%	
	III	10,5%	24,9%	26,3%	22,5%	15,8%	
	IV	7,2%	11,0%	12,9%	34,9%	34,0%	
	V	0,5%	1,0%	3,3%	18,2%	77,0%	
		14,7%	18,3%	16,5%	22,0%	28,6%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	72	42	37	35	22	208
	II	49	48	40	45	26	208
	III	45	38	46	39	41	209
	IV	13	27	37	68	64	209
	V	5	10	19	30	145	209
		184	165	179	217	298	1043

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	34,6%	20,2%	17,8%	16,8%	10,6%	
	II	23,6%	23,1%	19,2%	21,6%	12,5%	
	III	21,5%	18,2%	22,0%	18,7%	19,6%	
	IV	6,2%	12,9%	17,7%	32,5%	30,6%	
	V	2,4%	4,8%	9,1%	14,4%	69,4%	
		17,6%	15,8%	17,2%	20,8%	28,6%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	42	42	32	42	50	208
	II	26	38	39	47	58	208
	III	23	25	44	47	70	209
	IV	12	19	19	55	104	209
	V	6	6	8	28	161	209
		109	130	142	219	443	1043

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	20,2%	20,2%	15,4%	20,2%	24,0%	
	II	12,5%	18,3%	18,8%	22,6%	27,9%	
	III	11,0%	12,0%	21,1%	22,5%	33,5%	
	IV	5,7%	9,1%	9,1%	26,3%	49,8%	
	V	2,9%	2,9%	3,8%	13,4%	77,0%	
		10,5%	12,5%	13,6%	21,0%	42,5%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	99	60	28	12	9	208
	II	64	55	45	35	9	208
	III	43	39	62	52	13	209
	IV	17	29	58	62	43	209
	V	4	7	20	54	124	209
		227	190	213	215	198	1043

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	47,6%	28,8%	13,5%	5,8%	4,3%	
	II	30,8%	26,4%	21,6%	16,8%	4,3%	
	III	20,6%	18,7%	29,7%	24,9%	6,2%	
	IV	8,1%	13,9%	27,8%	29,7%	20,6%	
	V	1,9%	3,3%	9,6%	25,8%	59,3%	
		21,8%	18,2%	20,4%	20,6%	19,0%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	51	53	45	38	21	208
	II	45	41	44	47	31	208
	III	23	36	44	63	43	209
	IV	12	23	38	63	73	209
	V	1	6	10	30	162	209
		132	159	181	241	330	1043

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	24,5%	25,5%	21,6%	18,3%	10,1%	
	II	21,6%	19,7%	21,2%	22,6%	14,9%	
	III	11,0%	17,2%	21,1%	30,1%	20,6%	
	IV	5,7%	11,0%	18,2%	30,1%	34,9%	
	V	0,5%	2,9%	4,8%	14,4%	77,5%	
		12,7%	15,2%	17,4%	23,1%	31,6%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	78	44	40	35	11	208
	II	24	67	49	50	18	208
	III	10	34	37	81	47	209
	IV	5	19	34	54	97	209
	V	2	4	7	30	166	209
		119	168	167	250	339	1043

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	37,5%	21,2%	19,2%	16,8%	5,3%	
	II	11,5%	32,2%	23,6%	24,0%	8,7%	
	III	4,8%	16,3%	17,7%	38,8%	22,5%	
	IV	2,4%	9,1%	16,3%	25,8%	46,4%	
	V	1,0%	1,9%	3,3%	14,4%	79,4%	
		11,4%	16,1%	16,0%	24,0%	32,5%	

Região Sudeste- Anos Finais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	431	212	150	82	37	912
	II	177	232	261	151	91	912
	III	71	170	241	251	180	913
	IV	28	91	190	264	340	913
	V	10	29	90	154	630	913
		717	734	932	902	1278	4563

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	47,3%	23,2%	16,4%	9,0%	4,1%	
	II	19,4%	25,4%	28,6%	16,6%	10,0%	
	III	7,8%	18,6%	26,4%	27,5%	19,7%	
	IV	3,1%	10,0%	20,8%	28,9%	37,2%	
	V	1,1%	3,2%	9,9%	16,9%	69,0%	
		15,7%	16,1%	20,4%	19,8%	28,0%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	262	203	180	163	104	912
	II	141	163	207	205	196	912
	III	57	132	167	228	329	913
	IV	20	70	115	240	468	913
	V	11	22	55	143	682	913
		491	590	724	979	1779	4563

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	28,7%	22,3%	19,7%	17,9%	11,4%	
	II	15,5%	17,9%	22,7%	22,5%	21,5%	
	III	6,2%	14,5%	18,3%	25,0%	36,0%	
	IV	2,2%	7,7%	12,6%	26,3%	51,3%	
	V	1,2%	2,4%	6,0%	15,7%	74,7%	
		10,8%	12,9%	15,9%	21,5%	39,0%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	431	212	150	82	37	912
	II	177	232	261	151	91	912
	III	71	170	241	251	180	913
	IV	28	91	190	264	340	913
	V	10	29	90	154	630	913
		717	734	932	902	1278	4563

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	47,3%	23,2%	16,4%	9,0%	4,1%	
	II	19,4%	25,4%	28,6%	16,6%	10,0%	
	III	7,8%	18,6%	26,4%	27,5%	19,7%	
	IV	3,1%	10,0%	20,8%	28,9%	37,2%	
	V	1,1%	3,2%	9,9%	16,9%	69,0%	
		15,7%	16,1%	20,4%	19,8%	28,0%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	85	139	184	197	307	912
	II	44	106	130	196	436	912
	III	22	53	96	197	545	913
	IV	8	43	82	145	635	913
	V	5	9	40	71	788	913
		164	350	532	806	2711	4563

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	9,3%	15,2%	20,2%	21,6%	33,7%	
	II	4,8%	11,6%	14,3%	21,5%	47,8%	
	III	2,4%	5,8%	10,5%	21,6%	59,7%	
	IV	0,9%	4,7%	9,0%	15,9%	69,6%	
	V	0,5%	1,0%	4,4%	7,8%	86,3%	
		3,6%	7,7%	11,7%	17,7%	59,4%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	76	153	189	199	295	912
	II	34	83	139	219	437	912
	III	21	42	112	186	552	913
	IV	5	31	70	140	667	913
	V	4	3	36	85	785	913
		140	312	546	829	2736	4563

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	8,3%	16,8%	20,7%	21,8%	32,3%	
	II	3,7%	9,1%	15,2%	24,0%	47,9%	
	III	2,3%	4,6%	12,3%	20,4%	60,5%	
	IV	0,5%	3,4%	7,7%	15,3%	73,1%	
	V	0,4%	0,3%	3,9%	9,3%	86,0%	
		3,1%	6,8%	12,0%	18,2%	60,0%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	417	233	156	83	23	912
	II	123	217	249	209	114	912
	III	51	157	202	298	205	913
	IV	48	76	137	271	381	913
	V	21	30	51	141	670	913
		660	713	795	1002	1393	4563

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	45,7%	25,5%	17,1%	9,1%	2,5%	
	II	13,5%	23,8%	27,3%	22,9%	12,5%	
	III	5,6%	17,2%	22,1%	32,6%	22,5%	
	IV	5,3%	8,3%	15,0%	29,7%	41,7%	
	V	2,3%	3,3%	5,6%	15,4%	73,4%	
		14,5%	15,6%	17,4%	22,0%	30,5%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	273	227	183	132	97	912
	II	90	157	207	230	228	912
	III	25	90	170	259	369	913
	IV	17	37	99	225	535	913
	V	2	5	24	95	787	913
		407	516	683	941	2016	4563

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	29,9%	24,9%	20,1%	14,5%	10,6%	
	II	9,9%	17,2%	22,7%	25,2%	25,0%	
	III	2,7%	9,9%	18,6%	28,4%	40,4%	
	IV	1,9%	4,1%	10,8%	24,6%	58,6%	
	V	0,2%	0,5%	2,6%	10,4%	86,2%	
		8,9%	11,3%	15,0%	20,6%	44,2%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	157	208	193	171	183	912
	II	54	104	175	247	332	912
	III	26	85	125	228	449	913
	IV	14	51	79	184	585	913
	V	3	11	36	100	763	913
		254	459	608	930	2312	4563

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	17,2%	22,8%	21,2%	18,8%	20,1%	
	II	5,9%	11,4%	19,2%	27,1%	36,4%	
	III	2,8%	9,3%	13,7%	25,0%	49,2%	
	IV	1,5%	5,6%	8,7%	20,2%	64,1%	
	V	0,3%	1,2%	3,9%	11,0%	83,6%	
		5,6%	10,1%	13,3%	20,4%	50,7%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	132	199	207	199	175	912
	II	54	109	197	231	321	912
	III	19	68	135	233	458	913
	IV	9	29	83	185	607	913
	V	0	18	35	93	767	913
		214	423	657	941	2328	4563

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	14,5%	21,8%	22,7%	21,8%	19,2%	
	II	5,9%	12,0%	21,6%	25,3%	35,2%	
	III	2,1%	7,4%	14,8%	25,5%	50,2%	
	IV	1,0%	3,2%	9,1%	20,3%	66,5%	
	V	0,0%	2,0%	3,8%	10,2%	84,0%	
		4,7%	9,3%	14,4%	20,6%	51,0%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	373	238	162	86	53	912
	II	139	259	246	167	101	912
	III	40	135	254	272	212	913
	IV	22	65	143	305	378	913
	V	1	13	43	137	719	913
		575	710	848	967	1463	4563

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	40,9%	26,1%	17,8%	9,4%	5,8%	
	II	15,2%	28,4%	27,0%	18,3%	11,1%	
	III	4,4%	14,8%	27,8%	29,8%	23,2%	
	IV	2,4%	7,1%	15,7%	33,4%	41,4%	
	V	0,1%	1,4%	4,7%	15,0%	78,8%	
		12,6%	15,6%	18,6%	21,2%	32,1%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	250	271	187	127	77	912
	II	104	183	202	246	177	912
	III	36	112	198	253	314	913
	IV	16	71	131	250	445	913
	V	1	15	32	145	720	913
		407	652	750	1021	1733	4563

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	27,4%	29,7%	20,5%	13,9%	8,4%	
	II	11,4%	20,1%	22,1%	27,0%	19,4%	
	III	3,9%	12,3%	21,7%	27,7%	34,4%	
	IV	1,8%	7,8%	14,3%	27,4%	48,7%	
	V	0,1%	1,6%	3,5%	15,9%	78,9%	
		8,9%	14,3%	16,4%	22,4%	38,0%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	219	264	207	141	81	912
	II	86	183	228	252	163	912
	III	32	121	163	300	297	913
	IV	13	74	120	249	457	913
	V	2	21	39	147	704	913
		352	663	757	1089	1702	4563

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	24,0%	28,9%	22,7%	15,5%	8,9%	
	II	9,4%	20,1%	25,0%	27,6%	17,9%	
	III	3,5%	13,3%	17,9%	32,9%	32,5%	
	IV	1,4%	8,1%	13,1%	27,3%	50,1%	
	V	0,2%	2,3%	4,3%	16,1%	77,1%	
		7,7%	14,5%	16,6%	23,9%	37,3%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	377	294	144	77	20	912
	II	143	270	265	175	59	912
	III	57	174	252	285	145	913
	IV	37	103	189	294	290	913
	V	9	28	80	195	601	913
		623	869	930	1026	1115	4563

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	41,3%	32,2%	15,8%	8,4%	2,2%	
	II	15,7%	29,6%	29,1%	19,2%	6,5%	
	III	6,2%	19,1%	27,6%	31,2%	15,9%	
	IV	4,1%	11,3%	20,7%	32,2%	31,8%	
	V	1,0%	3,1%	8,8%	21,4%	65,8%	
		13,7%	19,0%	20,4%	22,5%	24,4%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	377	294	144	77	20	912
	II	143	270	265	175	59	912
	III	57	174	252	285	145	913
	IV	37	103	189	294	290	913
	V	9	28	80	195	601	913
		623	869	930	1026	1115	4563

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	41,3%	32,2%	15,8%	8,4%	2,2%	
	II	15,7%	29,6%	29,1%	19,2%	6,5%	
	III	6,2%	19,1%	27,6%	31,2%	15,9%	
	IV	4,1%	11,3%	20,7%	32,2%	31,8%	
	V	1,0%	3,1%	8,8%	21,4%	65,8%	
		13,7%	19,0%	20,4%	22,5%	24,4%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	475	276	119	37	5	912
	II	218	302	231	130	31	912
	III	92	221	293	208	99	913
	IV	32	131	223	298	229	913
	V	10	33	115	211	544	913
		827	963	981	884	908	4563

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	52,1%	30,3%	13,0%	4,1%	0,5%	
	II	23,9%	33,1%	25,3%	14,3%	3,4%	
	III	10,1%	24,2%	32,1%	22,8%	10,8%	
	IV	3,5%	14,3%	24,4%	32,6%	25,1%	
	V	1,1%	3,6%	12,6%	23,1%	59,6%	
		18,1%	21,1%	21,5%	19,4%	19,9%	

Região Sul- Anos Finais do Ensino Fundamental

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	204	186	118	75	27	610
	II	72	145	163	163	67	610
	III	26	89	138	206	151	610
	IV	17	56	112	190	236	611
	V	2	14	33	99	463	611
		321	490	564	733	944	3052

2005 x 2007

		2007					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	33,4%	30,5%	19,3%	12,3%	4,4%	
	II	11,8%	23,8%	26,7%	26,7%	11,0%	
	III	4,3%	14,6%	22,6%	33,8%	24,8%	
	IV	2,8%	9,2%	18,3%	31,1%	38,6%	
	V	0,3%	2,3%	5,4%	16,2%	75,8%	
		10,5%	16,1%	18,5%	24,0%	30,9%	

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	159	158	135	108	50	610
	II	47	94	141	186	142	610
	III	30	64	92	177	247	610
	IV	9	32	78	165	327	611
	V	4	9	34	74	490	611
		249	357	480	710	1256	3052

2005 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	26,1%	25,9%	22,1%	17,7%	8,2%	
	II	7,7%	15,4%	23,1%	30,5%	23,3%	
	III	4,9%	10,5%	15,1%	29,0%	40,5%	
	IV	1,5%	5,2%	12,8%	27,0%	53,5%	
	V	0,7%	1,5%	5,6%	12,1%	80,2%	
		8,2%	11,7%	15,7%	23,3%	41,2%	

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	140	142	127	111	90	610
	II	45	84	141	178	162	610
	III	25	44	79	160	302	610
	IV	8	31	58	121	393	611
	V	0	11	20	53	527	611
		218	312	425	623	1474	3052

2005 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	23,0%	23,3%	20,8%	18,2%	14,8%	
	II	7,4%	13,8%	23,1%	29,2%	26,6%	
	III	4,1%	7,2%	13,0%	26,2%	49,5%	
	IV	1,3%	5,1%	9,5%	19,8%	64,3%	
	V	0,0%	1,8%	3,3%	8,7%	86,3%	
		7,1%	10,2%	13,9%	20,4%	48,3%	

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	137	144	137	126	66	610
	II	59	111	134	158	148	610
	III	41	60	109	147	253	610
	IV	16	45	88	146	316	611
	V	6	18	35	83	469	611
		259	378	503	660	1252	3052

2005 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	22,5%	23,6%	22,5%	20,7%	10,8%	
	II	9,7%	18,2%	22,0%	25,9%	24,3%	
	III	6,7%	9,8%	17,9%	24,1%	41,5%	
	IV	2,6%	7,4%	14,4%	23,9%	51,7%	
	V	1,0%	2,9%	5,7%	13,6%	76,8%	
		8,5%	12,4%	16,5%	21,6%	41,0%	

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	79	119	147	125	140	610
	II	27	58	100	168	257	610
	III	21	34	59	124	372	610
	IV	5	26	56	90	434	611
	V	2	5	18	45	541	611
		134	242	380	552	1744	3052

2005 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2005	I	13,0%	19,5%	24,1%	20,5%	23,0%	
	II	4,4%	9,5%	16,4%	27,5%	42,1%	
	III	3,4%	5,6%	9,7%	20,3%	61,0%	
	IV	0,8%	4,3%	9,2%	14,7%	71,0%	
	V	0,3%	0,8%	2,9%	7,4%	88,5%	
		4,4%	7,9%	12,5%	18,1%	57,1%	

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	293	165	85	46	21	610
	II	107	146	160	131	66	610
	III	42	121	158	183	106	610
	IV	16	58	118	182	237	611
	V	6	13	37	114	441	611
		464	503	558	656	871	3052

2007 x 2009

		2009					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	48,0%	27,0%	13,9%	7,5%	3,4%	
	II	17,5%	23,9%	26,2%	21,5%	10,8%	
	III	6,9%	19,8%	25,9%	30,0%	17,4%	
	IV	2,6%	9,5%	19,3%	29,8%	38,8%	
	V	1,0%	2,1%	6,1%	18,7%	72,2%	
		15,2%	16,5%	18,3%	21,5%	28,5%	

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	242	160	106	61	41	610
	II	96	142	143	129	100	610
	III	40	74	130	167	199	610
	IV	19	44	91	143	314	611
	V	3	18	30	92	468	611
		400	438	500	592	1122	3052

2007 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	39,7%	26,2%	17,4%	10,0%	6,7%	
	II	15,7%	23,3%	23,4%	21,1%	16,4%	
	III	6,6%	12,1%	21,3%	27,4%	32,6%	
	IV	3,1%	7,2%	14,9%	23,4%	51,4%	
	V	0,5%	2,9%	4,9%	15,1%	76,6%	
		13,1%	14,4%	16,4%	19,4%	36,8%	

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	244	155	111	62	38	610
	II	137	167	124	116	66	610
	III	64	117	150	142	137	610
	IV	28	75	108	165	235	611
	V	7	21	58	101	424	611
		480	535	551	586	900	3052

2007 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	40,0%	25,4%	18,2%	10,2%	6,2%	
	II	22,5%	27,4%	20,3%	19,0%	10,8%	
	III	10,5%	19,2%	24,6%	23,3%	22,5%	
	IV	4,6%	12,3%	17,7%	27,0%	38,5%	
	V	1,1%	3,4%	9,5%	16,5%	69,4%	
		15,7%	17,5%	18,1%	19,2%	29,5%	

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	161	150	128	102	69	610
	II	49	118	136	135	172	610
	III	35	62	95	131	287	610
	IV	9	44	54	113	391	611
	V	5	16	26	53	511	611
		259	390	439	534	1430	3052

2007 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2007	I	26,4%	24,6%	21,0%	16,7%	11,3%	
	II	8,0%	19,3%	22,3%	22,1%	28,2%	
	III	5,7%	10,2%	15,6%	21,5%	47,0%	
	IV	1,5%	7,2%	8,8%	18,5%	64,0%	
	V	0,8%	2,6%	4,3%	8,7%	83,6%	
		8,5%	12,8%	14,4%	17,5%	46,9%	

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	331	149	69	43	18	610
	II	120	185	141	97	67	610
	III	61	136	146	153	114	610
	IV	15	56	125	192	223	611
	V	7	21	38	126	419	611
		534	547	519	611	841	3052

2009 x 2011

		2011					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	54,3%	24,4%	11,3%	7,0%	3,0%	
	II	19,7%	30,3%	23,1%	15,9%	11,0%	
	III	10,0%	22,3%	23,9%	25,1%	18,7%	
	IV	2,5%	9,2%	20,5%	31,4%	36,5%	
	V	1,1%	3,4%	6,2%	20,6%	68,6%	
		17,5%	17,9%	17,0%	20,0%	27,6%	

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	327	156	74	38	15	610
	II	174	179	139	86	32	610
	III	83	160	148	139	80	610
	IV	45	100	130	167	169	611
	V	12	31	64	133	371	611
		641	626	555	563	667	3052

2009 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	53,6%	25,6%	12,1%	6,2%	2,5%	
	II	28,5%	29,3%	22,8%	14,1%	5,2%	
	III	13,6%	26,2%	24,3%	22,8%	13,1%	
	IV	7,4%	16,4%	21,3%	27,3%	27,7%	
	V	2,0%	5,1%	10,5%	21,8%	60,7%	
		21,0%	20,5%	18,2%	18,4%	21,9%	

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	222	174	97	77	40	610
	II	77	148	142	122	121	610
	III	53	85	133	149	190	610
	IV	19	54	76	140	322	611
	V	7	18	29	88	469	611
		378	479	477	576	1142	3052

2009 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2009	I	36,4%	28,5%	15,9%	12,6%	6,6%	
	II	12,6%	24,3%	23,3%	20,0%	19,8%	
	III	8,7%	13,9%	21,8%	24,4%	31,1%	
	IV	3,1%	8,8%	12,4%	22,9%	52,7%	
	V	1,1%	2,9%	4,7%	14,4%	76,8%	
		12,4%	15,7%	15,6%	18,9%	37,4%	

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	379	142	65	20	4	610
	II	206	205	129	60	10	610
	III	110	154	176	119	51	610
	IV	56	108	157	191	99	611
	V	10	56	92	156	297	611
		761	665	619	546	461	3052

2011 x 2013

		2013					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	62,1%	23,3%	10,7%	3,3%	0,7%	
	II	33,8%	33,6%	21,1%	9,8%	1,6%	
	III	18,0%	25,2%	28,9%	19,5%	8,4%	
	IV	9,2%	17,7%	25,7%	31,3%	16,2%	
	V	1,6%	9,2%	15,1%	25,5%	48,6%	
		24,9%	21,8%	20,3%	17,9%	15,1%	

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	258	170	121	51	10	610
	II	115	183	163	109	40	610
	III	44	108	150	170	138	610
	IV	17	53	97	187	257	611
	V	3	17	30	112	449	611
		437	531	561	629	894	3052

2011 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2011	I	42,3%	27,9%	19,8%	8,4%	1,6%	
	II	18,9%	30,0%	26,7%	17,9%	6,6%	
	III	7,2%	17,7%	24,6%	27,9%	22,6%	
	IV	2,8%	8,7%	15,9%	30,6%	42,1%	
	V	0,5%	2,8%	4,9%	18,3%	73,5%	
		14,3%	17,4%	18,4%	20,6%	29,3%	

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	237	172	109	67	25	610
	II	71	146	168	138	87	610
	III	34	93	133	189	161	610
	IV	14	34	89	160	314	611
	V	3	13	21	85	489	611
		359	458	520	639	1076	3052

2013 x 2015

		2015					
		I	II	III	IV	V	
2013	I	38,9%	28,2%	17,9%	11,0%	4,1%	
	II	11,6%	23,9%	27,5%	22,6%	14,3%	
	III	5,6%	15,2%	21,8%	31,0%	26,4%	
	IV	2,3%	5,6%	14,6%	26,2%	51,4%	
	V	0,5%	2,1%	3,4%	13,9%	80,0%	
		11,8%	15,0%	17,0%	20,9%	35,3%	